



**Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,  
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**CAMINHOS PARA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO ABUSO  
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS:  
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS**

**Erotildes de Souza Santos**

**Rio de Janeiro  
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,  
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**CAMINHOS PARA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO ABUSO  
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS:  
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS**

**Erotildes de Souza Santos**

**Rio de Janeiro  
Março de 2018**



**Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto Nacional de Saúde da Mulher,  
da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**

**CAMINHOS PARA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO ABUSO  
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS:  
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS**

**Erotildes de Souza Santos**

Dissertação apresentada à  
Pós-graduação em Saúde da  
Criança e da Mulher, como  
parte dos requisitos para  
obtenção do título de Mestre  
em Ciências.

Orientadora : Profa. Dra. Edinilsa Ramos de Souza.  
Coorientadora: Profa. Dra. Joviana Quintes Avanci Pina

**Rio de Janeiro  
Março de 2018**

## CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Erotildes de Souza.

Caminhos para prevenção primária do abuso sexual contra crianças: uma reflexão sobre tecnologias educativas / Erotildes de Souza Santos. - Rio de Janeiro, 2018.

135 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro - RJ, 2018.

Orientadora: Edinilsa Ramos de Souza.

Co-orientadora: Joviana Quintes Avanci Pina.

Bibliografia: f. 114-118

1. Abuso sexual. 2. Crianças. 3. Tecnologias educativas. 4. Prevenção. 5. Promoção da saúde. I. Título.

## DEDICATÓRIA

Às profissionais das escolas comunitárias que, por meio de seu compromisso e dedicação às crianças, me instigaram, motivaram, a buscar recursos que pudessem apoiá-las no trabalho que desenvolvem para garantia dos direitos desse público. Aos profissionais das diversas áreas que atuam com crianças e buscam, diariamente, cuidar, aprimorar e qualificar o serviço que prestam.

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar no percurso percorrido para chegar à conclusão do mestrado vem-me à memória e ao coração as pessoas que, de perto ou longe, me dedicaram incentivo e apoio com sua palavra, escuta, olhar, sorriso ou abraço.

Agradeço a mainha Maura por me ensinar a fazer tudo que desejo de forma cuidadosa, das ações mais simples às mais complexas. Agradeço às minhas irmãs Mariaci e Flaviana e minha tia Lúcia pelo incentivo e apoio singelos. Minhas companheiras da vida!

Fruto dos gratos encontros que a vida me proporcionou, agradeço a meu companheiro Fernando pela presença singular, apoio e carinho bem do seu jeito!

Agradeço às instituições que apoiaram e colaboraram para realização desta pesquisa disponibilizando seus documentos para compor o estudo realizado.

Deixo meus agradecimentos ao professor Marcos Nascimento e à professora Martha Cristina Nunes Moreira, coordenadores do Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher, pela condução deste curso buscando, de forma ética e cuidadosa, acompanhar e apoiar suas mestrandas e seus mestrandos. Gratidão pelas escutas!

Estendo esse agradecimento a todas (os) professoras (es) desse Programa, em especial às professoras Corina Mendes e Suely Deslandes pelas contribuições dadas para esta pesquisa durante banca de qualificação e à professora Cynthia Ozon (examinadora externa). A todos os membros da Secretaria Acadêmica, pela contribuição e suporte nestes dois anos de curso.

Agradeço a minha orientadora Dr<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Edinilsa Ramos de Souza e co-orientadora Dr<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Joviana Quintes Avanci Pina, pelas orientações e contribuições dadas durante esse percurso acadêmico, que certamente trarão aprendizados para a vida.

Dedico agradecimentos à professora Ana Lúcia Ferreira e ao professor Marcos Nascimentos que fizeram parte da banca de defesa dessa dissertação. Agradeço a presença e contribuições para conclusão do estudo.

Um agradecimento cheio de afeto dedico às minhas amigas de caminhada acadêmica, e que levarei para a vida, Michelle e Fernanda pela escuta, incentivo e trocas, saibam que as palavras e carinho de vocês foram muito importantes para concluir esse processo de cabeça erguida. Gratidão, minha amiga Cynara, por apoiar minhas escolhas de forma incondicional.

Agradecimento final deixo para todas as mulheres que encontrei durante esse breve e intenso percurso acadêmico. Especialmente a todas as mulheres negras que lutam diariamente, em uma sociedade injusta e desigual como a nossa, e ainda conseguem manter a esperança de dias melhores para suas filhas e filhos.

Foi um único encontro com uma dessas mulheres, que acompanhava sua vizinha cujo filho estava internado no IFF, que me sustentou nos momentos mais difíceis, cansativos e desanimadores dessa jornada. Nessas horas eu recordava de um breve diálogo que tivemos enquanto eu tirava “xerox” de alguns artigos do curso de epidemiologia e ela aguardava para “xerocar” o cartão de vacina da criança que acompanhava:

Ela disse: *um dia minha filha vai fazer esse curso aí que você está fazendo, epidemiologia.*

Respondi: *vai sim! Quantos anos ela tem?*

Ela respondeu sorrindo e com os olhos brilhando: *ela tem 12 anos, mas vai crescer e fazer isso aí que nem você. Já a vejo em você.*

Lembrou-me que muitos se sacrificaram e outros tantos se doaram para que eu chegasse até aqui e que durante todo esse percurso não caminhei sozinha e não seguirei só.

## RESUMO

Este estudo exploratório buscou identificar tecnologias educativas que possam subsidiar as ações dos profissionais de diversas áreas, que atuam com crianças, para prevenção primária do abuso sexual. Trata-se de uma pesquisa de base qualitativa que teve como objetivo principal analisar tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças, elaboradas por instituições acadêmicas e de defesa dos direitos das crianças, nacionais e transnacionais, produzidas no período de 2000 a 2016. Para tanto, realizou-se um estudo de revisão da literatura e foram adotadas duas estratégias para coleta dos dados: (I) uma revisão bibliográfica em bases de dados acadêmico-científicas para levantamento das tecnologias educativas já analisadas em outras pesquisas, (II) uma análise documental por meio do acesso a sites de organizações governamentais, não governamentais e privadas, para levantamento das tecnologias educativas elaboradas e/ou adotadas por esses atores sociais. Essas estratégias resultaram na identificação de 28 tecnologias educativas, aptas para os propósitos do estudo, sendo todas levantadas pelo método de análise documental. Por meio da análise dos dados, com uso de princípios da análise de conteúdo temática, destacam-se como principais achados: o protagonismo das organizações não governamentais, e seu trabalho em parceria estratégica com o Estado e empresas privadas, contribuiu para a criação de diversas tecnologias para prevenção de violências contra crianças; entre as estratégias propostas, pelos documentos analisados, o fomento à participação infantil é apresentado como ação relevante para prevenção do abuso sexual (por valorizar a fala das crianças e incentivar a escuta por parte dos adultos), o trabalho intersetorial (por meio da constituição de Redes locais), ações que estimulem a maior participação dos pais (homens) no cuidado das (os) filhas (os) e a transformação de masculinidades são apontadas como estratégias importantes para revisão de valores e práticas culturalmente aprendidas que favorecem a perpetuação desse tipo de violência. Entre os temas propostos para abordagem com crianças, famílias e profissionais, estão as temáticas sexualidades, gênero, raça/etnia e diversidades e diferenças. Conclui-se com recomendação para que tecnologias sejam adaptadas aos contextos onde serão implementadas e que os profissionais sejam capacitados para seu uso. Recomenda-se também a realização de pesquisas que explorem aspectos inerentes à construção dessas tecnologias e de seus proponentes, bem como realizem avaliação das mesmas.

**Palavras-chave:** criança, abuso sexual, prevenção, tecnologia educativa.

## ABSTRACT

This exploratory study sought to identify educational technologies that can subsidize the actions of professionals from different areas, who work with children, for primary prevention of sexual abuse. It is a qualitative research whose main objective was to analyze educational technologies for the prevention of sexual abuse against children, elaborated by academic institutions and for the defense of children's rights, national and transnational, produced in the period from 2000 to 2016. Therefore, a review of the literature was carried out and two strategies were adopted to collect the data: (I) a bibliographic review in academic-scientific databases to survey the educational technologies already analyzed in other researches, (II) a documentary analysis through access to websites of governmental, non-governmental and private organizations, to survey the educational technologies elaborated and / or adopted by these social actors.. These strategies resulted in the identification of 28 educational technologies, suitable for the purposes of the study, all of which were raised by the method of documentary analysis. Through the analysis of the data, using the principles of thematic content analysis, the main findings are highlighted: the role of non-governmental organizations and their work in strategic partnership with the State and private companies contributed to the creation of diverse technologies to prevent violence against children; among the proposed strategies, the documents analyzed, the promotion of child participation is presented as a relevant action for the prevention of sexual abuse (for valuing children's speech and encouraging adult listening), intersectoral work (through the constitution of local networks) actions that encourage the greater participation of parents(men) in the care of their children and the transformation of masculinities are pointed out as important strategies for the revision of values and culturally learned practices that favor the perpetuation of this type of violence. Among the themes proposed for approaching children, families and professionals are the themes of sexuality, gender, race / ethnicity, and diversity and differences. It concludes with a recommendation that technologies be adapted to the contexts in which they will be implemented and that professionals be trained to use them. It is also recommended to carry out researches that explore aspects inherent to the construction of these technologies and their proponents, as well as to evaluate them.

Keywords: child, sexual abuse, prevention, educational technology.

## Lista de Siglas e Abreviaturas

- APUD** – Citado por.
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
- CBRTS** - Projeto Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social.
- CFB** – Constituição Federal do Brasil.
- CSDC** - Convenção sobre os Direitos das Crianças.
- ENSP** – Escola Nacional de Saúde Coletiva.
- DCNEI** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- DST** – Doença Sexualmente Transmissível.
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- FEBEM** – Fundação Estadual de Bem Estar do Menor.
- FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.
- ITS** – Instituto de Tecnologia Social.
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura.
- MRS** - Movimento de Reforma Sanitária.
- ODS** - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
- ONG** – Organização Não Governamental.
- OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- PNAISC** - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança.
- PNEVSCA** - Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente.
- PS** – Promoção da Saúde.
- SAM** - Serviço de Assistência a Menores.
- SGDCA** – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- TIC** - Tecnologias da Informação e Comunicação.
- UNASUS** – Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde.
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância.
- WHO** – World Health Organization.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	21
2.1 Objetivo Geral .....	21
2.2 Objetivos Específicos .....	21
<b>3. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL</b> .....	22
3.1. ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: implicações sócio-histórica e cultural .....	22
3.2. Infâncias e Sexualidades .....	28
3.3. Abuso sexual: na perspectiva da prevenção e promoção da saúde .....	34
3.4. Tecnologias educativas .....	38
<b>4. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	42
<b>4.1. Sobre o caminho percorrido</b> .....	42
4.1.1 Pesquisa Bibliográfica: universo e coleta dos dados .....	43
4.1.2 Pesquisa documental: universo, coleta e categorização dos dados .....	46
<b>4.2 Análise e interpretação dos resultados</b> .....	51
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	56
<b>5.1. Características gerais das tecnologias educativas</b> .....	56
5.1.1 Dados catalográficos .....	56
5.1.2 Público alvo das tecnologias .....	58
5.1.3 Marcos Normativos, Políticos e Conceituais. ....	61
5.1.4 Objetivos das tecnologias .....	64
<b>5.2 Tecnologias com foco na prevenção primária do abuso sexual</b> .....	69
5.2.1 Atores sociais e suas tecnologias educativas .....	69
5.2.2. A concepção de criança nas tecnologias .....	72
5.2.3. Abordagens conceituais do abuso sexual .....	74
5.2.4 Caminhos de prevenção para o abuso sexual envolvendo crianças: estratégias, ações e temas abordados nas tecnologias educativas .....	78
5.2.5 Sexualidades, Gêneros, Raça/Etnia, Diversidades e Diferenças: revisando abordagens para prevenção do abuso sexual contra crianças. ....	94
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	114
<b>APÊNDICE A</b> – Carta convite para instituições .....	119
<b>APÊNDICE B</b> – Matriz de síntese .....	120

**APÊNDICE C – Tecnologias Educativas participantes..... 121**

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Meios de acesso às tecnologias educativas de prevenção ao abuso sexual de crianças .....	50
<b>Gráfico 2</b> - Tecnologias educativas por nível de prevenção.....	52
<b>Gráfico 3</b> - Ano de publicação das tecnologias identificadas.....	56
<b>Gráfico 4</b> - Tecnologias educativas identificadas em relação ao país de origem da produção e línguas para as quais foram traduzidas. ....	57
<b>Gráfico 5</b> - Tecnologias educativas em relação ao público alvo. ....	59
<b>Gráfico 6</b> -Número de instituições e de tecnologias educativas, segundo a natureza das instituições proponentes. (Instituições n 14) (Tecnologias n 22). ....	70
<b>Gráfico 7</b> - Concepções de infâncias/crianças presentes nas tecnologias.....	73
<b>Gráfico 8</b> - Abuso sexual segundo categorias de violências usadas nas tecnologias. ...	75
<b>Gráfico 9</b> - Abordagem do abuso sexual por tipo de instituição proponente. ....	77
<b>Gráfico 10</b> - Estratégias por tipo de instituição proponente. ....	86
<b>Gráfico 11</b> - Atividades/ações propostas pelas tecnologias.....	88
<b>Gráfico 12</b> - Locais recomendados para aplicação das tecnologias .....	90
<b>Gráfico 13</b> - Intervenções para abordar sexualidade com crianças .....	99
<b>Gráfico 14</b> - Abordagem sobre sexualidade e prevenção ao abuso sexual.....	103
<b>Gráfico 15</b> - Abordagem Raça/Etnia (n 4), Diferenças (n 8) e Diversidade em intersecção com Gênero e Sexualidade nas tecnologias.....	109

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Natureza das instituições proponentes das tecnologias. ....	53
<b>Tabela 2</b> - Marcos Normativos, Políticos e Conceituais estruturantes das tecnologias .62	
<b>Tabela 3</b> - Objetivos explicitados pelas tecnologias educativas analisadas . ....	65
<b>Tabela 4</b> - Concepções de abuso sexual presentes nas tecnologias analisadas .....	76
<b>Tabela 5</b> - Estratégias apontadas pelas tecnologias para a prevenção do abuso sexual contra crianças .....	79
<b>Tabela 6</b> - Temas abordados nas atividades propostas pelas tecnologias .....	91
<b>Tabela 7</b> - Concepções de sexualidade identificadas .....	96
<b>Tabela 8</b> - Conteúdo das atividades sobre sexualidade . ....	100
<b>Tabela 9</b> - Principais discussões sobre Gênero identificadas . ....	107

### **Lista de Quadros**

**Quadro 1** - Resultado das três estratégias de levantamento bibliográfico utilizadas. ... 45

### **Lista de Organogramas**

**Organograma 1** - Estratégias utilizadas para coleta das tecnologias educativas. .... 49

**Organograma 2** - Caminho da análise dos dados e sua disposição na seção dos resultados. .... 55

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> - Influência dos papéis de gênero na integração dos pais nas famílias .....	68
<b>Figura 2</b> - Empoderamento de meninas para superação de desigualdades de gênero. ...	68
<b>Figura 3</b> - Participação como estratégia de prevenção de violências. ....	80
<b>Figura 4</b> - “Você já aprendeu a dizer NÃO?”.....	81
<b>Figura 5</b> - Intersetorialidade como estratégia de prevenção do abuso sexual. ....	82
<b>Figura 6</b> - Participação de crianças com deficiência física nas atividades propostas....	87
<b>Figura 7</b> - Conteúdo Conhecendo o próprio corpo.....	101
<b>Figura 8</b> - Relação de pais e meninas. ....	106

## 1. INTRODUÇÃO

A motivação para a realização de um estudo que visa contribuir para o enfrentamento do abuso sexual contra crianças nasceu mesmo antes da minha formação universitária. Sou graduada em Pedagogia e sempre desenvolvi trabalho voluntário em prol da promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Após conclusão da graduação tive a oportunidade de permanecer nesta área por meio do trabalho profissional com organizações não governamentais, onde foi possível ampliar minha experiência na área de educação e proteção à infância, deparando-me com as alegrias de colaborar com a implementação de programas e projetos que visavam garantir direitos arduamente conquistados, mas também, a oportunidade de me aproximar da “silenciosa” realidade do abuso sexual contra crianças.

Foram os sentimentos de frustração e impotência suscitados pela escuta de agentes comunitários e educadores na prática profissional como assessora de educação e proteção à infância sobre os diversos casos de abuso e exploração sexual, identificados por esses no dia a dia da comunidade, que me motivaram a buscar conhecimentos, que me tornaram mais sensível à complexidade desta temática, e que me levou a percorrer caminhos em busca de intervenções que pudessem contribuir para o enfrentamento do abuso sexual de crianças. Os relatos tornam-se ainda mais indignantes ao revelarem a complexidade que envolve a temática. Por vezes, na escuta de mães que tiveram seus filhos abusados sexualmente, percebe-se que entre os motivos que silenciaram algumas famílias estão a dependência econômica e a carência afetiva.

As ideias deste estudo surgiram a partir de um convite para elaborar um projeto de intervenção como conclusão do Curso de Especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social na Escola Nacional de Saúde Coletiva (ENSP) FIOCRUZ, no ano de 2014. Durante a elaboração desse projeto, foi constatado que na perspectiva da promoção da saúde era possível efetivar ações basilares para o enfrentamento do abuso sexual. Assim, ações e propostas para a constituição e melhoria das redes locais, visando o fortalecimento da participação social nas questões de saúde e cidadania de crianças e adolescentes, despontavam, e ainda despontam, como caminhos de enfrentamento desta questão. A conclusão do projeto demonstrou que a ação em rede era essencial, porém, os desafios para sua articulação tornavam aquela estratégia complexa e de médio a longo prazo para sua efetivação.

Então, ficou claro que era preciso compreender ainda mais sobre a complexidade que envolve a violência sexual contra crianças para identificar estratégias mais objetivas e eficientes para seu enfrentamento. O caminho deveria ser o da prevenção do abuso sexual para promover a saúde de crianças por meio do fortalecimento da sua autonomia, participação das famílias e capacitação e instrumentalização dos profissionais de diferentes áreas como saúde, educação, assistência, entre outros.

A Organização Mundial de Saúde chama atenção para as medidas adotadas por países industrializados e emergentes perante a violência, que priorizam ações de nível secundário e terciário (WHO<sup>1</sup>, 2002), ou seja, depois que a violência já ocorreu; quando a estratégia prioritária deveria ser atuar nas ações primárias de prevenção, pois elas possibilitam a promoção da não violência.

Lannene e Ziswiler<sup>2</sup> (2014) ratificam a importância de estratégias e dos programas de prevenção e os apontam como uma matriz promissora, que pode possibilitar a redução da incidência e dos impactos da violência. Segundo as autoras, na Suíça, os programas para pais têm demonstrado ser uma estratégia muito eficaz para a redução deste problema. Por outro lado, estudos baseados em evidências demonstram limitação para avaliar a eficácia das estratégias de enfrentamento do abuso sexual contra crianças. Para Gomes<sup>3</sup> et al (2010), no Brasil, as ações para enfrentamento da violência contra crianças têm centrado o foco mais nas vítimas e nos níveis secundário e terciário de prevenção, detendo-se menos na prevenção primária do fenômeno.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças<sup>4</sup> (CSDC) (1989), em seus Artigos 19º e 34ª, afirma que é papel do Estado a adoção de medidas sociais e educacionais para proteger a criança de todas as formas de violência, devendo fazer parte dessas, a implementação de procedimentos e programas sociais eficazes à sua prevenção. Para tanto, torna-se prioritário investir em estudos e pesquisas que gerem dados, informações e indiquem tecnologias para subsidiar esses programas e a tomada de decisão dos governos. Além disso, tecnologias educativas que favoreçam a abordagem de temáticas como sexualidades e infâncias, por exemplo, poderão contribuir para a reflexão e revisão de valores e práticas culturais que orientam as ações dos profissionais, das famílias e das comunidades em seu cotidiano e proporcionará às crianças envolvidas, direta ou indiretamente, o desenvolvimento de relações interpessoais sustentadas no respeito ao outro, às diferenças, à diversidade e às diferentes formas de descobrir, vivenciar e desenvolver a sexualidade.

O abuso sexual rompe com estruturas internas e externas, individuais e coletivas, essenciais para o desenvolvimento e bem estar do sujeito, e requer ações preventivas de promoção da saúde dos envolvidos, tais como: ações integradas com a participação de diversos atores sociais, principalmente aqueles com poder de decisão política, institucional e comunitária; projetos para capacitação dos profissionais das diversas áreas, que atuam com crianças e suas famílias, em temáticas relacionadas à promoção de cuidados e proteção infantil; identificação e adoção de tecnologias educativas (livros, jogos, manuais, cadernos, e outras ferramentas com diferentes linguagens) que favoreçam a abordagem de temas relevantes para a prevenção do abuso sexual de crianças, como é o caso da educação para a sexualidade saudável na infância.

Políticas e programas brasileiros lançam mão de estratégias que visam contribuir para o enfrentamento da violência sexual contra crianças. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança<sup>5</sup> (PNAISC) (BRASIL, 2015), por exemplo, apresenta seu compromisso com crianças em situação de violência e com a prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz, através da adoção de estratégias e implementação de ações, que incluem a organização de metodologias para apoiar os serviços e processos formativos de qualificação dos profissionais no atendimento à criança em situação de violência sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono.

Outra política que merece destaque é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente<sup>20</sup> (PNEVSCA) (2015), que, em seu Eixo Prevenção, afirma o seguinte objetivo “Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa.” (BRASIL, 2015, p. 35). A Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situações de Violências<sup>7</sup> (BRASIL, 2012) também ratifica que a violência sexual deve ser trabalhada preventivamente com as famílias, crianças e adolescentes.

Na área da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil<sup>8</sup> (DCNEI) (BRASIL, 2010), orientam para que as práticas pedagógicas promovam situações de aprendizagem que contribuam para a autonomia das crianças, para o cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar.

Essas normativas representam um avanço no enfrentamento do abuso sexual, no entanto, nota-se que, apesar do incentivo a realização de ações que favoreçam o desenvolvimento integral, autônomo e seguro das crianças, não são apresentadas

tecnologias educativas que possam orientar os profissionais das mais diversas áreas, assim como as famílias e cuidadores, na abordagem de questões relacionadas à prevenção do abuso sexual contra crianças, o que contribuiria significativamente para a promoção da sua saúde e enfrentamento dessa violência.

Por tecnologia educativa se compreende as práticas de educação em saúde que consistem no uso de metodologias, técnicas e instrumentos para abordar determinada temática, primando pela participação dos sujeitos e favorecendo a reconstrução do saber a partir do conhecimento dos participantes (GUBERTE<sup>9</sup> *et al* 2009).

Souza et al<sup>10</sup> (2014) concluem estudo sobre tecnologias educativas, afirmando que a diversidade de tecnologias, e seu uso na área da saúde de crianças, contribui para a identificação de novos modelos para prevenção, controle e tratamento de doenças, além de ser um instrumento de promoção da saúde por permitir o encontro, a troca de saberes, entre profissionais e usuários. A afirmação da relevância e eficácia do uso de tecnologias educativas para prevenção e promoção da saúde ratifica a importância de sua adoção para subsidiar ações de prevenção da violência sexual contra crianças.

Na esfera da educação, um estudo comparativo sobre práticas de educação sexual em escolas, no Brasil e em Cuba (SILVA E GUERRA<sup>11</sup>, 2013), destaca a incipiência do tema nas escolas: (1) a necessidade de impulsionar o debate teórico metodológico sobre a implementação da educação sexual como tema transversal; (2) o pouco tratamento metodológico que tem a implementação da educação sexual nas escolas, que permite compreender também o distanciamento de alguns docentes com um processo que as instituições e seus gestores não privilegiam; e (3) não existe uma lógica sobre quais temas devem ser desenvolvidos nas oficinas de educação sexual, segundo as prioridades identificadas e em consonância com alguns princípios diretores que devem sustentar a educação sexual, tais como a promoção do gozo pleno da sexualidade, a equidade de gênero e o respeito à diversidade.

Essas constatações também apontam para a urgência de investimento na pesquisa, elaboração e adoção de tecnologias educativas que favoreçam a abordagem desta temática, contribuindo para a prevenção da violência sexual e promoção da saúde das crianças. Neste sentido, pesquisas e o trabalho de instituições e organizações de proteção e garantia de direitos de crianças apontam que a abordagem da temática da sexualidade com as crianças constitui uma ação promotora da saúde e uma estratégia de enfrentamento do abuso sexual. Através das atividades de educação para as sexualidades, é possível trabalhar com as crianças, considerando as diferentes etapas do

desenvolvimento infantil, temas como o conhecimento de si mesmo, identidade, corpo, autoestima e autonomia, respeito às diferenças e à diversidade.

Essa visão é corroborada pela experiência de um trabalho sobre educação sexual em uma Creche/Pré-Escola da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual após cinco anos de discussão sobre a temática com crianças de cinco e seis anos de idade, concluiu-se que a educação sexual foi desenvolvida com as crianças como uma ação de prevenção e promoção da saúde, contribuindo para um futuro saudável para elas e suas famílias (DELL'AGLIO e GARCIA<sup>12</sup>, 1997).

Com o intuito de identificar os desafios para a implantação da educação sexual na escola, Silva e Guerra<sup>11</sup> (2013) apontam para a necessidade de mais pesquisas que discorram sobre esses temas, pois ainda se apresentam como campo de estudo significativamente limitado. O investimento no debate teórico metodológico sobre a implementação da educação sexual; a definição de quais temas devem ser desenvolvidos nas oficinas de educação sexual, segundo as prioridades identificadas; quais princípios diretores devem sustentar a educação sexual - a promoção do gozo pleno da sexualidade, a equidade de gênero e o respeito à diversidade, entre outros, são questões levantadas no estudo de Silva e Guerra<sup>11</sup> (2013), e que apontam para a relevância de se trabalhar com tecnologias que possam contribuir com as práticas de educação para as sexualidades de crianças como estratégia de prevenção do abuso sexual.

Este projeto aborda a sexualidade a partir de uma perspectiva de construção histórica, social e política que concebe a educação para as sexualidades como “prática que visa refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades” (XAVIER FILHA<sup>13</sup>, 2009, p. 33). Ainda segundo autora,

A conjunção e o artigo que ligam as palavras ‘educação’ e ‘sexualidade’ também podem ser pensados como a transitoriedade, ou seja, a educação para a ‘vivência’ da sexualidade. O termo, inclusive, poderia ser ‘educação para as sexualidades’. (2009, p. 34).

Essa perspectiva de pensar e agir as práticas de educação para as sexualidades possibilita vislumbrar a importância da identificação dessa temática nas estratégias de prevenção do abuso sexual. A análise de tecnologias educativas pode apontar caminhos que já estão sendo trilhados e/ou precisam ser problematizados para que essas práticas possam contribuir para promoção da saúde de crianças e prevenção do abuso sexual.

Assim, identificar tecnologias educativas que possam subsidiar as atividades dos profissionais na abordagem de temáticas importantes para a prevenção do abuso sexual de crianças torna-se um desafio rico e muito relevante.

O estudo teve como foco a análise de tecnologias educativas voltadas para prevenção do abuso sexual contra crianças. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Crianças<sup>4</sup> (1989), criança é todo o ser humano menor de 18 anos. No entanto, o Brasil, através do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>14</sup> - ECA (1990), resolveu ir além do proposto pela Convenção e diferenciou criança de adolescente, considerando criança a pessoa com até 12 anos e adolescente aquela que tiver entre 12 e 18 anos, buscando com isso destacar a especificidade destas fases e possibilitar que políticas públicas específicas sejam pensadas e implementadas para ambos públicos (ROSSATO<sup>15</sup>, 2013). Este estudo adotou a perspectiva de criança apresentada pelo ECA para considerar as especificidades de cada fase e pelo fato de alguns estudos apontarem que o abuso tem início nas faixas etárias de 3 a 5 anos idade (SANDERSON<sup>16</sup>, 2008), sendo relevantes as ações de prevenção primária com foco nesse público.

No intuito de contribuir para a promoção da saúde de crianças através da prevenção da violência sexual, constituiu-se como **objeto de estudo** desta dissertação: as tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças. Assim, o estudo pautou-se nas seguintes perguntas: Existem tecnologias educativas que podem subsidiar ações de prevenção do abuso sexual e promoção da saúde de crianças? Para quais públicos as tecnologias são direcionadas? Quais atividades/ações são apresentadas? Quais temáticas são propostas por essas tecnologias que podem contribuir para prevenção do abuso sexual? Existem tecnologias que podem contribuir no trabalho de educação para as sexualidades?

O texto da presente dissertação está organizado em três principais etapas, compostas pelos seguintes tópicos: a) marco-teórico conceitual do estudo; b) metodologia adotada, apresentando o caminho percorrido para coleta dos dados e o exercício de análise e interpretação dos resultados; e c) resultados e sua discussão.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Analisar tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças, nacionais e internacionais, produzidas no período de 2000 a 2016,

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças;
- Caracterizar as tecnologias identificadas segundo tipos, objetivos, autor/instituição, público alvo e outros aspectos pertinentes;
- Analisar atividades/ações propostas pelas tecnologias, destacando suas possibilidades e limites como estratégias para prevenção do abuso sexual e promoção da saúde das crianças.

### **3. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL**

Entre diversas questões que envolvem a apreensão do abuso sexual e sua prevenção, este marco teórico destacará os aspectos considerados mais relevantes para a relação com o objeto de estudo. Outros autores, teorias e abordagens trariam provocações interessantes, no entanto, a opção pela base teórica apresentada a seguir se deu, sobretudo, pelo substancial apoio na reflexão e análise dos resultados da pesquisa.

#### **3.1. Abuso Sexual Contra Crianças: implicações sócio-histórica e cultural**

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (WHO<sup>1</sup>, 2002), a violência de natureza sexual praticada contra uma criança ou adolescente, cujas principais manifestações são o abuso sexual e a exploração sexual, classifica-se como um tipo de violência interpessoal, podendo ocorrer no meio familiar ou comunitário. Ainda segundo o Relatório, meninas correm mais riscos em relação ao abuso sexual e podem ser três vezes mais vítimas dessa violência que os meninos, destacando sua possível interface com a violência de gênero e as questões que envolvem gênero na infância.

Para Vieira<sup>17</sup> (2012) “A violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente quando atinge o sexo feminino, é um produto histórico da constituição das relações sociais.” (VIEIRA<sup>17</sup>, p. 215, 2012). Ou seja, o fato da mulher e da criança, historicamente, ocuparem lugar e papel subalternos na estrutura familiar e social, expuseram-nas às situações de abuso sexual, especialmente no ambiente familiar, sendo este um dos aspectos da interface: violência sexual contra crianças e violência de gênero.

Apesar do mesmo Relatório da OMS (WHO<sup>1</sup>, 2002) apontar que meninos são as principais vítimas da violência física, é importante ressaltar que esses também são vítimas do abuso sexual. Se a denúncia de casos de abuso sexual contra meninas são pouco identificados, quando se trata de meninos os registros ainda são mais insipientes. Aspecto este que pode estar relacionado às práticas culturais de iniciação da vida sexual dos meninos violentas. Exemplo disso são os relatos de homens que tiveram sua iniciação sexual, ainda na infância ou adolescência, com jovens bem mais velhos ou adultos, em alguns casos pessoas que eram desconhecidas outros muito próximos à

vitima. O que havia em comum nesses casos, e ainda há no imaginário social, era a percepção desses atos como práticas culturais “naturais”, comuns, pela qual todo menino deveria/deve passar. Trata-se de uma construção social que precisa ser transformada para crianças, adolescentes, jovens vivenciem sua sexualidade com plenitude e liberdade, e assim, aprendam a respeitar a sexualidade do outro.

Apesar do reconhecimento da importância da abordagem da temática violência sexual contra crianças em suas diferentes formas de manifestação (abuso e exploração sexual), esta pesquisa debruçou-se no estudo de tecnologias para enfrentamento do abuso sexual pois percebeu-se que não seria possível abarcar as especificidades presentes nessas diferentes manifestações da violência sexual apenas neste estudo.

Merece destacar alguma consideração sobre o uso do termo abuso sexual. Alguns autores e críticos questionam o uso dessa expressão, pois pode permitir má interpretação, ao designar uso em excesso, além do limite, abusivo, de que houve um consentimento da prática em algum momento e passou a ser violência quando se tornou abusiva. No entanto, “em um sentido subjetivo, o abuso consiste no atentado ao direito que o indivíduo tem de propriedade sobre o seu próprio corpo” (GABEL, 1997 *apud* WERNECK et al<sup>18</sup>, 2014, p.72), uma negação da liberdade do outro, da igualdade e da vida (FERRARI e VECINA<sup>19</sup>, 2002). É neste contexto de significado que a expressão será utilizada aqui. Também pode ser adotada a expressão violência sexual (na qual o conceito de abuso sexual está inserido) quando esta for pertinente.

O abuso sexual na infância pode ser considerado como toda situação em que uma criança ou adolescente é utilizado para gratificação sexual de outra pessoa mais velha. Ele é cometido através da força, engano, violência psicológica ou moral. Pode ser do tipo intrafamiliar, quando o agressor é membro da família ou conhecido, ou extrafamiliar, quando o agressor é um estranho, podendo ser definido como:

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física. (SANDERSON<sup>16</sup>, 2008, p. 17).

Neste conceito estão inseridos todos os tipos de encontros sexuais e comportamentos de aliciamento, linguagem ou gestos sexuais, voyeurismo (adulto que

tem o prazer de assistir a criança despindo-se, masturbando-se, etc), exibicionismo (exibição, por parte do adulto, de órgão sexual, masturbação, etc), carícias, masturbação e penetração com dedos ou pênis (SANDERSON<sup>16</sup>, 2008). Merece destaque o fato de que nem toda situação de abuso sexual envolve contato físico, o que dificulta ainda mais a identificação do abuso, sendo relevante sempre considerar a fala da criança.

Das 42.114 denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes registradas no primeiro trimestre de 2015 na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>20</sup> (SDH/PR), através do Disque 100, 21,9% dos casos eram referentes à violência sexual (abuso e exploração sexual), sendo que 83% desses tratavam-se apenas de abuso sexual (BRASIL<sup>20</sup>, 2015). Esses dados apontam ainda para o fato de 58% dos casos de abuso sexual ser do tipo intrafamiliar, o que dificulta a identificação dessas situações, pois o vínculo hierárquico e afetivo existente entre a vítima e o agressor favorece o pacto de silêncio. Além disso, apesar da maior parte dessas denúncias serem de casos de crianças entre 6 e 9 anos, estudos apontam que o abuso tem início nas faixas etárias de 3 a 5 anos idade (SANDERSON<sup>16</sup>, 2008).

Segundo a OMS (WHO<sup>1</sup>, 2002), as consequências mais frequentes da violência sexual são a gravidez e as complicações ginecológicas; a infecção por doenças sexualmente transmissíveis; o comprometimento da saúde mental; a manifestação de comportamento suicida. Para Sanderson<sup>16</sup> (2008), são inquestionáveis os efeitos do abuso sexual na vida sexual, emocional, psicológica e social. Na infância, a literatura aponta diversos impactos que o abuso pode causar, contudo, a autora considera que “o dano maior é provocado pela reação dos adultos e dos profissionais diante da revelação, e essa reação é responsável pelo trauma verificado na criança” (SANDERSON<sup>16</sup>, 2008, p. 168).

Ferrari e Vecina<sup>19</sup> (2002) consideram que as consequências da violência podem variar entre as vítimas e dependem de fatores como: idade da pessoa agredida e da que agride; do tipo de relação entre eles; da personalidade da vítima, da duração e da frequência da agressão; do tipo e da gravidade do ato; da reação do ambiente. A curto prazo, podem apresentar: distúrbios de sono, mudanças de hábito alimentar, sentimento de culpa, hostilidade diante do sexo do agressor, baixa autoestima, dificuldades escolares, entre outros comportamentos; a longo prazo: fobias, personalidade antissocial, isolamento, depressão com ideias de suicídio, drogadição e alcoolismo, entre outros comportamentos (FERRARI e VECINA<sup>19</sup>, 2002).

É importante ressaltar que esses comportamentos não se apresentam simultaneamente, e que “marcas e consequências serão singulares e dependem do repertório simbólico que cada criança ou cada adolescente possui para elaborar o trauma” (WERNECK *et al*<sup>18</sup>, 2014, p.78), mas a presença de uma dessas consequências isoladamente já é suficiente para agredir o direito à integridade e desenvolvimento saudável da criança.

Para Werneck *et al*<sup>18</sup> (2014), o abuso sexual deve ser compreendido como violação de direitos humanos, de direitos sexuais e reprodutivos, de direitos legais, de poder, de papéis, à fase de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que esta pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares. Assim sendo, o abuso sexual é uma violação não só às questões relacionadas à sexualidade das crianças e adolescentes, mas a direitos humanos fundamentais desses sujeitos, como a garantia ao desenvolvimento saudável com segurança, proteção e afeto.

A Lei nº 12.015/2009, que versa sobre Crimes contra a Dignidade Sexual, considera como crime de estupro de vulnerável, independentemente do sexo da vítima, qualquer tipo de relacionamento sexual (conjunção carnal ou outro ato libidinoso) com crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos. É crime também a prática de tais atos diante de menores de 14 anos ou a indução a presenciá-los (BRASIL<sup>21</sup>, 2009).

A exposição dos conceitos relacionados à violência sexual – abuso e exploração sexual - além de possibilitar as considerações apresentadas acima, permite identificar a presença de aspectos históricos, sociais e culturais na origem dessas práticas que alimentam sua perpetuação. Segundo Vieira<sup>17</sup> (2012), a violência sexual é fruto de relações de poder, favorecida por relações sociais desiguais, assimétricas, fortalecidas por pactos de silêncio nas famílias e na sociedade, e que encontram o sustento para sua manifestação na fragilidade a que são expostas as crianças e adolescentes, suas vítimas. Portanto, é uma violência estruturante.

Esses aspectos devem ser considerados na análise da complexidade do fenômeno para melhor se aproximar de sua apreensão e para evitar análises reducionistas, que tendem à naturalização do abuso sexual, historicamente presente nas relações sociais. “(...) é imprescindível compreender esse fenômeno dentro das dinâmicas e dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços, nos quais ele se manifesta.” (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012, p. 207).

Ainda segundo a autora, o abuso sexual encontrou condições para se manter na sociedade contemporânea, que ainda se sustenta por valores e práticas construídos

historicamente, como o patriarcado, o machismo e o sexismo. Esses valores favorecem a perpetuação das desigualdades de gênero, da assimetria de poder e da reprodução de papéis sociais onde o homem é o chefe da família (racional, agressivo, dominador) e a mulher e a criança (dóceis, passivas e dependentes) tornam-se frágeis, submissas e dependentes do homem, em outras palavras, vulneráveis às situações de violência (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012). É nesse tipo de relação que a violência sexual, mais especificamente o abuso sexual, encontra forças para sua manifestação. O contexto de dominação, enraizado nos valores do patriarcado, torna as crianças vulneráveis ao abuso. O ambiente que deveria proporcionar-lhe segurança, proteção e afeto para seu desenvolvimento saudável torna-se fator de risco e favorece a violência.

Fato recente, e que demonstra estratégias que são utilizadas para perpetuação de relações sociais desiguais e dominadoras, é a criação do Projeto de Lei – PL 193/2015<sup>22</sup> do Senado Federal que visa incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional (de que trata a Lei nº 9.394/96) o "Programa Escola sem Partido" que, acusando professores e autores de materiais didáticos de praticarem doutrinação política e ideológica com os estudantes, propõe que essas temáticas não sejam discutidas na escola. A iniciativa é justificada por seus proponentes entenderem que os professores podem:

[...] tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (BRASIL<sup>22</sup>, 2015, p. 5)

Este Projeto de Lei demonstra uma preocupação maior, intrínseca à proposta, com o controle da vida social, dos corpos, e assim, da sexualidade dos cidadãos estudantes, do que com uma educação promotora de saúde e em defesa da cidadania. Aproveitando-se do oportuno momento político partidário desfavorável no Brasil, seus autores apresentam essa proposta, que é apoiada pela comoção social de grupos conservadores e beneficiários das relações sociais desiguais e dominadoras.

Para Felizardo *et al*<sup>23</sup> (2006), a compreensão do abuso sexual deve ser norteada pela análise de três questões: a família, a sexualidade e a violência. Assim, a leitura de forma crítica e contextualizada do fenômeno da violência sexual contra crianças é de significativa importância para se pensar em estratégias que contribuam para a proteção e garantia dos direitos humanos das crianças e promoção do seu desenvolvimento

saudável, indo além da busca por sua definição, tipologias e classificação, considerando sobretudo a dinâmica sociocultural e as relações de poder produzidas por esta.

### 3.2. Infâncias e Sexualidades

A reflexão desses conceitos no marco teórico visa situar o leitor sobre a perspectiva de “crianças” e de “sexualidades” abordada no estudo. Assim, parte-se da pluralidade para destacar que o enfoque do estudo considera a diversidade regional, cultural, econômica e política do tema, que extrapola questões geográficas e traz especificidades para o olhar sobre a infância, resultando em diferentes representações da criança brasileira e daquela que vive em diferentes partes do mundo. Fato que é confirmado por Almeida<sup>24</sup> (2012) ao destacar que “Os modos de vida, as condições de existência das crianças são fatores determinantes para a conceitualização da infância no mundo contemporâneo.” (ALMEIDA<sup>24</sup>, 2012, p. 246)

É importante ressaltar que a infância é uma categoria socialmente construída, permeada pela concepção histórica da criança como destinatária passiva dos conhecimentos transmitidos pelo adulto. Segundo Almeida<sup>24</sup> (2012), conceber a infância como uma categoria social e um grupo social de sujeitos de direitos inaugura uma mudança na forma de ver a criança, passando a considerá-la como sujeito, dinâmico e ativo, com características próprias e que interagem na comunicação de saberes e valores com seus pares, com os adultos e com sua cultura. Essa concepção permite pensar a existência de infâncias e de crianças, não como um “ser universal”, mas sujeitos nas e das culturas. A pesquisa adotou este olhar para as infâncias e crianças por considerá-lo essencial para a leitura da complexidade que envolve o abuso sexual infantil e por possibilitar uma análise das tecnologias educativas, considerando as diversidades e diferenças culturais.

Discutir problemáticas relacionadas às infâncias convida todo pesquisador, estudioso ou profissional que atue com este público, a uma breve revisão da história social das crianças. Breve também porque a concepção de crianças que circula na atualidade é uma construção social recente. Rizzini e Pilotti<sup>25</sup> (2011) apresentam uma leitura histórica da atenção dispensada às infâncias no decorrer dos últimos séculos, em que as ações são movidas por interesses sociais, econômicos e políticos, como ainda hoje é possível identificar. Esses autores afirmam que “em qualquer parte do mundo, existiram crianças desvalidas, - sem valor para e sem a proteção de alguém – órfãs, abandonadas, negligenciadas, maltratadas e delinquentes” (RIZZINI e PILOTTI<sup>25</sup>, 2011, p. 17), o que levou a criação de instituições para ampará-las, leis para protegê-las

e a definição de métodos para sua educação. Contudo, as práticas nem sempre traduziram esses objetivos.

No Brasil, essa história pode ser contada pelas mãos de quem as crianças passaram (RIZZINI e PILOTTI<sup>25</sup>, 2011):

- pelas mãos dos jesuítas, com intuito de catequizar as crianças indígenas;
- pelas mãos dos senhores que, mesmo depois da Lei do Ventre Livre, mantinham as crianças negras sob seu domínio para ressarcir gastos com elas;
- pelas mãos da Santa Casa de Misericórdia, que recebia pelas Rodas as crianças enjeitadas ou expostas;
- pelas mãos dos asilos, que encaminhavam os órfãos, abandonados ou desvalidos, “perturbadores da ordem social”, para a educação industrial e doméstica;
- pelas mãos dos tribunais, que recolhiam menores, viciosos e delinquentes, para reformatórios e casas de correção;
- pelas mãos da polícia, que fazia a “limpeza” das ruas, retirando elementos considerados indesejados;
- pelas mãos dos patrões, que recrutavam mulheres e crianças, entre essas as dos asilos, para serem exploradas nas fábricas;
- pelas mãos da família, que mesmo em condições de pobreza conseguiam criar seus filhos e os “filhos de criação”, apesar das violentas intervenções do Estado para retirar o Pátrio Poder das famílias pobres;
- pelas mãos do Estado, através do Serviço de Assistência a Menores (SAM);
- pelas mãos das Forças Armadas, que criaram a FUNABEM e a FNBEM para controlar os “menores abandonados”;
- pelas mãos dos Juízes de Menores, que graças ao Código de Menores, possuíam poder e autoridade sobre o destino delas;
- pelas mãos da Sociedade Civil, que graças à iniciativa de Organizações Não Governamentais (ONG), movimentos sociais, apoio de igrejas, pressões e respaldos transnacional e alguns órgãos do governo, reivindicaram os direitos de cidadania para crianças e adolescentes, influenciando a formulação da Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando o atendimento à criança e ao adolescente a fazer parte das políticas sociais.

A partir da Constituição Federal do Brasil<sup>26</sup> (CFB) (1988) a criança e o adolescente passam a ter direito à proteção integral. Segundo o artigo 227 da Constituição:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CFB<sup>26</sup>, 1988)

Assim, é possível perceber que a criança concebida como sujeito de direito é uma conquista recente. O histórico de assistência à infância no Brasil possui o registro de práticas abomináveis, indignas de serem praticadas com um ser humano, ainda piores quando relacionadas às crianças e adolescentes negras e indígenas. E é graças ao trabalho de muitos defensores e dos movimentos sociais de luta pela infância, além da pressão das normativas internacionais assinadas pelo Brasil que exigiam o cumprimento de acordos pelas crianças do país, que os direitos deste grupo social passam a ser regulamentados, apesar de ainda violados.

Estas conquistas refletiram na forma da sociedade se relacionar com as crianças. A partir de então, se deu o incentivo para a implementação de políticas de saúde e o exercício de práticas de proteção e bons tratos na educação das crianças, iniciando a integração de estudos e pesquisas que afirmam a importância do incentivo à escuta das crianças, a promoção da participação infantil e o exercício de sua cidadania desde cedo, em prol da promoção de direitos deste público. Mas, ainda há muito que caminhar para a promoção do desenvolvimento das crianças brasileiras, respeitando a diversidade cultural que constitui esse país.

Apesar do ECA ter completado 26 anos, os direitos de milhares de crianças brasileiras permanecem sendo violados. O contexto histórico-social atual mudou e com ele novas questões - e velhas questões não resolvidas, mas transformadas - se apresentam solicitando intervenções imediatas. A gritante desigualdade social, as diferentes e crescentes manifestações de violência diária, os desafios para enfrentar o racismo, as desigualdades de gênero, a defesa da garantia à saúde e educação de qualidade, entre outras questões, fazem-se presentes na sociedade e atingem, de diversas formas, a vida das crianças, principalmente as mais expostas às situações de vulnerabilidade social.

A atuação integrada da família, do Estado e da sociedade precisa ser fomentada para superação de alguns desses problemas, prioritariamente, para enfrentar as violências contra crianças. Sustentando essas práticas estão questões históricas, políticas e culturais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que se alimentam das assimetrias de poder, de gênero e de idade, presentes em algumas relações sociais e familiares, e que têm se perpetuado.

Pensar nas violências sofridas pelas crianças convoca a refletir sobre a importância da identificação de estratégias que favoreçam a promoção de bons tratos na educação e na relação com esse público. Com esse objetivo, diversas iniciativas exitosas, especialmente não governamentais, existem em todas as regiões do Brasil (GOMES et al<sup>3</sup>, 2010) com foco na prevenção da violência e promoção da saúde de crianças. Contudo, iniciativas voltadas para a prevenção da violência sexual através da educação para as sexualidades de crianças são raras na literatura.

Falar em sexualidade, sexualidade e infância, e educação para a sexualidade têm sido motivo para caras e bocas, sobranceiras arqueadas, olhos arregalados, faces ressaltadas e desconversas; em resumo, é sinônimo de tensão. Mas, por quê? Essa resposta vai de encontro a comportamentos e atitudes de medos, tabus, controles e relações de poder, que estão envolvidos na junção dos termos: sexualidade e criança.

Para Ferrari e Vecina<sup>19</sup> (2002), a sexualidade humana é expressão e construção que se dá do nascimento à morte:

Na busca de uma definição do que é sexualidade humana vemos que, ao contrário do conceito de sexo, ela constitui parte integral da personalidade humana, integrando experiências afetivas exclusivamente pessoais, aprendizados socioculturais de convivência, crenças e valores construídos ao longo da história. (FERRARI e VECINA<sup>19</sup>, 2002, p. 114)

Assim sendo, segundo essas autoras, não é possível falar de sexualidade e relação sexual sem as vincular de temáticas sociais, históricas, culturais, antropológicas, psicológicas e religiosas. É um equívoco pensar que sexualidade está restritamente centrada no ato sexual, nos órgãos sexuais ou na definição do que é masculino e feminino, está relacionada a experiências emocionais, afetivas, psicológicas, físicas e sociais do sujeito, dos sujeitos e entre os sujeitos. Outro aspecto de relevância é que a sexualidade possui várias formas de expressão e que estas se transformam ao longo do

tempo. Por isso, discutir sexualidade na infância é diferente de discuti-la na adolescência, na fase adulta e na velhice.

Na reflexão sobre a sexualidade de crianças, uma série de concepções equivocadas, barreiras e tabus se apresentam para explicar a sua sexualidade como algo que não se pode falar ou esta como um ser assexuado. Constantina Xavier Filha<sup>27</sup> (2012) pesquisadora do tema sexualidade e infância, fala sobre concepções que orientam discursos e práticas dos adultos (profissionais da saúde, educação, famílias, cuidadores, entre outros) em relação às crianças e suas sexualidades.

Para a autora, existem diferentes abordagens da sexualidade na infância: (1) uma de enfoque biológico que considera a sexualidade como algo inato, da essência do sujeito e que não se manifesta nas crianças, pois são seres assexuados; (2) outra de enfoque empirista, que concebe a criança como um ser vazio, inocente, sem malícia, sendo as manifestações de sua sexualidade resultado das influências do mundo, principalmente dos meios de comunicação ou do ambiente familiar sexualizado; e (3) uma última do construcionismo social, que concebe a criança como sujeito pensante, ativo na/da cultura, ou seja, sua sexualidade é resultante de discursos presentes na sua sociedade e cultura (mediados pela linguagem, representações e relações de poder) e também da forma como os próprios sujeitos reagem a essas determinações (XAVIER FILHA<sup>27</sup>, 2012).

O presente estudo utilizará o termo “(...)‘expressões da sexualidade’ para designar às formas pelas quais as crianças buscam saber e vivenciar seus prazeres de conhecer a si e aos outros/as.” (XAVIER FILHA<sup>27</sup>, 2012, p. 25). Conceber a sexualidade por este enfoque favorecerá o desenvolvimento da ideia da educação para as sexualidades como estratégia de prevenção da violência sexual de crianças.

A expressão “Educação para a sexualidade” é adotada por um grupo de pesquisadores que tem o objetivo de provocar discussão e reflexão na abordagem da sexualidade infantil para além de uma visão biologicista e essencialista, como é o caso das expressões mais conhecidas “educação sexual, orientação sexual, educação em sexualidade, educação sexualizada”, entre outras (BORTOLOZZI, RIBEIRO, MARGALHÃES<sup>28</sup>, 2014). A educação para a sexualidade compreende que a abordagem da sexualidade de crianças requer a inclusão de questões sociais, como gênero, raça/etnia, diferenças e papéis sociais, presentes na medicina, na família, na educação escolarizada, na psicologia e na sociedade em geral, que precisam ser

repensadas, questionadas e transformadas e, assim, contribuir para promover a saúde das crianças.

É essa forma de pensar a sexualidade que sustenta a percepção da educação para as sexualidades como um caminho de prevenção da violência sexual de crianças, pois permite, por um lado, dar visibilidade e provocar reflexão sobre práticas presentes na sociedade e na cultura que colaboram para a vulnerabilidade das crianças e, por outro lado, possibilitar a identificação de tecnologias educativas que possam abordar temas como pertencimento do corpo, autoestima, questões de gênero, raça/etnia, respeito às diferenças e à diversidade.

O construcionismo social se apresenta como uma teoria que poderá contribuir significativamente com a reflexão desse estudo, por ser uma perspectiva que enfatiza o caráter de construção e criação a partir das relações sociais, especialmente mediadas pelo diálogo. Para Gergen<sup>29</sup> (2010), esta teoria apoia-se na ideia básica de que a construção do mundo se dá através das práticas sociais, permeadas por questões históricas, políticas e ideológicas das tradições a que pertencemos, significando valores e atitudes. Segundo este autor:

Os construcionistas ressaltam o potencial para a mudança do ser humano porque percebem como as formas da vida cultural são sustentadas por significados e valores compartilhados; mudando os discursos e os valores, a vida cultural pode mudar drasticamente. (GERGEN<sup>29</sup>, 2010, p. 95).

Schwandt<sup>30</sup> (2006) ratifica essa ideia ao afirmar que o significado e valor que a cultura possui é uma questão de compreensão das práticas sociais e de análise das estratégias em jogo em determinados discursos. Se forem estimuladas mudanças nas práticas sociais violentas, a cultura da não violência pode ser construída.

As considerações tecidas pelos autores sobre o construcionismo ajudam a identificar como esta teoria poderá agregar contribuição para melhor compreensão das questões relacionadas à complexidade que envolve o abuso sexual de crianças, bem como para a análise das tecnologias educativas, destacando atividades que podem contribuir para mudança ou perpetuação de práticas sociais que favorecem a ocorrência desta violência.

Ainda segundo Gergen<sup>29</sup> (2010), as formas de diálogo incentivadas pelo construcionismo devem favorecer a criação de novas realidades e valores: “O desafio não é encontrar a “única e melhor forma”, mas criar tipos de relação através das quais se

possa construir o futuro de maneira colaborativa.” (GERGEN<sup>29</sup>, 2010, p.31). Os tipos de diálogos e relações propostas nas tecnologias educativas voltadas para prevenção do abuso sexual, aqui estudadas, será um aspecto de relevância na análise dos dados.

### 3.3. Abuso sexual: na perspectiva da prevenção e promoção da saúde

Apesar das inúmeras barreiras que precisam ser ultrapassadas para que governos, famílias, profissionais de diversas áreas e sociedade encarem o problema do abuso sexual e realizem intervenções com o objetivo de garantir os direitos das crianças para seu desenvolvimento saudável, a inserção da violência sexual como problema de saúde pública possibilita a identificação de caminhos que podem ser percorridos para seu enfrentamento de forma coletiva. No entanto, as ações de prevenção primária são apresentadas como um diferencial no enfrentamento do abuso sexual, pois podem melhor se aproximar da complexidade que constitui esta violência. Segundo Scodelario,

Etimologicamente, prevenir, vir antes, tomar a dianteira, provém do latim *praevenire*. Entre as definições dadas em dicionários, uma delas é antecipar-se, preparar-se, outra é impedir que aconteça, proibir, evitar, interromper. (SCODELARIO<sup>31</sup>, 2002, p. 217).

No entanto, a autora salienta que a essa definição de prevenção, é preciso considerar as concepções teóricas, ideológicas e até filosóficas dos propositores das ações preventivas, pois, citando como exemplo o histórico das ações preventivas na área da saúde mental (que, em algum momento, julgou ser possível prevenir a loucura e o crime), pode-se justificar a adoção de práticas normativas e adaptativas para preservar a vida ou promover melhor qualidade de vida (SCODELARIO<sup>31</sup>, 2002). Ainda segundo Scodelario<sup>31</sup> (2002), a perspectiva de prevenção que pode contribuir no enfrentamento das violências ocorridas no contexto intrafamiliar, entre essas o abuso sexual, é aquela que considera aspectos políticos, econômicos, culturais e educacionais, sendo implementada de forma intersetorial e multidisciplinar.

Outra vertente que atua no enfrentamento do abuso sexual é a Promoção da Saúde (PS), entendida como a ação que possibilita a criação e implementação de estratégias que podem contribuir a esta perspectiva de prevenção graças a sua

concepção de saúde e de fortalecimento dos aspectos protetivos, estando esses relacionados a fatores individuais, coletivos, institucionais e culturais.

Contudo, alguns questionam a ideia genérica de promover saúde (o que permite seu uso para atender a diferentes interesses políticos e ideológicos), outros criticam a amplitude do conceito (o que favorece seu uso de forma confusa), e há ainda os que destacam as variações em torno do seu significado, que vão desde uma perspectiva focada na mudança do estilo de vida do indivíduo a uma perspectiva crítica que concebe o capitalismo como produtor de doença (Vasconcelos e Schmaller<sup>32</sup>, 2014). Segundo essas autoras, é um termo que provoca controvérsias, confluências e dissonâncias.

Ainda segundo Vasconcelos e Schmaller<sup>32</sup> (2014), a promoção da saúde, enquanto movimento sanitário, nasce como crítica ao enfoque biomédico de atenção à saúde, que teria o médico como sujeito central e o trabalho de saúde centrado na atenção curativa individual; estratégia duramente criticada por favorecer o crescimento dos serviços privados, como os planos de saúde e a indústria de medicamentos e equipamentos hospitalares. Ao longo de sua trajetória teórico-metodológica, a promoção da saúde migrou de uma estratégia centrada no indivíduo (propondo modificação de hábitos, estilos de vida e comportamentos individuais) para uma estratégia que incorpora os determinantes sociais de saúde, discutindo os impactos de questões como classe social, raça, gênero, condições de trabalho e moradia, entre outros, na determinação da saúde.

No Brasil, críticas ou resistência à PS são feitas pelo Movimento de Reforma Sanitária - MRS que defende a perspectiva da totalidade na atenção à saúde e, apesar de apresentar propostas que se aproximam das ideias da PS, critica o fato dessa estratégia de atenção à saúde, nos moldes internacionais, não garantir as mudanças necessárias nos serviços de saúde, de forma integral. Outro fator de resistência é o fato da promoção da saúde nascer em países centrais, com realidade socioeconômica bastante diferente da brasileira, e a adoção de sua ideologia pelo mercado (para disseminação de novos padrões de consumo com discurso de “promover saúde”). Por consequência, o conceito de promoção da saúde não teve relevância por um período considerável, apesar de seus ideais estarem presente nas discussões da Saúde Coletiva (Vasconcelos e Schmaller<sup>32</sup>, 2014). As discussões ideológicas, conceituais e políticas entorno da PS, continuam e a faz avançar, no entanto, a crítica, além de apontar suas contradições não nega as potencialidades da PS no contexto do Sistema Único de Saúde (COSTA<sup>33</sup>, 2014).

São as possibilidades identificadas em alguns ideais e princípios da PS (Concepção holística de saúde, Equidade, Intersetorialidade, Empoderamento, Participação Social, Ações Multi-estratégicas e Sustentabilidade) que levam a crer no potencial das estratégias de prevenção do abuso sexual para promover a saúde de crianças. Por buscar compreender o sujeito de forma integral, como um ser biopsicossocial, e por considerar a saúde como processo complexo resultante da articulação de diferentes fatores como alimentação, justiça social, ecossistemas, renda e educação e fruto das ações do Estado e da singularidade, autonomia e participação dos sujeitos, na perspectiva da promoção, a saúde não pode ser atribuída à responsabilidade de uma única área de conhecimentos e práticas (CZERESNIA<sup>34</sup>, 2003). Ainda para esta autora, “qualquer teoria é redutora e incapaz de dar conta da totalidade dos fenômenos de saúde e do adoecer” (CZERESNIA<sup>34</sup>, 2003, p. 46). Assim, a abertura ao diálogo com outras áreas, a constituição de redes e o incentivo à ação intersetorial são algumas das estratégias privilegiadas da promoção da saúde que contribuem para a prevenção das violências contra crianças.

Esse tipo de abordagem precisa ser fomentada e fortalecida nas estratégias de enfrentamento do abuso sexual contra crianças para que o assunto possa ser “encarado” de forma proporcional à sua dimensão, e assim, se aproximar dos contextos onde essa prática ocorre ou pode ocorrer, além das vítimas, das famílias e de profissionais diversos que, direta ou indiretamente, podem lidar com esse público durante seu trabalho.

Para Gomes et al<sup>3</sup> (2010), a prevenção – no âmbito social e de saúde – refere a:

[...] estratégia de ação orientada para o fortalecimento dos sujeitos, objetivando melhoria de sua qualidade de vida e direcionando análises e ações no sentido da inclusão social. A prevenção tem como base a filosofia da melhoria contínua (...) suas bases são ações educativas, continuadas e participativas e ações de vigilância que vinculam a população e grupos específicos, geralmente os mais vulneráveis. (GOMES *et al*<sup>3</sup>, 2010, p. 15).

Nesse conceito é possível visualizar o aspecto promotor da prevenção ao objetivar a qualidade de vida, buscar melhora contínua e se basear em ações educativas participativas. Esses autores apresentam ainda termos que são utilizados como referência à prevenção: a prevenção primordial, que visa evitar o surgimento de problemas relacionados à saúde, vida social, econômica e cultural; a prevenção

primária, ações voltadas para evitar doenças e agravos trabalhando em cima de suas causas; a prevenção secundária, que busca a identificação e correção prévia do problema; e a prevenção terciária, que atua nos problemas já ocorridos com foco na redução de danos e integração de pessoas. Vale salientar, no entanto, que a perspectiva de prevenção relacionada à promoção da saúde não restringe sua ação exclusivamente aos sujeitos ou indivíduos, neste estudo às crianças, mas propõe intervenções que integrem os “diversos sujeitos” e setores que podem contribuir para a ocorrência, perpetuação e enfrentamento da problemática, neste caso o abuso sexual.

De acordo com o apresentado por Gomes *et al*<sup>3</sup> (2010) os propósitos da prevenção primordial e primária são os que mais se aproximam da perspectiva de promoção da saúde deste estudo, que buscou debruçar sua análise nas tecnologias educativas voltadas para esses níveis, por considerar que essas concepções estão mais relacionadas à perspectiva de prevenção da violência e promoção da saúde. Assim, as tecnologias voltadas para a prevenção secundária e terciária não foram o foco de análise da pesquisa.

Além de colaborar para a promoção da saúde de crianças, as ações de prevenção primária do abuso sexual apresentam-se como estratégicas por possibilitarem a abordagem aos sujeitos vulneráveis à violência antes de se tornarem vítimas dela e por suas ações serem consideradas de baixo custo, quando comparadas às estratégias de nível secundário e terciário (WHO<sup>1</sup>, 2002).

Apesar das críticas existentes sobre as aproximações e dissociações entre prevenção e promoção, ao analisar os propósitos de ambos, enquanto conceitos e políticas, é possível identificar a interface e complementaridade entre esses para o desenvolvimento de estratégias. Tendo em vista o paradigma da promoção da saúde, é possível afirmar que a perspectiva de prevenção holística apresenta-se como caminho estratégico para o desenvolvimento de ações visando o enfrentamento do abuso sexual e a promoção da saúde de crianças.

Como mencionado, as políticas e programas criados no Brasil, para enfrentamento da violência sexual, destacam a relevância das ações de prevenção e garantia do desenvolvimento saudável de crianças. Contudo, a identificação de tecnologias educativas que favoreçam o desenvolvimento de atividades para prevenção da violência e abordagem de temáticas como educação para a sexualidade de crianças, se apresenta como um desafio para a atuação dos profissionais das mais diversas áreas

que trabalhem com crianças e suas famílias, em especial as que se encontram em situação de vulnerabilidade.

### 3.4. Tecnologias educativas

A adoção do termo Tecnologia educativa, para referir-se às metodologias construídas para instrumentalizar profissionais (ou fruto das aprendizagens da prática de trabalho desses) e outros atores sociais, nas ações de intervenção sobre o abuso sexual contra crianças, resulta de um processo de pesquisa sobre como essas ferramentas são nomeadas pelos seus criadores e qual termo seria mais adequado para abarcar a diversidade de propostas e nomenclaturas que essas recebem.

Neste processo, foi identificado o termo Tecnologia Social adotado pelo Instituto de Tecnologia Social<sup>1</sup> (ITS) para referir-se a “[...] práticas de intervenções sociais que se destacam pelo seu êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções que se relacionam estreitamente com a realidade dos locais ao qual se aplicam.” (ITS<sup>35</sup>, 2004, p. 122). Segundo seus autores, a adoção de um *novo nome* vem para dar visibilidade à diversidade de práticas e aprendizagens que delas resultam que, na maioria das vezes, ficavam restritas aos espaços institucionais aonde são implementadas, enquanto poderiam ser compartilhadas, adequadas e adotadas por outras instituições e para outras realidades.

O ITS<sup>35</sup> (2004), durante desenvolvimento do Projeto CBRTS<sup>2</sup>, debruçou-se em um processo de construção do conceito de Tecnologia Social através da análise de instrumentos produzidos por organizações não governamentais, pois partiram da percepção de que “[...] debruçar-se sobre o modo de fazer da produção de conhecimento das ONGs poderia ser extremamente revelador daquilo que se concebia como TS.”

---

<sup>1</sup> ITS é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e foi fundado em 2001, com a missão de “promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento, a fim de que se atendam as demandas da população”. Nasce, portanto, com o objetivo de contribuir para a construção de “pontes” eficazes entre demandas e necessidades da população<sup>3</sup> e o conhecimento científico produzido no país (qualquer que seja o lugar no qual é produzido: instituições de pesquisa, universidades, ONGs ou movimentos populares). O que se destaca é a identificação de onde os conhecimentos estão e como podem ser mobilizados para responder a demandas e necessidades da população. (ITS, p.119, 2004)

<sup>2</sup> Projeto Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS), com o objetivo de “identificar, conhecer, sistematizar e disseminar práticas de tecnologia social”, envolvendo ONGs, poder público, universidades e institutos de pesquisa.(ITS, p. 121, 2004)

(ITS<sup>35</sup>, 2004, p. 124), por essas proporem soluções para problemas relacionados à prática, fazendo ricas aproximações entre teoria e prática. No entanto, sinalizam que isso não significa que este conceito não inclua as aprendizagens e produções de outros atores sociais, que inclusive participaram nas discussões, reflexões e debates promovidos pelo Projeto CBRTS para construção do conceito de TS.

O resultado desse exercício foi a conceituação de TS como “Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS<sup>35</sup>, p. 130,2004), destacando que esse conceito carrega diversas implicações em relação aos aspectos da realidade que a noção de TS pode estar envolvida, entre essas o **modo de fazer específico** de intervenção sobre a realidade, que está ligado tanto aos parâmetros que caracterizam o processo de intervenção quanto aos resultados esperados (ITS<sup>35</sup>, 2004, p. 133).

A especificidade destacada pelo ITS tem relação com o objeto de estudo desta pesquisa, que busca identificar instrumentos que possam contribuir para prevenção do abuso sexual, produzidos por instituições Governamentais, ONG, Empresas, entre outros atores. As tecnologias educativas têm características muito específicas quanto ao formato (cadernos, manuais, kits, entre outros), propósitos (educativo, instrutivo, complementar, entre outros) e legitimidade (nem todas as produções são publicadas ou cadastradas em uma base de dados, o que dificulta o seu acesso e reconhecimento pelos pares).

O termo tecnologia educativa é utilizado em diferentes áreas do conhecimento e na área da saúde tem fomentado pesquisas voltadas para a educação em saúde, onde já é considerada como instrumental para a promoção de comportamentos saudáveis através da aprendizagem de cuidados com a saúde (SOUZA *et al*<sup>10</sup>, 2014).

Guberte *et al*<sup>9</sup> (2009) definem as tecnologias educativas como práticas de educação em saúde que consistem no uso de metodologias, técnicas e instrumentos para abordar determinada temática, primando pela participação dos sujeitos e favorecendo a reconstrução do saber a partir do conhecimento dos participantes.

Característica importante observada nas pesquisas voltadas para a identificação dos benefícios das tecnologias na educação em saúde é seu potencial mediador para a construção e/ou estabelecimento de vínculos entre profissionais de saúde e usuários dos serviços, pois trata-se de uma estratégia que não prima pela transmissão do conhecimento dos técnicos para os usuários, mas pela construção do conhecimento entre

esses atores, possibilitando a produção de novos saberes através da interação entre conhecimentos científico e popular (SOUZA *et al*<sup>10</sup>, 2014, CABRAL *et al*<sup>36</sup>, 2016, BARBOSA *et al*<sup>37</sup>, 2016).

Barbosa *et al*<sup>37</sup> (2016) reforçam que, nos contextos de saúde, as tecnologias educativas têm sido planejadas e implementadas com vistas a traduzir o conhecimento científico em ferramentas, processos e materiais criados para qualificar o atendimento prestado aos usuários, favorecendo melhora na comunicação e interação com estes.

Neste estudo, as tecnologias educativas voltadas para prevenção da violência sexual e promoção da saúde de crianças se tratam de subsídios no formato de livros, manuais, cadernos, programas, jogos, kits, entre outros. São consideradas não só aquelas destinadas para o público infantil, mas, também, as ferramentas idealizadas para famílias, profissionais das mais diversas áreas, organizações comunitárias, instituições, entre outros atores sociais, que podem contribuir para a prevenção da violência sexual na infância. Foram consideradas tecnologias propostas por instituições de origem governamental e não governamental, nacional, internacional e transnacionais, de domínio público e privadas.

É relevante mencionar o protagonismo das organizações e instituições, de iniciativa da sociedade civil, de proteção e garantia de direitos de crianças na elaboração, implementação e compartilhamento de tecnologias educativas voltadas para educação, saúde e proteção dos direitos das crianças. Comumente conhecidas como Organizações Não Governamentais – ONG, essas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, segundo Leal<sup>38</sup> (2006), não podem ser concebidas de uma única forma, elas representam uma diversidade, possuem diferenças explícitas quanto a objetivos, população-alvo, orientação ideológica e política, e origem de seus membros, podendo ser qualificadas como ONG de desenvolvimento, cooperação, filantrópica, comunitária, a serviço do movimento popular, organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, entre outras terminologias. Ainda segundo autora, após processo de redemocratização<sup>3</sup>, as ONG, que possuíam forte papel de resistência, estabeleceram novas relações com o Estado, naquele contexto, o papel das ONG foi:

---

<sup>3</sup> Refere-se ao processo que culminou na promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (considerada a Constituição Cidadã), que estabelece novos princípios de gestão do Estado e das políticas sociais a partir do paradigma de Direitos, favorecendo a participação popular na gestão local e construção de novos mecanismos de comunicação entre Sociedade civil e Estado, entre outras conquistas.

Construir conhecimento e competência histórica para garantir direitos aos Setores Populares, não substituindo os Governos e nem sanando as consequências sociais do desenvolvimento capitalista (...) são simplesmente atores sociais da sociedade civil, entre outros, que trabalham pela construção de sociedades democráticas, ou simplesmente sofrem com sua ausência. (LEAL<sup>38</sup>, 2006, p. 134)

Apesar da maior parte das ferramentas elaboradas por ONG não ser publicada e/ou não ter passado por processo de avaliação de impacto e validação, suas propostas são reconhecidas entre parceiros das organizações e usuários, sendo implementadas e inclusive compartilhadas e adaptadas para outros países.

É importante considerar que não há neutralidade na elaboração nem na escolha de uma tecnologia de trabalho. Estas também representam e reproduzem ideais e valores construídos ao longo do processo histórico e cultural de uma sociedade. Especialmente nos instrumentos voltados para prevenção do abuso sexual contra crianças, objeto desta pesquisa, os proponentes dessas tecnologias tendem a, através de ações pedagógicas, afirmar seus ideais políticos, podendo transformar-se em um instrumento de poder e controle.

## **4. METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **4.1. Sobre o caminho percorrido**

Esta pesquisa se constitui como um estudo exploratório, modalidade recomendado para auxiliar pesquisas que objetivam criar maior aproximação sobre um problema pouco explorado, pois possibilita a criação de hipóteses, o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições (GIL<sup>39</sup>, 2002). Em razão da revisão da literatura realizada para este estudo ter apontado para a rara produção acadêmica sobre o tema, a opção pela realização de um estudo exploratório apresentou-se como adequada para os objetivos da pesquisa e por contribuir com a abertura de um caminho inicial de pesquisas sobre seu objeto: tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra criança.

O estudo foi desenvolvido por meio de duas abordagens: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental sobre tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças, elaboradas no período de 2000 a 2016 por instituições acadêmicas e de defesa dos direitos das crianças, nacionais e transnacionais. Esse delineamento da pesquisa buscou comparar produções antigas e atuais, a observação de temas recorrentes e a sinalização de diferentes perspectivas, favorecendo a identificação do estado da arte do tema de estudo (VOSGERAU, ROMANOWSKI<sup>40</sup>, 2014).

Segundo Gil<sup>39</sup> (2002), as pesquisas documental e bibliográfica possuem semelhanças, a principal delas é o fato de ambas se debruçarem sobre um material produzido. Contudo, a diferença essencial entre elas está na origem de suas fontes, pois, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições de diversos autores sobre um tema (instrumentos que já possuem crivo analítico), a pesquisa documental utiliza materiais sem tratamento analítico, permitindo a reelaboração desses de acordo com o objeto da pesquisa. Essas perspectivas metodológicas serão discutidas a seguir, assim como os caminhos trilhados e suas contribuições para este estudo.

#### 4.1.1 Pesquisa Bibliográfica: universo e coleta dos dados

A Pesquisa bibliográfica, também considerada como estudo de revisão (GIL, 2002<sup>39</sup>, VOSGERAU, ROMANOWSKI<sup>40</sup>, 2014), é desenvolvida a partir de material científico já elaborado sobre determinado tema. Embora quase todos os estudos utilizem desta técnica para realizar revisão da literatura, alguns a utilizam exclusivamente para desenvolvimento da pesquisa (GIL<sup>39</sup>, 2002), como é proposto neste estudo. Tem como objetivo fazer um levantamento e contextualização para o problema com base na análise de artigos presentes em fontes bibliográficas, como publicações periódicas em bases acadêmicas. Segundo Gil<sup>39</sup> (2002), as publicações periódicas são as elaboradas por autores especialistas, em fascículos que podem tratar de assuntos diversos, porém relacionados a um objetivo mais ou menos definido. Este autor também considera que as principais publicações são os jornais e revistas, principalmente em formato eletrônico.

Baseado nisso, foram consultadas bases bibliográficas nacionais e internacionais como Portal BVS, Eric, Scopus, Web of Science, Pubmed, Scielo e Google Acadêmico para identificação de artigos indexados (em inglês, espanhol e português) que abordavam tecnologias educativas e/para prevenção da violência sexual contra crianças. Foram consultadas ainda as bases de dados do Portal de Teses e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para identificação dessas tecnologias em teses e dissertações indexadas.

Além do acesso às bases citadas, foram feitas incursões a bases mais amplas e diversificadas ligadas a bancos de instituições de referência na área da saúde e educação, como Repositório de Objetos Educacionais do MEC e a Ares do UNASUS. Em todas as buscas foi adotado o mesmo período de publicação/elaboração dos materiais - 2000-2016. As palavras-chave utilizadas, bem como os períodos em que as estratégias de busca foram implementadas, são os abaixo apresentados:

**1ª Estratégia:** realizada de agosto a outubro de 2016.

Palavras-chave: (“Violência AND Atrocidades” OR “Comportamento de ataque” OR “Agressão”) AND (“Abuso Sexual na Infância” OR “Abuso Sexual de Menor” OR “Abuso Sexual de Menores” OR “Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” OR “Molestamento Sexual da Criança” OR “Abuso Sexual Infantil” OR “Maus Tratos

Sexuais Infantis” OR “Violação Sexual de Menor” OR “Violação Sexual Infantil”) AND (“Prevenção” OR “Promoção da Saúde”) AND (“Prevenção” OR “Educação Sexual” OR “Sexualidade” OR “Metodologia”). Mesmos descritores aplicados em inglês e espanhol.

**2ª Estratégia:** realizada de dezembro 2016 a fevereiro de 2017.

Palavras-chave: ("Abuso Sexual na Infância" OR "Abuso Sexual de Menor" OR "Abuso Sexual de Menores" OR "Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes" OR "Molestamento Sexual da Criança" OR "Abuso Sexual da Criança" OR "Abuso Sexual de Criança" OR "Abuso Sexual Infantil" OR "Maus-Tratos Sexuais da Criança" OR "Maus-Tratos Sexuais de Menor" OR "Maus-Tratos Sexuais Infantis" OR "Violação Sexual de Menor" OR "Violação Sexual Infantil" OR “Prevenção da Violência”) AND (“Prevenção” OR “Promoção da Saúde”) AND (“Prevenção” OR “Educação Sexual” OR “Sexualidade” OR “Metodologia”) AND ("Sexualidade e infância" OR "Sexualidade na infância") AND (“Tecnologias Educativas” OR “Educação sexual” OR “Tecnologias em educação” OR “Tecnologias de educação” OR “Tecnologias na educação”). Mesmos descritores aplicados em inglês e espanhol.

**3ª Estratégia:** realizada de maio a julho de 2017

Palavras-chave: Em Português (“Abuso Sexual na Infância” OR “Abuso Sexual de Menor” OR “Abuso Sexual de Menores” OR “Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” OR “Molestamento Sexual da Criança” OR “Abuso Sexual da Criança” OR “Abuso Sexual Infantil” OR “Maus Tratos Sexuais da Criança” OR “Maus Tratos Sexuais do Menor” OR “Maus Tratos Sexuais Infantis” OR “Violação Sexual de Menor” OR “Violação Sexual Infantil” OR “Sexualidade e infância” OR “Sexualidade na infância”) AND (“Prevenção” OR “Promoção da Saúde”) AND (“Recursos educacionais” OR “Ferramentas educacionais” OR “Tecnologias sociais” OR “Tecnologias educativas” OR “Instrumentos educacionais” OR “Instrumentos educativos”). Mesmos descritores aplicados em inglês e espanhol.

O acervo coletado, no decorrer de quase um ano de aplicação e aprimoramento das estratégias de busca, é apresentado no Quadro 1.

Através do Programa Mendeley, foi possível evitar a duplicidade dos textos nos diferentes momentos de estratégia de busca bibliográfica. Isso, em parte, explica a queda no número de artigos registrados a partir dos resultados apresentados nas colunas 2 e 3 (Quadro 1).

**Quadro 1** - Resultado das três estratégias de levantamento bibliográfico utilizadas.

RESULTADO 1ª ESTRATÉGIA		RESULTADO 2ª ESTRATÉGIA		RESULTADO 3ª ESTRATÉGIA	
Banco bibliográfico	Nº estudos encontrados	Banco bibliográfico	Nº estudos encontrados	Banco bibliográfico	Nº estudos encontrados
Pubmed	56	Pubmed	0	Pubmed	0
Eric	69	Eric	01	Eric	08
Portal BVS	81	Portal BVS	13	Portal BVS	0
Scopus	295	Scopus	13	Scopus	09
Web of Science	110	Web of Science	03	Web of Science	0
—	—	Scielo	0	Scielo	0
—	—	—	—	Google Acadêmico	05
Total sem duplicidades	611	Total sem duplicidades	30	Total sem duplicidades	22
<b>Incluídos no estudo</b>	<b>0</b>	<b>Incluídos no estudo</b>	<b>0</b>	<b>Incluídos no estudo</b>	<b>01</b>

Fonte: SANTOS (2018)

Conforme registrado no Quadro 1, um número significativo de artigos foi identificado. Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão:

- (1) publicações entre o período de 2000 a 2016;
- (2) publicações em português, espanhol e inglês;
- (3) publicações que abordavam o tema das *tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual contra crianças*, envolvendo elas próprias, a família, os profissionais das mais diversas áreas, instituições públicas e privadas e organizações comunitárias.
- (4) publicações voltadas para prevenção do abuso sexual contra crianças.

Após a aplicação desses critérios através da leitura do título e do resumo, foram excluídas 602 publicações, restando 61 que seguiram para etapa de leitura flutuante do

material, permitindo maior aproximação com o conteúdo. Nesse momento, a leitura mais criteriosa do material levou à exclusão de mais 60 artigos, o que decorreu principalmente pela discrepância das questões abordadas nesses trabalhos com o objetivo deste estudo. Assim, apenas 01 dissertação de mestrado de título *Contação de histórias como estratégia para prevenção do abuso sexual infantil*<sup>4</sup> mostrou-se adequada aos propósitos desta pesquisa, e foi incorporada na reflexão dos achados do estudo e não como objeto de análise.

A maior parte dos artigos excluídos abordavam o tema das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), modalidade que não era de interesse do estudo. Ainda assim, entre esses artigos foi identificado um número pouco expressivo que discutia o uso de jogos educativos na educação sexual de jovens, abordando temáticas como DST/Aids e prevenção de outras doenças sexualmente transmissíveis. Os temas prevenção e sexualidade também foram foco de discussão em alguns artigos, contudo, voltados para o trabalho com adolescentes e jovens.

A tentativa de construir um levantamento sobre o objeto de estudo a partir da produção acadêmica mostrou-se pouco produtora, tendo em vista a quase inexistência de literatura sobre o tema em estudo, especialmente os voltados para o nível de prevenção primária. Face a esse cenário, incrementaram-se os esforços para a análise da pesquisa documental.

#### **4.1.2 Pesquisa documental: universo, coleta e categorização dos dados**

A realização da pesquisa documental foi essencial para a composição do acervo da pesquisa, pois possibilitou o acesso a fontes diversificadas e muito relacionadas aos propósitos do estudo.

Diversos autores (LAKATOS, 2003<sup>41</sup>; GIL, 2002<sup>39</sup>; VOSGERAU e ROMANOWSKI<sup>40</sup>, 2014) sinalizam que a pesquisa documental apresenta importantes vantagens, mas significativas limitações, exigindo atenção e habilidades do pesquisador para checagem da veracidade das informações. Segundo esses autores, entre as vantagens da pesquisa documental estão: a riqueza e estabilidade dos documentos, o

---

<sup>4</sup> Dissertação submetida por Sheila Maria Prado Soma ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. São Carlos –SP. Agosto 2014.

baixo custo e a não exigência de contato com os sujeitos da pesquisa. Já a principal desvantagem é a qualidade das fontes, que podem ser inexatas ou distorcidas, o que gerou uma tensão inicial, que foi superada ao longo da coleta e análise do material.

Segundo Gil<sup>39</sup> (2002), o acervo da pesquisa documental pode ser constituído por materiais de ‘primeira mão’, que são documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, como associações científicas, sindicatos, igrejas, entre outros (cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, entre outros), que não receberam nenhum tratamento analítico; e os materiais de ‘segunda mão’ (relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, estatísticas, entre outros), que já foram submetidos a alguma análise. Os documentos que integram este estudo são, em sua maioria, de “primeira mão”, contendo também os de “segunda mão”.

Lakatos<sup>41</sup> (2003) orienta o uso de três variáveis para categorização das fontes de pesquisa documental: fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; fontes contemporâneas ou retrospectivas. Assim sendo, os documentos coletados para este estudo constituem-se de dados de fonte primária, escrita, acessados na versão digital e em arquivo formato PDF.

Na pesquisa documental, a coleta dos dados - busca de tecnologias educativas que pudessem contribuir para a prevenção do abuso sexual contra crianças - foi feita de distintas maneiras. Inicialmente, por meio do site de pesquisa Google, foram buscadas organizações não governamentais (ONG) que atuam, direta ou indiretamente, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Foram utilizadas como palavras-chave para a busca: organização não governamental, infância, criança, defesa de crianças, direitos de crianças, abuso sexual contra crianças, violência sexual contra crianças, violência doméstica, violência intrafamiliar, prevenção, prevenção primária, promoção da saúde infantil, sexualidades e crianças, intervenção, tecnologia educativa, metodologia, instrumento, ferramenta e estratégias, todas em português.

Esta busca resultou na identificação de 22 ONG. A ação seguinte foi identificar, através de acesso ao site da respectiva organização, a existência de alguma ação voltada para a temática do abuso sexual, assim como sua área de trabalho e publicações. Na maior parte das vezes, essas informações estavam disponíveis nas seguintes abas do site das ONG: Quem Somos, Missão e Publicações/Recursos/Trabalhos.

Neste momento foi possível observar que um número significativo das organizações selecionadas não possuía trabalho de intervenção envolvendo o tema do abuso sexual de criança. Suas atuações eram mais voltadas para Advocacy e pesquisas

e/ou outras temáticas da área da infância (por exemplo, o trabalho infantil). Resultando na permanência de 9 ONG no estudo.

Este primeiro diagnóstico direcionou a coleta para um segundo levantamento. Desta vez, o foco foram as organizações/instituições governamentais, privadas, religiosas, nacionais e internacionais, mas com atuação nacional, na área de defesa e garantia dos direitos de crianças e/ou que possuíssem publicações, acervo, portfólio de suas produções e/ou tecnologias de parceiros adotadas em seus projetos.

Essa nova busca resultou no mapeamento de mais 21 organizações/instituições que, somadas às 09 resultantes da primeira estratégia, constituiu um grupo com 30 organizações/instituições que seguiram para a próxima etapa da coleta, caracterizada pelo contato por e-mail ou telefone às instituições. Dessas, não foi possível contatar 06, pois não foi identificado qualquer contato de referência. As outras 24 foram contatadas por telefone e/ou receberam e-mail com Carta Convite<sup>5</sup> apresentando a proposta da pesquisa e convidando-as para colaborar com o estudo através do envio de tecnologias educativas que pudessem contribuir para prevenção do abuso sexual de crianças. Neste momento, pelo estudo do perfil das instituições realizado na etapa anterior, era sabido que a maior parte delas possuía tecnologia educativa que abordava a temática do abuso sexual contra crianças, direta ou indiretamente, ou aspectos relacionados a esse tema.

Dezenove instituições responderam ao convite por telefone ou e-mail, sinalizaram a importância do estudo para a temática e informaram sobre a possibilidade ou não de envio das tecnologias solicitadas. Através dessa estratégia, foram coletadas 33 tecnologias para aplicação dos critérios de inclusão do estudo, apresentados mais a frente.

Outra estratégia adotada para coleta de dados foi o levantamento de tecnologias disponíveis na internet, também identificadas pelo site de pesquisa Google, por meio das seguintes palavras-chave: tecnologia educativa, metodologia, instrumento, ferramenta, estratégias, abuso sexual contra crianças, violência sexual contra crianças, violência doméstica, violência intrafamiliar, prevenção, prevenção primária, promoção da saúde infantil, sexualidades e crianças, todas em português. A busca resultou na apresentação de documentos em PDF ou direcionava para as páginas onde estavam disponíveis para acesso. Através dessa estratégia foram identificadas 30 tecnologias

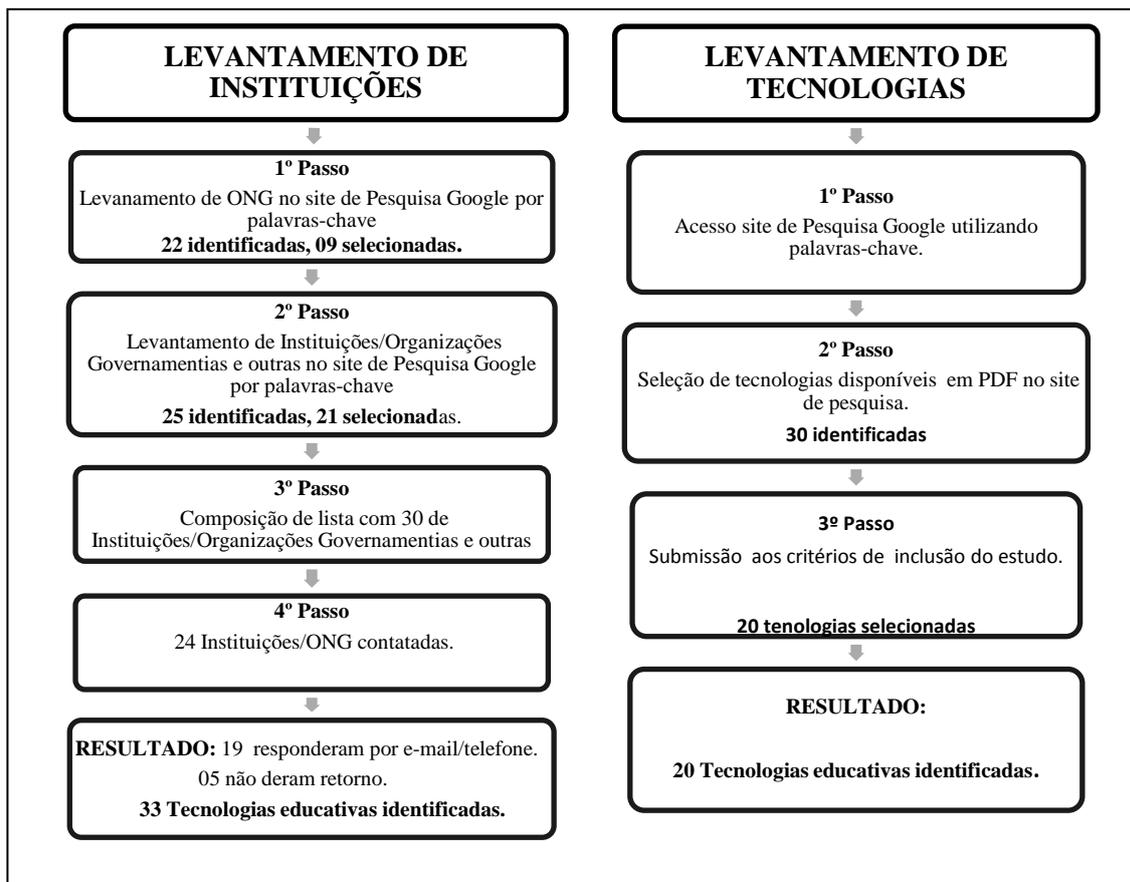
---

<sup>5</sup> Apresentada no Apêndice A.

educativas, que foram submetidas aos critérios de inclusão do estudo, resultando na coletada 20 tecnologias.

O organograma 1 sintetiza os principais passos utilizados na pesquisa documental para a coleta de tecnologias educativas.

**Organograma 1** - Estratégias utilizadas para coleta das tecnologias educativas.



Fonte: SANTOS (2018)

Abaixo estão os principais critérios de inclusão utilizados na pesquisa documental, que são similares aos usados na pesquisa bibliográfica:

- Tecnologias identificadas em português, espanhol e inglês.
- Lançadas entre 2000 e 2016.
- Indicadas para a criança, a família, profissionais das mais diversas áreas, instituições e organizações comunitárias.
- Que aborde a temática da prevenção do abuso sexual contra crianças e/ou aspectos relacionados a essa de forma explícita ou implícita.

- Tecnologias em versão digital ou impressa.
- No formato de livros, manuais, cadernos, jogos, kits e outras ferramentas de diferentes linguagens.

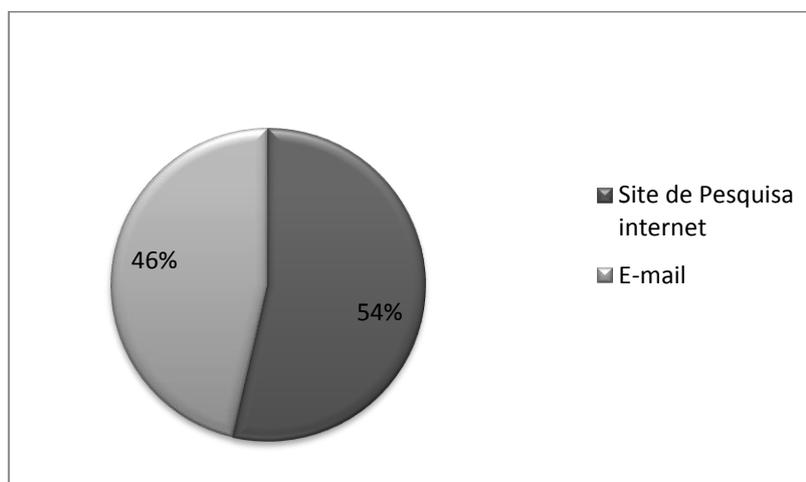
Foram excluídas tecnologias voltadas para prevenção do abuso sexual de adolescentes e propostas apresentadas em forma de programa, plano ou similares.

Após a aplicação dos critérios de inclusão, das 53 tecnologias identificadas, 37 foram selecionadas para a próxima etapa. Esta fase de leitura exploratória do material foi essencial para garantir que as tecnologias incluídas na pesquisa estivessem condizentes com os propósitos do estudo, resultando na exclusão de mais 09 documentos.

Assim, o acervo desta pesquisa documental foi composto por 28 tecnologias educativas, integrando o material aqui analisado. Nesta fase, após leitura flutuante, os dados foram organizados e classificados numa Matriz de Síntese, onde foram registradas as seguintes informações sobre cada tecnologia: principais dados catalográficos (ano, lançamento, proponente, formato, idioma e país de origem), objetivo, marcos normativas, políticos e conceituais, estratégias propostas, temáticas de destaque, entre outros aspectos que podem ser identificados no Apêndice B<sup>6</sup>.

Vale destacar que 46% das tecnologias estudadas foram acessadas através do seu envio pelas instituições, seja pelo link de acesso seja por e-mail. O restante foi identificado pelo site de pesquisa da internet, conforme ilustrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Meios de acesso às tecnologias educativas de prevenção ao abuso sexual de crianças (n 28)\* .



<sup>6</sup> Apêndice B apresenta Matriz de síntese elaborada para o estudo.

## 4.2 Análise e interpretação dos resultados

A análise das 28 tecnologias educativas se deu por duas vertentes: (1) quantitativa, onde, a partir das informações da Matriz Síntese citada anteriormente, foi feita uma caracterização das tecnologias identificadas segundo dados catalográficos (ano, lançamento, autor/instituição, formato, idioma e país de origem), tipos, objetivos, público alvo, marcos normativos, políticos e conceituais, estratégias propostas, temáticas de destaque, concepção de infância, abordagem sobre sexualidade e gênero, se apresenta proposta formativa, se já foi submetida a avaliação. Esses dados foram analisados por frequência simples e proporcional, apresentados principalmente através de gráficos; e (2) a qualitativa, através da análise de conteúdo, modalidade temática, especialmente as tecnologias com foco no nível de prevenção primária (22), constituindo o corpus do estudo dessa análise, ou seja, que atenderam às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (FRANCO<sup>42</sup>, 2012; MINAYO<sup>43</sup>, 2014).

Análise de conteúdo temática é um procedimento que tem como ponto de partida a mensagem, “(...) seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada.” (FRANCO<sup>42</sup>, 2012, p. 12). Através dessa técnica de análise, é possível identificar objetivos e características do seu autor, além do caráter de seu discurso, pela observação dos núcleos de sentido que compõe a comunicação, cuja presença ou frequência de determinados temas demonstram a intenção que está subjacente ao discurso (MINAYO<sup>43</sup>, 2014).

A opção em analisar de forma mais aprofundada as tecnologias da categoria prevenção primária foi feita por:

- (1) apresentarem propósitos, objetivos e estratégias mais condizentes ao estudo;
- (2) serem instrumentos, em sua maioria, de intervenção, com ações para subsidiar a prática dos profissionais de diversas áreas, tornando-os pertinentes para o objetivo do estudo (MINAYO<sup>43</sup>, 2014).
- (3) serem tecnologias que possuem aspectos semelhantes quanto ao formato e propósitos, garantindo a homogeneidade (MINAYO<sup>43</sup>, 2014), o que favorece a

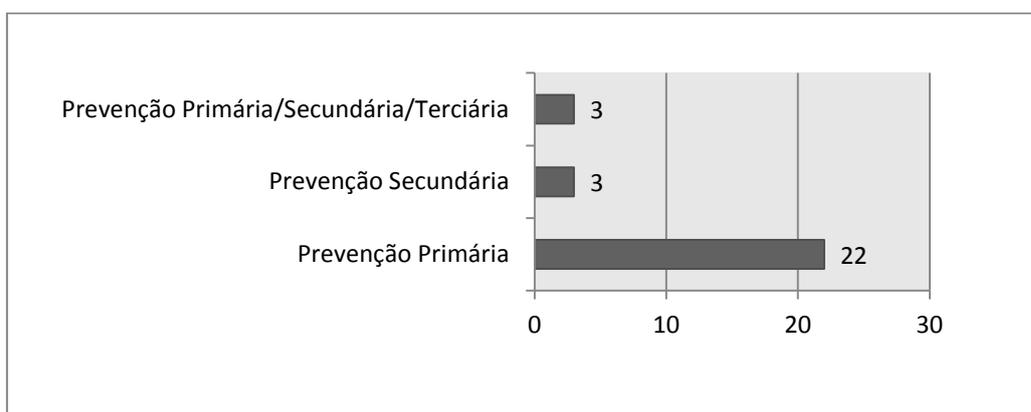
categorização, a comparação, a realização de inferências e outros exercícios importantes para a análise dos achados.

(4) integrarem a categoria com maior número de tecnologias do estudo em relação ao nível de prevenção.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição das 28 tecnologias segundo o nível de prevenção abordada nas tecnologias. Entre essas 22 focalizam o abuso sexual no nível de prevenção primária, ou seja, apresentam estratégias de intervenção que contribuem para minimizar a ocorrência de casos, identificar riscos e atuar sobre eles. A essência da “prevenção primária é evitar a “doença” na população, removendo os fatores de risco e visando a diminuição da incidência da doença. Tem por objetivo a promoção de *saúde* (Buss<sup>44</sup>, 2003). Geralmente, suas ações estão voltadas para o fortalecimento de fatores protetores do indivíduo e/ou da sua sociedade/comunidade através de atividades que visam a participação dos sujeitos.

Ainda do total de documentos, três apresentam propostas para o nível de prevenção secundária e outros três apresentam estratégias com intervenções para todos os níveis de prevenção: primário, secundário e terciário. Os níveis de prevenção secundário e terciário também são relevantes, pois contribuem para evitar a revitimização da criança e a prevenção de consequências do abuso no futuro.

**Gráfico 2** - Tecnologias educativas por nível de prevenção (n 28).



Outro nível de análise foi a organização do material a partir da natureza institucional, ou seja, a partir de onde as 22 tecnologias de prevenção primária foram elaboradas. A Tabela 1 descreve as características básicas das 14 instituições que integram cada grupo institucional.

**Tabela 1** - Natureza das instituições proponentes das tecnologias.

<b>Natureza Institucional</b>	<b>Descrição</b>
<b>Instituições Governamentais</b> [03 participantes]	Instituições proponentes integram sistema de Governo do Brasil em uma ou mais instâncias (Municipal Estadual ou Federal).
<b>Instituições Não Governamentais Nacionais</b> [04 participantes]	Instituições proponentes são oriundas de mobilização da sociedade civil, classificadas como Organizações Não Governamentais – ONG Nacional.
<b>Instituições Não Governamentais Internacionais</b> [02 participantes]	Instituições proponentes são ONG Internacionais, em sua maioria transnacionais, classificadas de acordo com tipo de atuação que tenha no Brasil (agência de cooperação, desenvolvimento, financiamento, entre outras).
<b>Instituições relacionadas a Empresas</b> [02 participantes]	Instituições proponentes são oriundas de empresas, em sua maioria Fundações, resultado do trabalho de responsabilidade social dessas instituições.
<b>Instituições relacionadas a grupos Religiosos</b> [03 participantes]	Instituições proponentes possui algum nível de relação com instituições religiosas (nasceram dentro de igrejas, grupos de jovens, entre outros meios), mas, nenhuma se declara como religiosa e sim de origem cristã.

FONTE: SANTOS (2018)

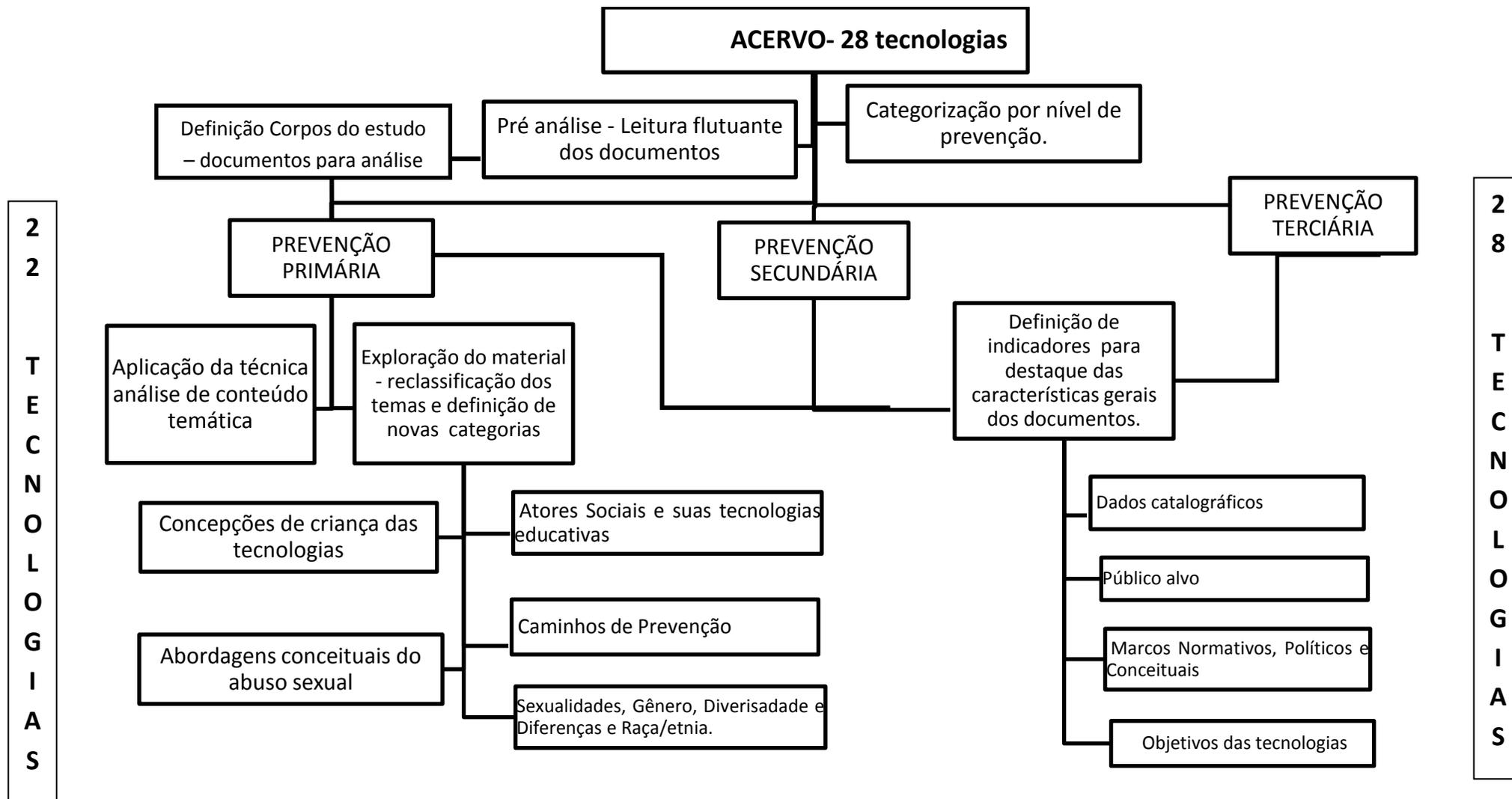
Após exploração exaustiva dos 22 documentos, buscou-se destacar os temas que apresentaram maior frequência, gerando uma reclassificação dos dados e definição de novas categorias, dessa vez, a partir das questões mais analíticas.

O exercício de análise e categorização dos dados através da análise temática foi desafiante por ser a primeira experiência da pesquisadora com essa técnica, pelo tempo disponível para organização e classificação dos resultados, conservando seus significados, e, pelo que sinaliza Franco (2012<sup>42</sup>), ao afirmar que a análise de conteúdo possui limites, porém, esses não podem ser identificados tão facilmente como fazemos com uma palavra ou parágrafo, exigindo idas e vindas aos documentos e maior atenção do analista.

Para preservar a identidade das instituições que participaram do estudo, por meio das tecnologias educativas, foram criados códigos para identifica-las nos depoimentos

extraídos dos materiais. As tecnologias estão representadas pelos códigos da seguinte forma:

- 3 tecnologias de Instituições Governamental: IG1/IG2/IG3.
- 8 tecnologias de Organizações Não Governamental Nacional: ONGN1/ONGN2/ONGN3/ONGN4/ONGN5/ONGN6/ONGN7/ONGN8.
- 3 tecnologias de Organizações Não Governamental Internacional: ONGI1/ONGI2/ONGI3
- 5 tecnologias de Instituições Relacionadas a Grupos Religiosos: IRGR1/IRGR2/IRGR3/IRGR4/IRGR5.
- 3 tecnologias de Instituições Relacionadas a Empresas: IRE1/IRE2/IRE3.



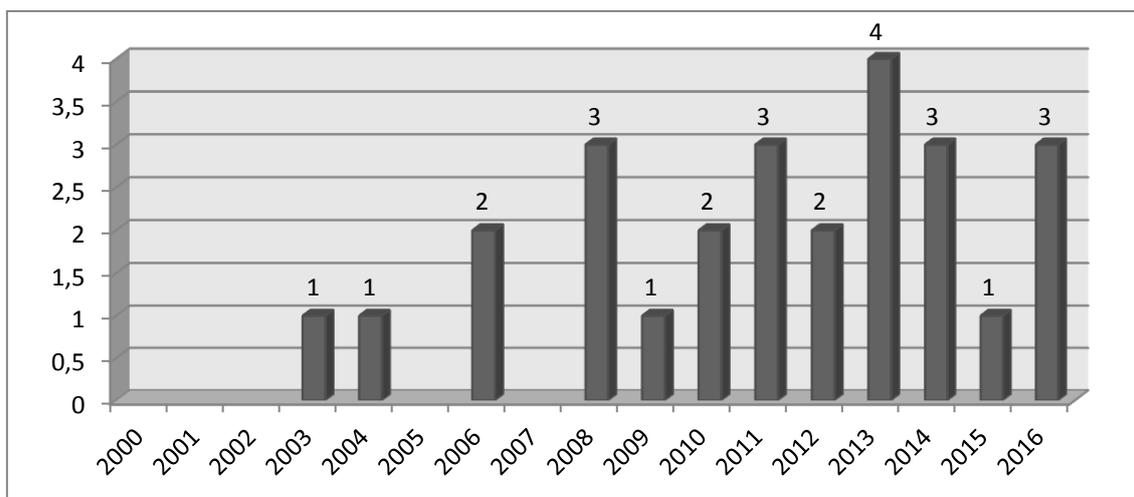
## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. Características gerais das tecnologias educativas

#### 5.1.1 Dados catalográficos

O estudo realizou levantamento de tecnologias publicadas no **período** de 2000 a 2016 e identificou importante incremento a partir de 2010, com pico em 2013 (Gráfico 3), período posterior à edição revisada do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes<sup>6</sup> (BRASIL, 2015), criado em 2000. Vale destacar que é praticamente inexistente propostas anteriores a 2003, o que pode revelar um incremento da consciência social em relação à relevância das ações de prevenção primária das violências contra criança.

**Gráfico 3** - Ano de publicação das tecnologias identificadas (n 28)



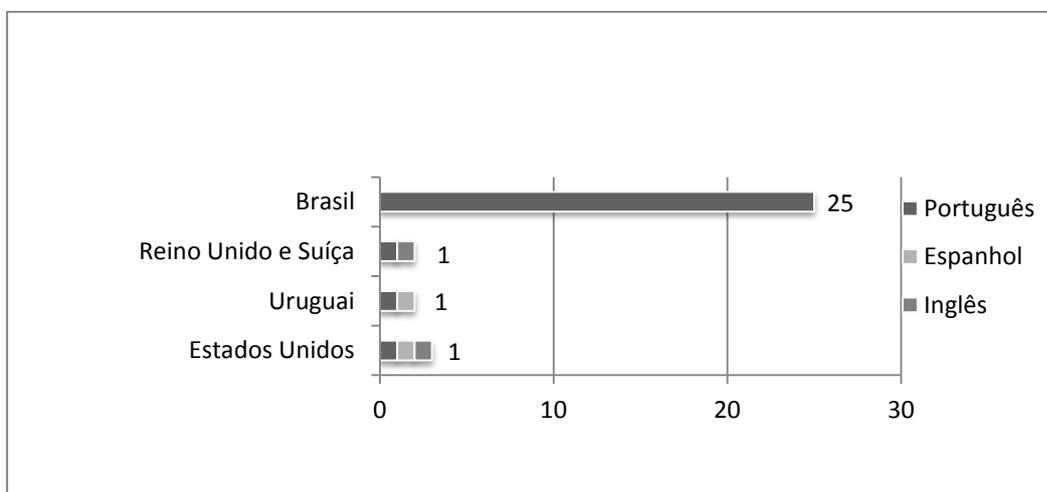
Todos os 28 documentos identificados encontram-se em **língua** portuguesa, sendo que três desses (10,7%) são oriundos do Reino Unido/Suíça (1), Uruguai (1) e Estados Unidos (1), já tendo sido publicados em inglês e espanhol (Gráfico 4). As três tecnologias internacionais foram traduzidas e adaptadas para o contexto brasileiro através de parcerias com organizações locais que disponibilizaram especialistas para analisá-las e adequá-las para a realidade do Brasil.

A tecnologia de origem do Reino Unido/Suíça é fruto de uma aliança internacional, que chegou ao Brasil através da Rede Mãos Dadas (rede de organizações

crisãs que trabalham em prol de crianças em situação de vulnerabilidade social), que atua em defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essa Rede foi responsável pela tradução, contextualização e difusão da tecnologia no Brasil, trabalho desempenhado por técnicos disponibilizados pelas instituições que integra a mesma Rede e financiado pela aliança internacional proponente da tecnologia.

A tecnologia originada do Uruguai contou com a participação de consultores brasileiros, formados pela instituição do Uruguai, para adaptação da tecnologia à realidade local. As principais mudanças foram em relação às ilustrações, que buscou se aproximar da diversidade de raça/etnia brasileira, à tradução de cantigas e à inclusão de músicas e cirandas da cultura local, relacionadas às temáticas da tecnologia. Já a tecnologia originada dos Estados Unidos contou com a colaboração do Ministério da Saúde do Brasil e mais três ONG<sup>7</sup> para a adaptação ao contexto local. As modificações incluíram exemplos nacionais de melhores práticas de incentivo à paternidade, um suplemento sobre Masculinidades e Violência de Gênero e dados nacionais sobre o exercício da paternidade e do cuidado no Brasil.

**Gráfico 4** - Tecnologias educativas identificadas em relação ao país de origem da produção e línguas para as quais foram traduzidas (n 28).



Quanto à **forma de apresentação**, 8 (28,5%) são apresentadas como Manual, 6 (21%) como Guia, 5 (18%) como parte de um Kit, 4 (14%) como Caderno, 3 (11%) como Cartilha e 2 (7%) como Livro de História e Revista. Essas nomenclaturas são comumente utilizadas para referir-se a instrumentos adotados para a prática pedagógica.

<sup>7</sup>Responsáveis pela versão em português: Instituto Promundo (coordenação do Programa), Instituto NOOS, Instituto PAPAÍ e GEMA.

Suas semânticas podem indicar que esses “conduzem”, “ditam”, “indicam”, “direcionam” o caminho e dão o passo-a-passo a ser seguido em uma ação. No entanto, isso não garante o êxito e a eficácia das tecnologias. Outros elementos precisam ser garantidos e/ou considerados, a exemplo da contextualização dos instrumentos à realidade sociocultural na qual será implementado. Como indicado no Gráfico 4, as tecnologias originadas de outros países passaram por um processo de adequação à realidade brasileira, ainda assim, é importante considerar a diversidade cultural que constitui o Brasil (regiões, estados e cidades), o que também demanda adequação das tecnologias aos contextos locais.

### 5.1.2 Público alvo das tecnologias

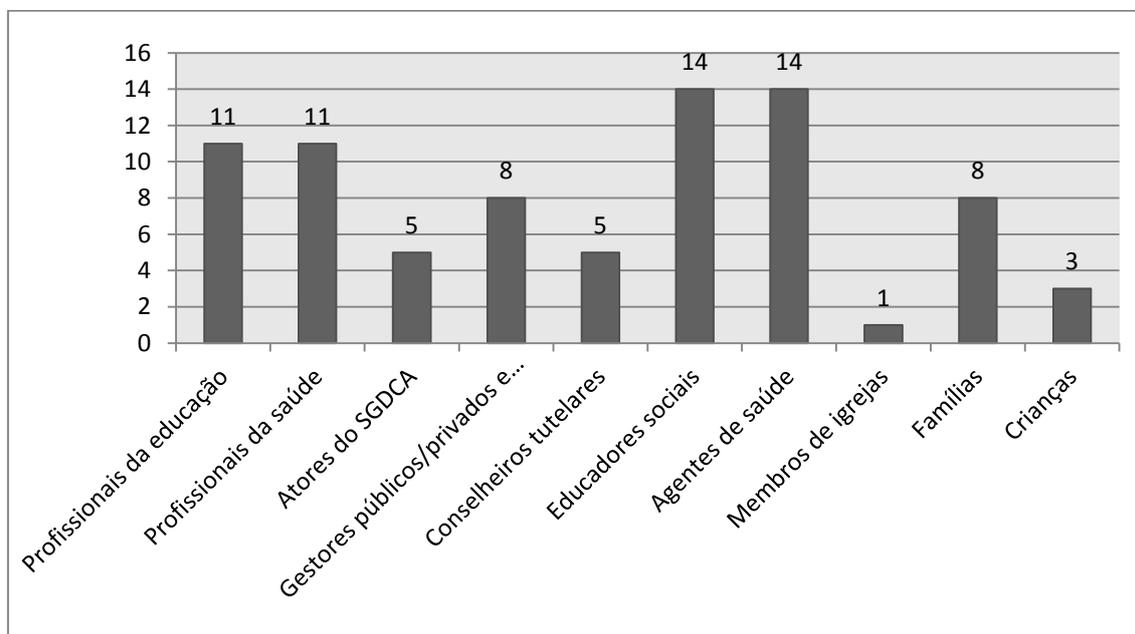
Em relação ao **público alvo** das tecnologias, é possível observar que uma mesma metodologia é indicada para diferentes públicos. Os atores que compõe esse público, bem como, a identificação dos mais citados pelas tecnologias está registrada no Gráfico 5. A maior parte das tecnologias é indicada para “**educadores sociais (14) e agentes de saúde (14)**”, ou seja, profissionais de campo, que possuem contato direto com crianças, famílias e comunidades. Em seguida estão os “**profissionais da saúde (11) e educação (11)**” (ambos, também, com a mesma frequência de indicação pelas tecnologias) que atuam em funções diversas e em alguma instância da gestão pública e que também têm algum nível de ação direta com crianças, famílias e comunidades.

Chama atenção o fato dos “**gestores públicos/privados e lideranças comunitárias**” aparecerem como público alvo em apenas 08 tecnologias, já que ocupam posição estratégica de tomada de decisão para implementação das ações para enfrentamento do abuso sexual através da prevenção. Talvez, essa categoria profissional devesse ser mais sensibilizada sobre a relevância da prevenção, o impacto econômico, político e social que uma ação como essa pode alcançar para a sociedade como um todo, e os caminhos que podem ser trilhados para tal, especialmente através das políticas públicas.

As famílias também são citadas por 08 tecnologias. Seus membros são citados em tecnologias criadas exclusivamente para as famílias e/ou direcionadas para as crianças, público alvo indicado por 04 tecnologias. Algumas tecnologias também são

recomendadas para conselheiros tutelares (5) e outros atores do SGDCA (5). Com menor indicação, mas citados pelas tecnologias, estão os membros das igrejas (1).

**Gráfico 5** - Tecnologias educativas em relação ao público alvo (n 28)\*.



\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos públicos alvo explicitados e não a partir do número de tecnologias.

Na perspectiva do **público beneficiado** pelas tecnologias, as próprias crianças se destacam (30%), seguido pelas famílias (22%), comunidades/territórios (18,5%) e mãe/pai/cuidadores (15%). Esse resultado era esperado, já que as crianças são o foco, direta ou indiretamente, das tecnologias educativas. Ainda assim, vale destacar que, considerando o contexto intrafamiliar como local onde ocorre a maior parte dos casos de abuso (FERRARI e VECINA<sup>19</sup>, 2002, SANDERSON<sup>16</sup>, 2008), é importante potencializar o trabalho de intervenção com mães, pais, cuidadores e comunidades, objetivando a reflexão sobre valores e práticas culturais relacionadas ao cuidado, e a concepções patriarcais e machistas que contribuem para a ocorrência de casos de abuso sexual em crianças.

Os principais **parceiros, apoiadores e financiadores** citados nas tecnologias são: Fundações, Institutos, Departamentos e Alianças Internacionais de Defesa e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (12), Institutos, Centros de Referência, Associações, Centros de Pesquisa e de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes Nacionais (6), Conselhos Municipal e Estadual de Direitos de Crianças e Adolescentes (4), Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Saúde e Assistência (5), Ministério

da Saúde (2), Ministério da Educação (2), Universidades Estaduais e Federais (2), Empresas privadas brasileiras (2) e Fundações brasileiras (2).

As Instituições financiadoras mais citadas foram<sup>8</sup>: **UNICEF** (Fundo das Nações Unidas para a Infância), **Tearfund** (Organização cristã evangélica, internacional, que atua na área de desenvolvimento comunitário, promoção de direitos, prevenção e resposta a desastres, em parceria com igrejas e organizações locais), **Save The Children** (Organização não governamental de defesa dos direitos da criança em vários países), **Childhope** (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), trabalha para proteção da infância e adolescência em parceria com empresas, com a sociedade civil ou com o governo), **Bernard Van Ler Foundation** (Fundação privada que atua pelo desenvolvimento da primeira infância fornecendo apoio financeiro e expertise para parceiros de governos, sociedade civil e privada), **Fundação Vale** (Fundação corporativa que desenvolve ações sociais em territórios com o apoio de uma rede de instituições parceiras), **Fundação Abrinq** (Organização sem fins lucrativos que atua pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes) e **Banco do Nordeste** (banco com missão de atuar pelo desenvolvimento do nordeste por meio da promoção do bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região).

Como é possível evidenciar, as organizações da sociedade civil são os principais parceiros, apoiadores e financiadores das tecnologias identificadas. Segundo Leal (2006), o trabalho em parceria entre ONG e outros setores (agências internacionais, governos, empresas, instituições de ensino e outros) foi uma alternativa identificada pelas ONG, a partir da expertise acumulada, para garantia de sua legitimidade e construção de uma nova relação com o Estado. Para a autora, essa relação carrega contradições, por possuírem interesses e ideologias muitas vezes diferentes, o que pode resultar em um trabalho conflituoso e de “autonomia” relativa, aspecto que pode estar explícito ou implícito nas tecnologias educativas.

Esses aspectos também podem refletir as dificuldades encontradas por ONG para publicar suas tecnologias com recursos próprios, levando-as a recorrer a financiadores internacionais. Fato que também pode explicar a quase inexistência de registros sobre submissão desses instrumentos a processos avaliativos e de medição de impacto.

---

<sup>8</sup> Informações retiradas do site das instituições citadas.

### 5.1.3 Marcos Normativos, Políticos e Conceituais.

É notável a intrínseca relação entre os **marcos normativos, políticos e conceituais** adotados nas tecnologias para justificar e/ou fundamentar os temas abordados e suas estratégias/ações. Aspecto confirmado por Franco<sup>42</sup> (2012), ao dissertar sobre a análise dos dados de pesquisa partindo do olhar de “quem” e “porquê” produz a mensagem: “A ‘teoria’ da qual o autor é o expositor orienta sua concepção de realidade. Tal concepção (consciente ou idealizada) é filtrada mediante seu discurso e resulta em implicações extremamente importantes.” (FRANCO<sup>42</sup>, 2012, p. 28). Assim, pode-se considerar que os marcos destacados são expressão da ideologia e dos valores dos proponentes das tecnologias e dos objetivos explícitos (e implícitos) que motivaram sua elaboração.

A Tabela 2 mostra o realce da categoria “**direitos de crianças e adolescentes**” (40,5%), recorrendo aos marcos políticos dos direitos humanos e sexuais de crianças e adolescentes e reprodutivos, desses últimos, (13,5%), do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA e Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente/SGDCA (12,2%), aos direitos das crianças (8,1%) e à Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças (6,7%). A inclusão dessas políticas nas tecnologias é estratégica, na medida em que sensibilizam e reafirmam a garantia dos direitos desse público a partir de normativas nacionais e internacionais. Servem também para legitimar a implementação das tecnologias.

Especialmente em relação ao marco dos “**direitos humanos e sexuais de crianças e adolescente**”, Carvalho *et al*<sup>45</sup> (2012) sugerem a participação das crianças e adolescentes na construção teórico-prática dessas intervenções. Durante pesquisa de campo em instituições de educação e saúde, essas autoras constataram que:

[...] há uma dificuldade em se garantir, nas práticas institucionais, os direitos sexuais de crianças e adolescentes (e reprodutivo destes últimos), visto que há uma indiferenciação entre sexualidade e genitalidade, representação que afeta a compreensão dos limites entre autonomia e proteção. (CARVALHO *et al*<sup>45</sup>, 2012, p. 01)

**Tabela 2** - Marcos Normativos, Políticos e Conceituais estruturantes das tecnologias (n 28)\*.

<b>MARCOS DESTACADOS DAS TECNOLOGIAS*</b>		<b>N</b>	<b>%</b>
	<b>Direitos das Crianças e Adolescentes</b> Direitos humanos, sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes (n=10) ECA/SGDCA (n=9) Direitos das crianças (n=6) Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças (n=5)	30	40,5
	<b>Proteção à infância</b>	11	15,0
	<b>Sexualidade</b>	8	10,8
	<b>Políticas/Orientações Internacionais</b> Políticas Públicas (n=4) Modelo Ecológico (n=2) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (n=1)	7	9,5
	<b>Vulnerabilidades</b>	6	8,1
	<b>Perspectiva religiosa</b>	5	6,7
	<b>Gênero</b>	5	6,7
	<b>Interseccionalidade</b>	2	2,7
<b>TOTAL</b>		<b>74</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos marcos explicitados e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.  
Fonte: SANTOS (2018)

Outra categoria presente é a “**proteção à infância**”, que representa 15,0% dos marcos que fundamentam a construção das tecnologias analisadas. Refere-se muito mais ao papel do Estado, da sociedade e da família à garantia de proteção às crianças, e menos às políticas e/ou instrumentos que visam à garantia de seus direitos. Diz respeito ao ato, a ação, ao dever e ao compromisso desses atores sociais para garantir a proteção desse público.

A categoria “**políticas/orientações internacionais**” com percentual de 9,5%, refere-se a teorias, compromissos e planos compartilhados entre países para enfrentamento das violências contra crianças. Por exemplo, estão nesse marco incluídas: (a) políticas públicas, para referir-se às declarações, convenções, cartas, e normativas internacionais que orientam agendas comuns entre país; (b) a teoria do modelo ecológico, utilizada pela Organização Mundial de Saúde (WHO<sup>1</sup>, 2006) para explicar a violência e análise de estratégias de intervenção sob essa, considerando sua natureza multifacetada; e (c) os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se refere a um Plano de Ação Global, assinado pelo Brasil e outros países, para transformação social incluindo compromissos com as crianças e adolescentes (UNICEF).

As “**vulnerabilidades**” (8,1%) fundamentam, especialmente, as tecnologias com foco na prevenção primária. Esse conceito é adotado para apoiar a reflexão sobre as diferentes situações (emocional, psicológica, física, cultural, social) a que estão expostas às crianças, favorecendo a identificação de fatores de risco e a adoção de estratégias de prevenção aos mesmos.

Outro marco normativo e conceitual é a “**Perspectiva Cristã**” (6,7 %) que, por meio de fundamentos bíblicos, justifica abordagens e fundamenta práticas nas tecnologias estudadas. São tecnologias que inserem a dimensão espiritual como parte do desenvolvimento integral das crianças e fator de proteção contra as violências e que utilizam trechos da bíblia para falar sobre o cuidado, proteção e acolhida às crianças.

*“Na perspectiva cristã, Jesus acolheu as crianças de forma surpreendente e prioritária, quando os adultos pensavam de outra perspectiva a realidade que ali se passava. “Alguns traziam crianças a Jesus para que ele tocasse nelas, mas os discípulos os repreendiam. Quando Jesus viu isso, ficou indignado e lhe disse: ‘Deixem vir a mim as crianças, não as impeçam (...)’”.*” (IRGR3, 2012, p. 10)

E,

*“A ideia de que Deus nos quer parceiros de sua promessa está presente em toda a Bíblia na imagem do pacto ou da aliança. Sua promessa compromete-nos, convoca-nos a nos aproximarmos de Deus e a nos juntarmos com outros para não permanecer inertes perante as diversas formas de abuso.”* (IRGR5, 2012, p. 25,)

As categorias “**Sexualidade, Gênero e Interseccionalidade**”<sup>9</sup> aparecem, respectivamente, com 10,8%, 6,7% e 2,7% de frequência entre os marcos, sendo

---

<sup>9</sup> Interseccionalidade e/ou categorias de articulação surgiram no debate internacional no final de 1990 para referir-se à multiplicidade de diferenciações que, articuladas a categorias como gênero, permeiam o social. Contudo, essas podem adquirir diferentes significados de acordo com o autor que a utiliza. (Piscitelli, 2008)

adotados para analisar as questões que envolvem o tema da violência sexual e fundamentar as estratégias de prevenção do fenômeno. Os conceitos sexualidade e gênero terão discussão aprofundada no item 5.2.5.

Ao analisar o aparecimento desses conceitos nas tecnologias, ao longo do período estudado (2000 a 2016), verifica-se que o conceito de “**sexualidade**” está presente em todo o período, ao passo que a temática “**gênero**” se faz presente em tecnologias mais recentes surgidas entre 2011 e 2016.

A inclusão do conceito de “**interseccionalidade**” é ainda mais recente nos materiais analisados, pois aparece apenas em 2016. A presença desse conceito pode apontar para a relevância de não se fazer a leitura do fenômeno abuso sexual infantil de forma reducionista, pois pode trazer como consequência a transformação da violência sexual em um conceito absoluto e naturalizado (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012), distanciando-o das questões sociais, historicamente construídas e presentes em sua manifestação.

Por estar historicamente constituída nas relações desiguais entre adulto/criança, homem/mulher, a violência não pode ser apreendida sob o prisma da naturalização, é imprescindível compreender esse fenômeno dentro das dinâmicas dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços, nos quais ela se manifesta. (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012, p. 207)

Ainda segundo a autora, o estudo do fenômeno é um desafio permanente, pois a compreensão de sua complexidade está relacionada ao desvendamento de suas conexões e articulações com múltiplos fatores que constituem sua produção. É essencial identificar e analisar a intersecção entre esses para propor estratégias de prevenção do abuso.

#### **5.1.4 Objetivos das tecnologias**

A síntese apresentada na Tabela 3 resulta da quantificação dos **objetivos** e propósitos estruturantes das 28 tecnologias estudadas. Nela, fica claro que tais

---

documentos pretendem, através de sua implementação, alcançar ou contribuir para o alcance de mais de um objetivo.

**Tabela 3 - Objetivos explicitados pelas tecnologias educativas analisadas (n 28)\*.**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>OBJETIVOS EXPLICITADOS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Recurso político pedagógico</b>	<p><b>1. Instrumentalizar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Servir de recurso pedagógico.</li> <li>- Compartilhar temáticas, técnicas e proposta pedagógica.</li> <li>- Instrumentalizar para a ação.</li> <li>- Sugerir ações para promover, apoiar e garantir os direitos das crianças.</li> </ul> <p><b>2. Capacitar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientar a prática dos profissionais de diversas áreas.</li> <li>- Capacitar profissionais da rede pública.</li> <li>- Suporte para planejar capacitações.</li> <li>- Criar movimento de formação de multiplicadores.</li> <li>- Contribuir para que profissionais saibam conhecer, identificar e intervir com competência em situações de violência sexual.</li> </ul> <p><b>3. Orientar</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumentalizar gestores para intervenções mais qualificadas, integradas e eficazes.</li> <li>- Implementar Programa de Proteção às crianças dentro das organizações.</li> <li>- Contribuir para instrumentalizar instituições na implementação de padrões internos de proteção de crianças.</li> <li>- Contribuir como ferramenta para a promoção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.</li> </ul>	14	30,4
<b>Perspectiva de Gênero</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir para o debate sobre gênero.</li> <li>- Convocar setores responsáveis para a promoção da equidade de gênero.</li> <li>- Evidenciar a importância do empoderamento para superação de desigualdades.</li> <li>- Refletir sobre como as questões de gênero afetam a vida de meninas.</li> <li>- Apresentar estratégias promotoras de relações equitativas entre pais e filhas.</li> <li>- Sensibilizar sobre a influência dos papéis de gênero na integração dos pais nas famílias.</li> </ul>	6	13,0
<b>Apoio à família</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajudar pais a descobrir formas de proteger seus filhos.</li> <li>- Responder às dúvidas de pais e responsáveis sobre violência.</li> <li>- Apoiar cuidadores no processo de ensino e proteção de crianças e adolescentes.</li> <li>- Criar espaços seguros para o diálogo com os pais.</li> <li>- Apoia famílias, cuidadores e comunidades para um olhar atento e cuidadoso em relação às crianças e adolescentes.</li> </ul>	5	11,0
<b>Conscientização/ Sensibilização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a conscientização sobre o tema da violência sexual.</li> <li>- Conscientizar sobre os direitos das crianças.</li> <li>- Sensibilizar a população sobre a violência sexual.</li> </ul>	4	8,7
<b>Mobilização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilizar pessoas e instituições.</li> <li>- Promover debates, discussões e parcerias.</li> <li>- Introduzir tema na agenda.</li> <li>- Formar Redes de proteção da infância e juventude.</li> </ul>	4	8,7

<b>Promoção cultura de paz</b>	- Contribuir para prevenção dos maus tratos de crianças. - Prevenir a violência sexual contra crianças. - Contribuir para a educação positiva de filhos e filhas, sem uso da violência - Apoiar para que famílias possam interromper a violência sexual. - Estimular mudanças de comportamentos e práticas culturais. .- Criar cultura de prevenção da violência.	7	15,2
<b>Divulgação e informação</b>	- Difundir, divulgar, informar sobre o tema da violência sexual contra crianças.	3	6,5
<b>Autoproteção</b>	- Trabalhar o tema da violência com crianças e adolescentes. -Ajudar crianças a se protegerem. -Fortalecer os fatores protetores nas crianças.	3	6,5
<b>Total</b>		<b>46</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos objetivos explicitados e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

Fonte: SANTOS (2018)

Antes de tudo, vale destacar que os objetivos são, de forma direta ou indireta, expressão do posicionamento político, ideológico e cultural de seus proponentes. Seus idealizadores possuem um “lugar de fala” que orienta a elaboração de suas tecnologias e os objetivos que pretendem alcançar com as mesmas.

Como se observa na Tabela 3, a maior parte das tecnologias (30,4%) expressa o propósito de servir como “**recurso político pedagógico**” para instrumentalizar ações, capacitar profissionais de diversas áreas e orientar gestores na tomada de decisão relacionada à temática, dentro das instituições. Objetivam assim:

*"Estimular um processo de reflexão crítica em relação aos próprios comportamentos, atitudes e modelos, visando instrumentalizar os professores para a ação."* (IG3, 2011, p. 10).

Este propósito parece responder a uma demanda presente nas discussões acerca dos mecanismos existentes para dar suporte aos profissionais no enfrentamento do abuso sexual contra crianças. Políticas e programas públicos do Brasil, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança<sup>5</sup> (BRASIL, 2015), o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescente<sup>6</sup> (BRASIL, 2012), a Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situações de Violências<sup>7</sup> (BRASIL, 2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil<sup>8</sup> (BRASIL, 2010) incentivam a adoção de estratégias que contribuam para o enfrentamento da violência sexual. No

entanto, nota-se que sua operacionalização carece de tecnologias educativas para capacitar equipes e subsidiar a atuação dos profissionais.

As metodologias apresentam propósitos diferentes, porém que se integram e se complementam em alguns aspectos, podendo servir para a construção de programas/projetos locais e institucionais de enfrentamento ao abuso sexual de crianças, a exemplo dos objetivos relacionados às categorias “**Divulgação/Informação**” (6,5%), “**Sensibilização/Conscientização**” (8,7%) e “**Mobilização**” (8,7%).

Outro destaque é que 13,0% dos objetivos das tecnologias propõem o debate da “**perspectiva de gênero**”, valorizando o empoderamento de meninas e a influência do gênero na integração/participação dos pais (homens) na vida familiar, como abordagens relevantes em estratégias que pretendem prevenir violência contra crianças, especialmente contra meninas, como explicitado abaixo por uma tecnologia:

*“[...] busca refletir sobre as questões de gênero que afetam a vida das meninas brasileiras no contexto de garantia ou de violação dos seus direitos.” (ONGI1,2016, p. 7)*

Assim como:

*“[...] contribuir para o debate sobre as condições de vida de meninas brasileiras e convocar os setores responsáveis a promover a equidade de gênero e o empoderamento de meninas, conforme compromisso assumido como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.” (ONGI1, 2016, p. 9)*

A discussão dessas temáticas, integrando os objetivos das tecnologias, deve ser considerada um significativo avanço para o enfrentamento do abuso sexual, especialmente na perspectiva da prevenção, pois, como afirma Vieira<sup>17</sup> (2012), há uma relação entre violência sexual e violência de gênero e, “Prescindir a reflexão sobre a díade gênero-violência é negar todo processo histórico de discriminação, desigualdade e violência sofrida por inúmeras crianças e adolescentes.” (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012, p.208). Esses objetivos visam contribuir para a revisão de valores e práticas construídos historicamente e ainda presentes em todos os âmbitos da estrutura social, que favorecem

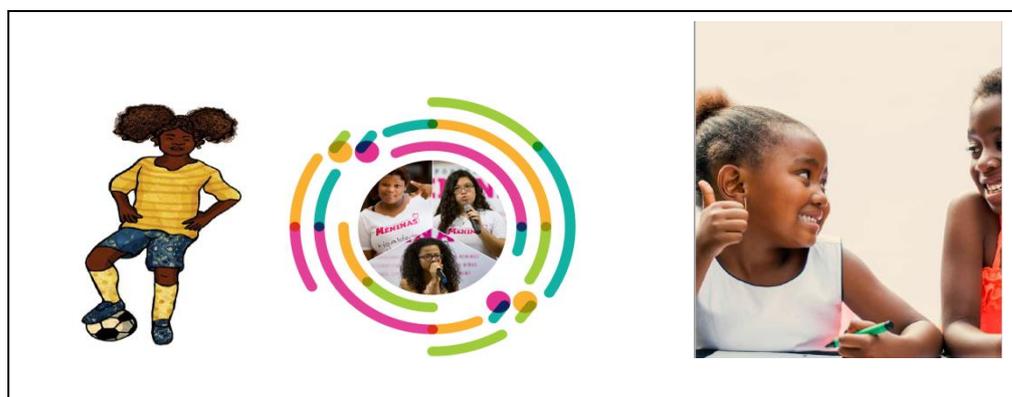
a desigualdade entre os gêneros, a submissão das meninas nas relações familiares e a oferta de menores oportunidades para seu desenvolvimento social, deixando-as mais vulneráveis às situações de violência.

A Figura 1, presente nos materiais, traduz essa reflexão à questão de gênero.



**Figura 1 - Influência dos papéis de gênero na integração dos pais nas famílias**

Fonte: Tecnologias ONGN2 e ONGI1



**Figura 2- Empoderamento de meninas para superação de desigualdades de gênero.**

Fonte: Tecnologias ONGN2 e ONGI1

A categoria “**Promoção da Cultura de Paz**”, apresentada como objetivo em 15,02 % dos documentos, também busca discutir as práticas culturalmente naturalizadas e adotadas como formas de educar crianças, que colaboram para a promoção e perpetuação da violência contra esse grupo populacional, entre essas o abuso sexual. Os documentos que usam esta categoria têm o propósito de contribuir para a educação positiva de crianças, sem uso da violência. Como expresso por uma tecnologia.

*"É também criar, alimentar e retroalimentar uma cultura de prevenção para agir no curto prazo e ao longo de toda a vida."*  
(IG3, p. 10, 2011)

Já nas categorias “**Apoio à família**” (11,0%) e “**Autoproteção**” (6,5%), é possível observar que seu principal objetivo está voltado para o desenvolvimento de fatores protetores junto às crianças, famílias e comunidades. A autoproteção está relacionada ao desenvolvimento de fatores protetores como habilidades interpessoais, uso do diálogo, voz ativa, conhecimento de si (partes do corpo e personalidade), entre outros fatores, conforme registram essas tecnologias.

## **5.2 Tecnologias com foco na prevenção primária do abuso sexual**

Os resultados que serão apresentados a partir deste tópico referem-se à análise exclusiva das 22 tecnologias da categoria Prevenção Primária. Além de colaborar para a promoção da saúde de crianças, as ações de prevenção primária do abuso sexual apresentam-se como estratégicas por possibilitarem a abordagem aos sujeitos vulneráveis à violência antes de se tornarem vítimas dela e por suas ações serem consideradas de baixo custo, quando comparadas às estratégias de nível secundário e terciário (WHO<sup>1</sup>, 2002).

Analisar as tecnologias que se propõe a intervir nesse nível de prevenção apresenta-se como relevante para a identificação de alternativas que podem influenciar a tomada de decisões, a elaboração de políticas e serem adotadas por instituições, comunidades e pais no enfrentamento do abuso sexual contra crianças. Assim, entre as 22 tecnologias com foco na prevenção primária, foi possível identificar os resultados abaixo.

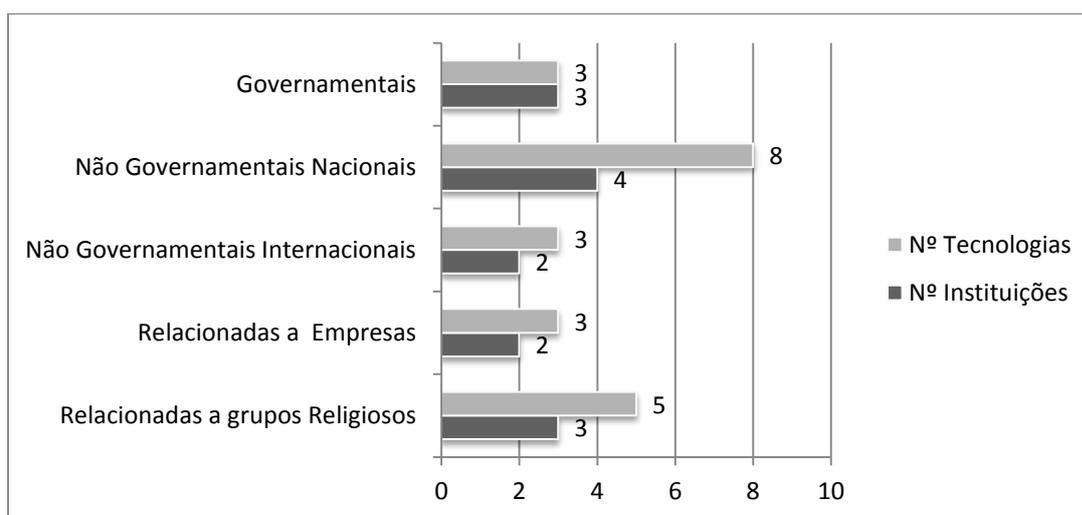
### **5.2.1 Atores sociais e suas tecnologias educativas**

Como apresentado na metodologia, aqui as tecnologias são analisadas segundo a **natureza institucional** (Gráfico 6). O maior número de documentos coletados foi elaborado por 4 “**Instituições Não Governamentais Nacionais**” (ONG). As ONG, na maioria dos casos, são fruto da mobilização da sociedade civil diante da ausência de políticas públicas de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Após a criação do

ECA (1990), o papel dessas instituições passou a ser mais propositivo, ainda que reivindicatório, construindo conhecimento e competência (LEAL<sup>38</sup>, 2006), capazes de influenciar a elaboração de políticas públicas para a infância e integrar os espaços públicos responsáveis pelo monitoramento da implementação dessas políticas.

O fato das ONG apresentarem o maior número de tecnologias com foco na prevenção primária do abuso sexual (08) pode possuir diferentes significados. O primeiro se refere ao contexto sociopolítico que envolve a temática do abuso sexual, que passou a apresentar novas nuances, ou seja, sai do silêncio e da invisibilidade, tem sua naturalidade questionada, é cada vez mais analisada em intersecção com categorias como gênero e revela a ineficiência das ações governamentais voltadas para o enfrentamento desta problemática. Um segundo significado diz respeito ao acúmulo de expertise das ONG sobre o tema, gerando sistematizações e novas propostas de intervenção, com expressiva influência e/ou exigência de atores sociais internacionais (financiadores, apoiadores, parceiros) a partir de atuações mais estratégicas. Esses aspectos são afirmados por Leal<sup>38</sup> (2006) ao sinalizar que: “As ONG’s têm tradicionalmente, prestado “atendimento” a crianças/adolescentes explorados (e abusados) sexualmente. Por outro lado, os governos não têm explicitado na prática, a implementação das políticas públicas para enfrentar o fenômeno.” (p.135).

**Gráfico 6** -Número de instituições e de tecnologias educativas, segundo a natureza das instituições proponentes. (Instituições n 14) (Tecnologias n 22).



Tecnologias criadas por “**Instituições Governamentais**” e “**Instituições relacionadas a grupos religiosos**” ocupam o segundo lugar em relação ao número de

instituições participando do estudo, ambas com 3 proponentes cada. As instituições governamentais, segundo Leal<sup>38</sup> (2006) possuem um papel fundamental para a criação e implementação de políticas públicas que podem contribuir para o enfrentamento do abuso sexual, apesar de, como anteriormente mencionado, serem frágeis na operacionalização de suas políticas. Isso pode ser evidenciado na constatação de que duas, das três tecnologias criadas por instituições governamentais, tiveram a participação de ONG na sua elaboração.

Ainda segundo Leal<sup>38</sup> (2006), o trabalho de parceria entre Estado e ONG, apesar de tenso e permeado por correlação de forças, está presente no histórico do enfrentamento da violência sexual contra crianças, seja através da atuação em espaços de gestão paritária, como nos conselhos de direitos das crianças, seja na elaboração e/ou implementação de políticas e programas.

Os propositores das tecnologias oriundas de instituições relacionadas a grupos religiosos, com 5 tecnologias integrando o estudo, também são ONG, ou seja, são instituições não governamentais relacionadas à infância, originadas da ação pastoral ou missionária de igrejas. Notou-se que, apesar de algumas declararem sua origem cristã e/ou fundamentarem suas propostas com base nesses valores, nenhuma das tecnologias declara a denominação da igreja ou religião de onde nasceram.

Duas instituições “**Não Governamentais Internacionais**” propõem 3 tecnologias para o fim em estudo. Ambas possuem sede no Brasil e suas tecnologias foram elaboradas nesse país. Assim como as ONG nacionais, as internacionais tem um histórico de atuação política estratégica pela causa das infâncias, propondo metodologias e/ou realizando pressão, em nível nacional e internacional, para que o Estado brasileiro cumpra com seu papel de assegurar os direitos humanos das crianças. Sua atuação também sofre críticas, especialmente quando visam intervenção direta aos sujeitos, pois suas propostas podem ser concebidas a partir de uma *infância universal e ideal* (LOWENKRON<sup>46</sup>, 2015), e/ou representar interesses internacionais, sem atentar para as diversidades regionais que constituem o Brasil.

Outras 2 “**Instituições relacionadas a empresas**” também fazem propostas em 03 tecnologias educativas. Segundo Leal<sup>38</sup> (2006), durante certo período, a atuação das empresas na área social teve um caráter assistencialista (de combate à pobreza), sem assumir seu importante papel para a efetivação das políticas sociais, o que ainda hoje é perceptível. No entanto, a autora salienta que, para a área da infância, as iniciativas de responsabilidade social das empresas trouxeram significativas contribuições,

especialmente com financiamento de tecnologias e campanhas, que foram sendo aprimoradas graças à atuação em parceria ONG e o Estado. Neste estudo, vale salientar que todas as instituições que integram essa categoria são nomeadas como Fundação ou Associação, não apresentando sua empresa de origem como idealizadora da proposta. Contudo, como já sinalizava Leal<sup>38</sup> (2006), sua atuação é diferenciada em relação a outras Fundações e Associações, que não são originadas de empresas.

A breve análise da natureza das instituições proponentes permite considerar que em relação à temática das violências contra crianças, especialmente o abuso sexual, o trabalho de parceria entre Estado, ONG (oriundas da sociedade civil, empresas ou igrejas) e empresas tem resultado em significativos avanços para a área da infância. Em um terreno de contradições, tensões e desafios a serem enfrentados, a relação entre esses atores sociais, tem possibilitado a construção de uma agenda que é de extrema relevância para pautar e concretizar ações que assegurem os direitos do público infantil (LEAL<sup>38</sup>, 2006).

Analisar a proposta apresentada por esses atores sociais, através de suas tecnologias educativas, convida, inicialmente, olhar como essas instituições concebem a criança, pois, é também a partir dessa concepção, que suas propostas são fundamentadas, suas ações selecionadas e temas são escolhidos, como se verá a seguir.

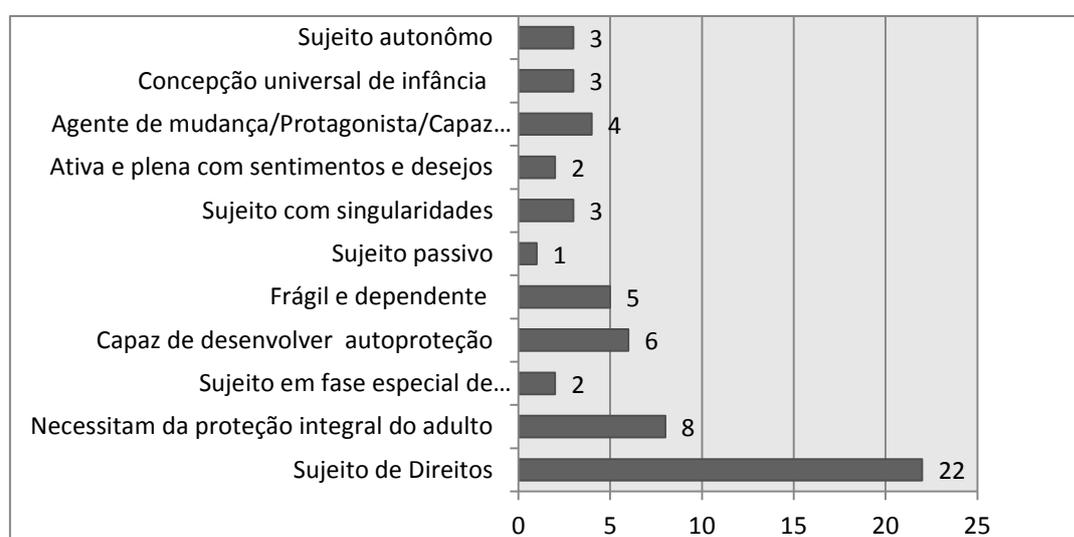
### 5.2.2. Concepção de infâncias/criança presente nas tecnologias

O Gráfico 7 mostra uma análise das **concepções de infância** encontradas nas tecnologias. Entre os documentos, é unânime a concepção de criança como “**sujeito de direitos**” (22), um reconhecimento legalmente conquistado com a criação do ECA (1990). Contudo, esses sujeitos também são vistos como “**necessitam da proteção integral do adulto**” para seu desenvolvimento em boa parte das tecnologias (8) e “**capazes de desenvolver habilidades de autoproteção**” (6). Esses resultados apontam para um dilema presente nos marcos teóricos e normativos relacionados à infância, nos espaços coletivos de debate pela garantia dos direitos desse público e nos conflitos relatados por famílias diversas no que se refere ao limite entre “proteção” e “autonomia”.

Segundo Lowenkron<sup>46</sup> (2015), tornando-se a criança sujeito de direitos, criou-se um dilema entre a infância que deve ser tutelada e protegida, mas que, como titular de

direitos, ganha autonomia. Para a autora, criou-se um dilema entre a liberdade e a proteção, e a resposta encontrada para esse foi o entendimento de que esse público possui uma condição peculiar de “pessoas em desenvolvimento” (art. 6º, ECA<sup>14</sup>, 1990), devendo assim, *receber tratamento desigual em favor da igualdade de condições*, ou seja, afirma o papel do Estado, família e sociedade na garantia das condições necessárias para que as crianças vivenciem seus direitos, entre esses, de serem protegidas para vivenciar a liberdade e exercitar a autonomia.

**Gráfico 7** - Concepções de infâncias/crianças presentes nas tecnologias (n 22)\*.



\*Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das concepções explicitadas e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

A concepção de infância como “**capaz de desenvolver autoproteção presente**” em 6 tecnologias, refere-se à capacidade da criança, considerando as especificidades de cada faixa etária de desenvolvimento, de ao perceber-se, seu corpo, valores e sentimentos, desenvolver habilidades que podem ajudá-la a proteger-se. Mesmo algumas tecnologias que não declaram conceber crianças como capazes de autoprotoger-se propõem atividades que favorecem o desenvolvimento dessa habilidade.

Já a “**concepção universal de infância**”, universália, quer se referir a um ideal de criança universal (LOWENKRON<sup>46</sup>, 2015), para a qual devem ser garantidos os direitos universais. As 3 tecnologias que fazem referência a essa concepção de infância se baseiam em princípios e diretrizes internacionais que regulam os Direitos Universais de Crianças e Adolescentes, sendo que uma delas critica a perspectiva dos direitos

universais quando não considera as especificidades históricas, sociais, econômicas e culturais do contexto onde as crianças estão inseridas.

*“Se, por um lado, a universalidade dos direitos busca garantir a igualdade para todas as crianças e adolescentes, por outro lado não contempla situações específicas que precisam de um ordenamento também diferenciado.” (ONGI1, 2016, p. 29)*

A concepção de criança como **“frágil e dependente”** está presente em 5 tecnologias analisadas, diferente das 4 tecnologias que a concebe como **“agente de mudança/protagonista”** sendo capazes de participar das tomadas de decisões que podem interferir sobre suas vidas. Visão corroborada pela sua concepção como **“sujeito autônomo”** e como **“sujeito com singularidades”**, ambas presentes em 3 tecnologias. As crianças são vistas como **“ativa e plena”** que têm sentimentos e desejos (2) e também como **“sujeitos em fase especial de desenvolvimento”** (2), mas são explicitamente concebidas como **“sujeito passivo”** em 1 tecnologia analisada.

### 5.2.3. Abordagens conceituais do abuso sexual

Há concepções diferenciadas nas tecnologias estudadas em relação ao **“conceito de abuso sexual”** (Gráfico 8), que o remete à **“violência sexual”** (54%), **“violência contra crianças”** (14%), **“maus tratos infantis”** (14%), **“violência doméstica”** (9%) e **“violência intrafamiliar”** (9%), sendo utilizadas indistintamente. Esse parece ser um aspecto importante para reflexão, considerando a perspectiva política de enfrentamento do abuso sexual. Diversos autores apontam o diálogo e a discussão sobre o assunto como estratégia relevante de ação (FERRARI e VECINA<sup>19</sup>, 2002, SANDERSON<sup>16</sup>, 2008). Assim sendo, a variedade de expressões poderia dificultar a compreensão e o enfrentamento sobre o tema, favorecendo as “distorções”, muitas vezes, política e estrategicamente adotadas por alguns grupos, para camuflar aspectos importantes sobre a problemática?

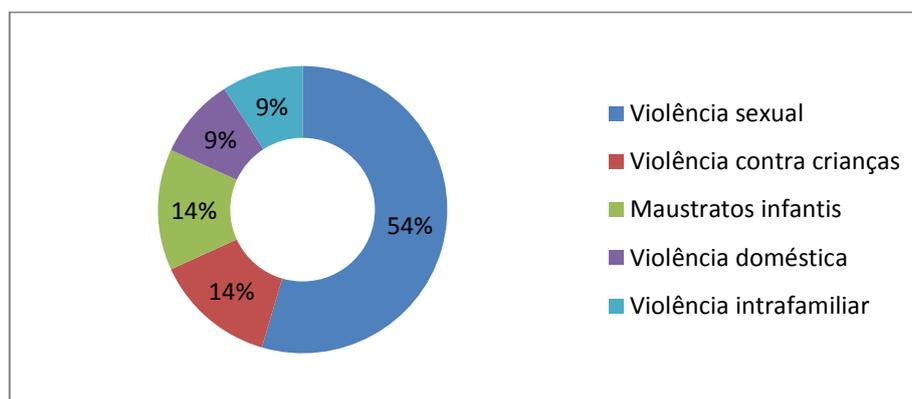
Segundo Silva<sup>47</sup> (2009), muitos conceitos são utilizados para definir as violências sexuais, no entanto, não há um alinhamento quanto ao significado de cada um desses. Em relação ao abuso sexual, a dificuldade para sua definição pode ser uma expressão da complexidade que envolve a compreensão do fenômeno. Nos documentos

analisados, essa diversidade demonstra, também, que cada autor adota o termo que melhor se adequa aos propósitos da instituição que o aborda. Foi possível observar entre as tecnologias a presença do termo abuso, incesto e pedofilia para se referir à mesma ideia, fato que pode estar relacionado à origem do material.

A adoção de diferentes terminologias para referir-se ao abuso sexual pode, também, estar relacionada ao que disse Vieira<sup>17</sup> (2012):

A utilização de diversas terminologias para a designação do conceito violência sexual revela uma tendência de conceber a questão da violência no âmbito sexual, como expressão natural às relações humanas e por isso inerente ao cotidiano da sociedade contemporânea. (p. 207)

**Gráfico 8** - Abuso sexual segundo categorias de violências usadas nas tecnologias.



Ao estar inserido em categorias mais amplas de violências, o abuso sexual contra crianças é concebido de distintas formas nas tecnologias estudadas, conforme mostra a Tabela 4.

A compreensão da complexidade do abuso sexual é quase unânime na discussão proposta pelas tecnologias, expressa pela sua presença em “**relações de poder assimétricas**” (26,0%) e pela sua concepção como “**fenômeno que pode possuir múltiplas causas**”, entre as quais estão as sociais, econômicas, culturais, psicológicas e situacionais (21,7%). A presença das “**questões de gênero**” (17,4%) na concepção da temática é apresentada em intersecção com os fatores raça/etnia e classe social nas tecnologias, afirmando que meninas, negras e pobres são as mais atingidas, com base nos dados oficiais dos registros de casos.

Os aspectos relacionados às vulnerabilidades sociais podem ser compreendidos em intersecção com fatores relacionados ao gênero. É importante ressaltar a baixa frequência de denúncias, ou de situações que acionaram unidades públicas, envolvendo famílias de classe média e alta. Essas famílias, muitas vezes, apoiadas pelo poder financeiro, buscam outros recursos para resolução do problema.

**Tabela 4** - Concepções de abuso sexual presentes nas tecnologias analisadas (n 22)\*.

<b>Concepções do abuso sexual</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Fruto de relações de poder assimétricas</b>	6	26,0
<b>Fenômeno multicausal</b>	5	21,7
<b>Relacionado a questões de gênero</b>	4	17,4
<b>Violação aos Direitos Humanos de Crianças</b>	3	13,0
<b>Relacionado a processos educativos violentos</b>	2	8,8
<b>Relacionado à ausência de Políticas Públicas</b>	2	8,8
<b>Construção social</b>	1	4,3
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das concepções explicitadas e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.  
Fonte: SANTOS (2018)

É interessante notar a concepção do abuso “**relacionado à ausência de Políticas Públicas**” (8,8%), pois, sinaliza que a análise da questão e alternativas para seu enfrentamento não devem ser vistas de forma isolada, ou com foco apenas nos sujeitos, mas de forma ampliada, buscando a implementação de políticas públicas, em diferentes áreas e setores, que favoreçam a “segurança” necessária para o desenvolvimento das crianças.

A concepção do abuso sexual como “**violação aos direitos humanos de crianças**” (13,0%) constitui algumas tecnologias, como também a relação dessa violência com “**processos educativos violentos**” (8,0%) também se apresenta na concepção do abuso sexual.

Um destaque é o fato da concepção do abuso, enquanto “**construção social**”, ser apontado por apenas 4,3% dos documentos. A discussão sobre a construção sócio-histórica, política e cultural da infância, e assim do que contemporaneamente é concebido como abuso sexual de crianças, é apontada por Ferrari<sup>19</sup> (2002), Vieira<sup>17</sup>

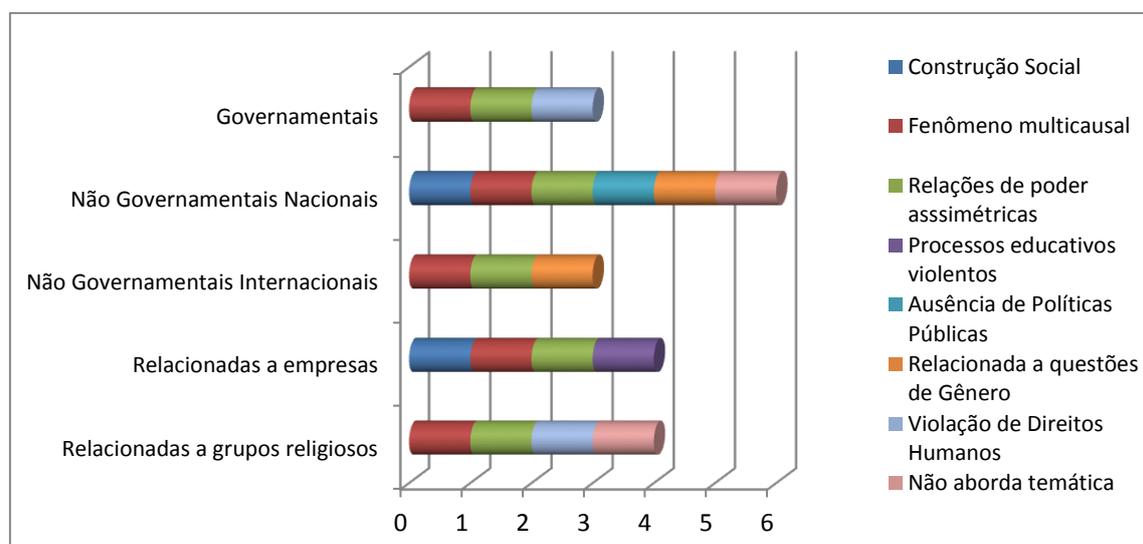
(2012), Xavier Filha<sup>27</sup> (2012), Lowenkron<sup>46</sup> (2015), entre outras, como de significativa relevância para compreensão do tema e para pensar em intervenções, especialmente as de cunho preventivo, voltadas para promover o desenvolvimento saudável desse público.

Ainda em relação à concepção de abuso sexual adotada pelas tecnologias, o Gráfico 9 apresenta as abordagens por tipo de instituição proponente.

A abordagem do fenômeno segundo as “**questões de gênero**” é realizada somente pelas ONG nacionais e internacionais, assim como sua abordagem como uma “**violação de direitos humanos**” está presente apenas nos materiais das instituições governamentais e religiosas. Os “**processos educativos violentos**” foram inseridos na concepção do abuso apenas pelas tecnologias das instituições relacionadas às empresas. Vale registrar que isso não significa que as demais tecnologias não tratem desses temas, só não os aborda na sua concepção sobre o abuso sexual.

Chama atenção a ausência do tema abuso sexual em uma das tecnologias que **apresenta como objetivo** a proteção de crianças contra violências, oriunda de instituição religiosa. Do mesmo modo, nota-se a ausência do tema em duas tecnologias de ONGs nacionais cujos **objetivos eram discutir as questões de gênero**. No entanto, a inclusão dessas tecnologias no presente estudo foi pelo fato dessas ferramentas apresentarem intervenções, estratégias, relevantes que podem contribuir para a prevenção do abuso sexual de crianças, mesmo que não o discuta conceitualmente.

**Gráfico 9** - Abordagem do abuso sexual por tipo de instituição proponente (n 5).



Tendo maior compreensão sobre quem propõe as tecnologias, como abordam e concebem o fenômeno do abuso sexual e quais objetivos as orientam, seguiremos com a apresentação de resultados relacionados ao o que é proposto por essas ferramentas: estratégias, ações, atividades, temáticas, entre outros dados relevantes.

#### **5.2.4 Caminhos de prevenção para o abuso sexual envolvendo crianças: estratégias, ações e temas abordados nas tecnologias educativas.**

Este tópico apresenta os caminhos propostos pelas instituições, através de suas tecnologias, para a prevenção do abuso sexual de crianças, ou seja, as estratégias, ações, atividades e temáticas utilizadas. A análise buscou discutir os aspectos presentes no bojo das estratégias/atividades propostas pelas tecnologias. As principais contribuições e limitações dos documentos para prevenção do abuso sexual estão inseridas nas discussões, provocações e intencionalidades (explícitas e implícitas) presentes na abordagem dos temas que são apresentados pelas instituições proponentes das tecnologias.

##### **5.2.4.1 Estratégias propostas pelas tecnologias**

As estratégias apresentadas pelas tecnologias são diversas e complementares. Conforme apresentado na Tabela 5 a mais indicada é a adoção da “**Estratégia ampliada**”<sup>10</sup> de ação (12,0%), cujo objetivo é o desenvolvimento de ações educativas para alcance de diferentes públicos simultaneamente, proposta alinhada ao modelo ecológico<sup>11</sup> de intervenção que preconiza que ações para enfrentamento às violências sejam implementadas para alcance dos diferentes sujeitos e níveis de relação envolvidos no processo (BRASIL<sup>7</sup>, 2012). Ao lado disso está a “**Elaboração de manuais**” (12,0%), que podem ser adotados por diferentes áreas e instituições para orientar a

---

<sup>10</sup> O Modelo Ecológico, adotado pela OMS, apresenta 04 níveis (individual, comunitário, relacional e social) para compreender e intervir sobre as violências. A Estratégia Ampliada de ação é a forma recomendada para intervir sobre a violência considerando esses níveis, quanto mais níveis forem contemplados nas ações mais chances de reduzir a violência (BRASIL, 2011).

<sup>11</sup> O Modelo Ecológico sugere que, para evitar a violência, é necessário agir em diferentes níveis ao mesmo tempo, e a prioridade deve ser a **prevenção** primária da violência, isto é, medidas para evitar que as violações ao direito da criança e do adolescente aconteçam.

construção de planos de prevenção ao abuso sexual. Essa estratégia tem sua ação potencializada com a realização de “**Diagnóstico Situacional**” (7,0%), o qual permitirá o reconhecimento do local, favorecendo a elaboração de propostas contextualizadas, de acordo com a realidade do território onde serão implementadas, aspecto importante para o êxito das ações.

Scodelario<sup>31</sup> (2002), ao relatar a experiência de implantação de um polo de prevenção às violências contra crianças, sinaliza que a primeira fase do trabalho é a de planejamento, devendo ser conduzida pelo mapeamento do território e realização de diagnóstico situacional e de perfil da população-alvo. Essas informações são essenciais para a implementação da Estratégia ampliada de ação e, especialmente, para a adoção de Manuais (assim como guias, cartilhas, cadernos, entre outras terminologias) pelos profissionais, pois esse tipo de tecnologia não é um instrumento *pronto para uso*, não possui *um fim em si mesmo*; ao contrário, sua real contribuição e significado serão atribuídos a partir do contexto em que será utilizado.

**Tabela 5** - Estratégias apontadas pelas tecnologias para a prevenção do abuso sexual contra crianças (n 22)\*.

<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Construção de Manuais para orientar a elaboração de Programas, Planos, Planejamento de ações para prevenção de violências contra crianças.	12	12,0
Estratégia ampliada de ação (trabalho educativo com crianças, adolescentes, pais, familiares, comunitários, profissionais, entre outros)	12	12,0
Promoção de espaços e ações para participação ativa dos sujeitos (adoção de metodologias participativas)	11	11,0
Atuação Intra e Intersetorial, Trans e Multidisciplinar (constituição de Redes)	17	17,0
Formação/Capacitação permanente de profissionais de diversas áreas	8	8,0
Realização de Diagnóstico Situacional/Participativo e Pesquisas (estudo do território, mapeamento de serviços, conhecimento das situações de violência)	7	7,0
Mobilização Social/Comunitária	7	7,0
Elaboração de materiais informativos	7	7,0
Constituição de equipe executora (facilitador/orientador/mediador) para coordenar as ações/atividades	6	6,0
Abordagens/Trabalho de grupo	6	6,0
Implantação de Polos/Agentes de prevenção	3	3,0
Implantação Política/Normas de Proteção às crianças	2	2,0
Manual com normas baseadas em valores cristãos e fundamentos bíblicos para orientar famílias e crianças.	2	2,0
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>

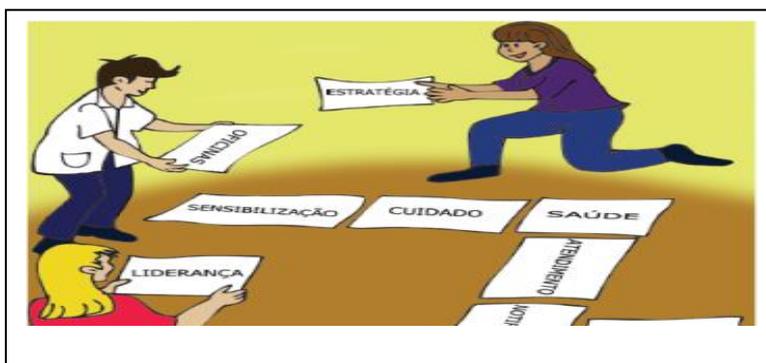
\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das estratégias explicitadas e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

Fonte: SANTOS (2018)

A adoção de “**metodologias participativas**” (11,0%) foi um dos destaques das estratégias de prevenção indicadas pelas tecnologias. Essas são propostas de trabalho com diferentes públicos (crianças, adolescentes, pais, famílias, comunitários, profissionais, entre outros) que preconizam a valorização do conhecimento prévio dos sujeitos, do diálogo, da escuta mútua e da construção de conceitos de forma coletiva e colaborativa. No entanto, vale ressaltar que o êxito dessa estratégia, principalmente em atividades voltadas para o público infantil, está relacionado com a concepção de infância que as instituições adotarão. Instituições que concebem crianças como pessoas incapazes de participar, de desenvolver autonomia e ter voz ativa, possivelmente, não desenvolverão propostas que adotam o princípio da participação ativa e do protagonismo infantil.

*"Participar é um processo político na medida em que é através da integração das pessoas em suas propostas que a sociedade vai se transformando para melhor servir ao bem comum. Mas, participar é também um ato pedagógico, uma vez que “aprende-se a participar participando” (BORDENAVE, 1994). Essa visão vale para as pessoas e para as instituições, como é o caso dos serviços de saúde, das escolas e também das famílias.”(IG2, 2011, p. 21)*

A participação é apresentada como estratégia que tem como princípio a valorização dos sujeitos, vistos como portadores de direitos humanos universais. Seu envolvimento é considerado essencial nos processos de tomada de decisões, que interferirão sobre suas vidas, bem como para o desenvolvimento de capacidades (habilidades e competências) individuais e coletivas, que podem favorecer a prevenção de violências (Figura 3). Destaque para 4 tecnologias que contaram com a participação de crianças e adolescentes em algum nível do processo de construção da metodologia, entre as quais duas fomentaram intencionalmente a participação de meninas na elaboração de suas propostas.



**Figura 3 - Participação como estratégia de prevenção de violências.**  
**Fonte:** Tecnologia IG2

Ainda em relação às tecnologias que propõem a participação de crianças, também vale considerar a reflexão feita por Lowenkron<sup>46</sup> (2015) sobre o dilema proteção e autonomia, anteriormente mencionada. O direito a proteção deve ser assegurado às crianças para garantia do exercício de sua autonomia que, privilegiadamente, se dá através da sua participação ativa. Essa parece ser uma discussão pertinente para a análise de estratégias de participação de crianças, pois foi observado que mesmo instituições que valorizam a participação desse público nas ações ainda partem de uma perspectiva adultocêntrica, como demonstra a Figura 4. Esse aspecto convida os idealizadores das propostas a tecerem reflexões que contribuam para melhor alinhamento entre teoria e prática, ou melhor, para a transformação de culturas institucionais relacionadas às crianças, que não favorecem o fortalecimento de fatores protetores desses sujeitos e a prevenção de violências.



**Figura 4 - “Você já aprendeu a dizer NÃO?”**

Fonte: Tecnologia IRE 2

Na Tabela 5 é identificada a recomendação para o desenvolvimento de **ações em nível intra e intersetorial** e de forma multi, inter e transdisciplinar<sup>12</sup> (17,0%). Essa estratégia se alinha à concepção do abuso como fenômeno complexo e, assim sendo, necessita de ações articuladas entre diferentes setores, disciplinas e campos de ação. A parceria entre diferentes atores e setores da sociedade na construção e desenvolvimento de alternativas (intersectorialidade) para a prevenção do abuso sexual, apresenta-se como medida que pode se aproximar de forma mais eficiente e abrangente dos determinantes envolvidos em sua causa e em sua solução (Figura 5).

<sup>12</sup> A atuação em nível intra e intersetorial e de forma multi, inter e transdisciplinar fazem referência à prática de trabalho em que vários profissionais, de diferentes setores e instituições, e/ou, campo disciplinar, assumem e executam suas atribuições de acordo com meta e estratégia comum estabelecida. (Lorencini<sup>48</sup>, et al, 2002)



**Figura 5 - Intersetorialidade como estratégia de prevenção do abuso sexual.**

Fonte: Tecnologia IG2

A intersectorialidade é um dos princípios para a prevenção e enfrentamento da violência. Costa<sup>33</sup> (2014) ainda acrescenta que, no Brasil, é condição necessária para promover saúde. Nessa perspectiva, promover saúde não é responsabilidade apenas do setor saúde, já que qualidade de vida e bem estar social solicitam a atuação de outros setores da sociedade e, fundamentalmente, a participação de indivíduos e comunidades. Sendo o abuso sexual uma violência que ameaça o bem estar e a saúde integral de suas vítimas, a promoção teria, através do princípio da intersectorialidade, contribuições a dar para a transformação dessa realidade, visando à melhoria da qualidade de vida dos envolvidos.

A afirmação de que “[...] a Promoção da Saúde ultrapassa os cuidados de saúde, inserindo a temática sanitária na agenda de prioridades dos políticos e dirigentes em todos os níveis e setores.” (VASCONCELOS E SCHMALLER<sup>32</sup>, 2014, p. 63) através da ação intersectorial, ratifica sua contribuição para enfrentamento do abuso sexual, como proposto pelas tecnologias, pois possibilita a inserção desse tema na agenda política de diversos setores.

É preciso, contudo, considerar os desafios que podem ser encontrados e que precisam ser superados para que ações intersectoriais possam ser desenvolvidas. O exercício do poder, questões políticas e ideológicas, econômicas, culturais e interpessoais podem se apresentar como desafio, solicitando o uso de habilidades como diálogo e mediação para a condução dos processos.

O trabalho em equipe (Intra e Intersectorial, Trans e Multidisciplinar) pode ser potencializado através da constituição de Redes, ação proposta por algumas tecnologias.

*“É função dos polos, além de sensibilizar e instrumentalizar essa população para enfrentar o fenômeno, estabelecer articulação entre os vários serviços da comunidade, como creches, escolas, postos de saúde, conselhos tutelares e outros, formando uma rede de atendimento e proteção da infância e da juventude que visa impedir a produção e reprodução da violência.” (IRE1, 2004, p. 31)*

A constituição de Redes é identificada com diferentes focos de atuação nas tecnologias. Em algumas aparece como Rede de Apoio (referindo-se a grupo de pessoas próximas que se ajudam mutuamente), Rede de Cuidado (significando estratégia para implementação das Linhas de Cuidado do Sistema Único de Saúde), Rede de Proteção (referindo-se a grupos de instituições e/ou pessoas que atuam pela proteção de crianças) e a Rede Social (expressando grupo constituído por diferentes atores sociais, sociedade civil, empresas, governo, que atuam em causas com foco na infância ou que a incluem em suas estratégias). Como características comuns, todas são constituídas por diferentes atores sociais que atuam no mesmo território/comunidade e propõem intervenções voltadas para a prevenção de violências contra crianças, entre elas o abuso sexual.

Como menciona Lorencini<sup>48</sup>, a noção de Redes também pode ser compreendida como “(...) um espaço de formação de parcerias, cooperações e articulações dos sujeitos institucionais, no âmbito público e privado.” (LORENCINI et al<sup>48</sup>, 2002, p. 298)”. É uma estratégia privilegiada para a articulação dos atores de um território através de conselhos, fóruns, grupos de debate, dentre outras dinâmicas, e ação primordial para a prevenção do abuso sexual por prever a atuação conjunta de diferentes atores sociais através da constituição de agenda coletiva, planejamento e implantação de planos de ação, fortalecimento da mobilização comunitária e a realização de *advocacy* para garantia dos direitos das crianças.

Contudo, é preciso reconhecer que diante da dinâmica de vida de um território, a adoção dessa estratégia de ação será permeada por conflitos e tensões naturais de uma ação desenvolvida entre pares. Seu sustento poderá estar firmado no reconhecimento, pelos atores envolvidos, da importância da ação conjunta, complementar, em torno de tema em comum; das aprendizagens construídas no processo de trabalho intersetorial; e no fortalecimento da ação comunitária através da atuação da Rede; podendo resultar mais condições para promover saúde e desenvolvimento para as crianças.

A **formação continuada** dos profissionais de diferentes áreas de atuação que atendem a crianças (8,0%) é indicada como estratégia relevante pelas tecnologias. Tal

indicação envolve, além da formação continuada, capacitação, promoção de espaços de cuidado e escuta dos profissionais, e a revisão dos currículos nos distintos níveis da formação acadêmica das diferentes áreas que atuam com crianças e adolescentes, para inclusão da temática das violências contra crianças e estratégias de intervenção e prevenção.

É importante lembrar que os profissionais, educadores sociais, agentes de saúde, entre outros que exercem função educativa na área da infância, são seres humanos, pessoas inseridas numa cultura e sociedade, de onde recebem, reagem e refletem valores construídos historicamente. Assim, os momentos de formação dos profissionais, além de espaço para instrumentalização e orientações para a prática, são ricas oportunidades para vivências que favoreçam a revisão de valores, preconceitos e práticas culturais que podem contribuir para a perpetuação das violências praticadas contra crianças. Como afirma a tecnologia ONGI3:

*"[...] apenas a informação não é suficiente para favorecer a adoção de comportamentos preventivos. Reconhecem-se, portanto, como intervenções mais eficazes para a prevenção, as ações educativas continuadas, que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas e de discussão dos obstáculos emocionais e culturais que impedem a adoção de condutas preventivas." (ONGI3, 2006, p. 26)*

Scodelario<sup>31</sup> (2002), ao apresentar os pressupostos teóricos para o trabalho de prevenção da violência intrafamiliar, sinaliza que não é garantido que os profissionais que atuam com crianças, nas mais diferentes áreas, tenham capacitação em relação ao fenômeno da violência contra crianças ou de assuntos relacionados a essa (desenvolvimento emocional e sexual). É estratégico incluir no plano de trabalho desses profissionais, de forma frequente e sistemática, momentos de formação sobre a temática.

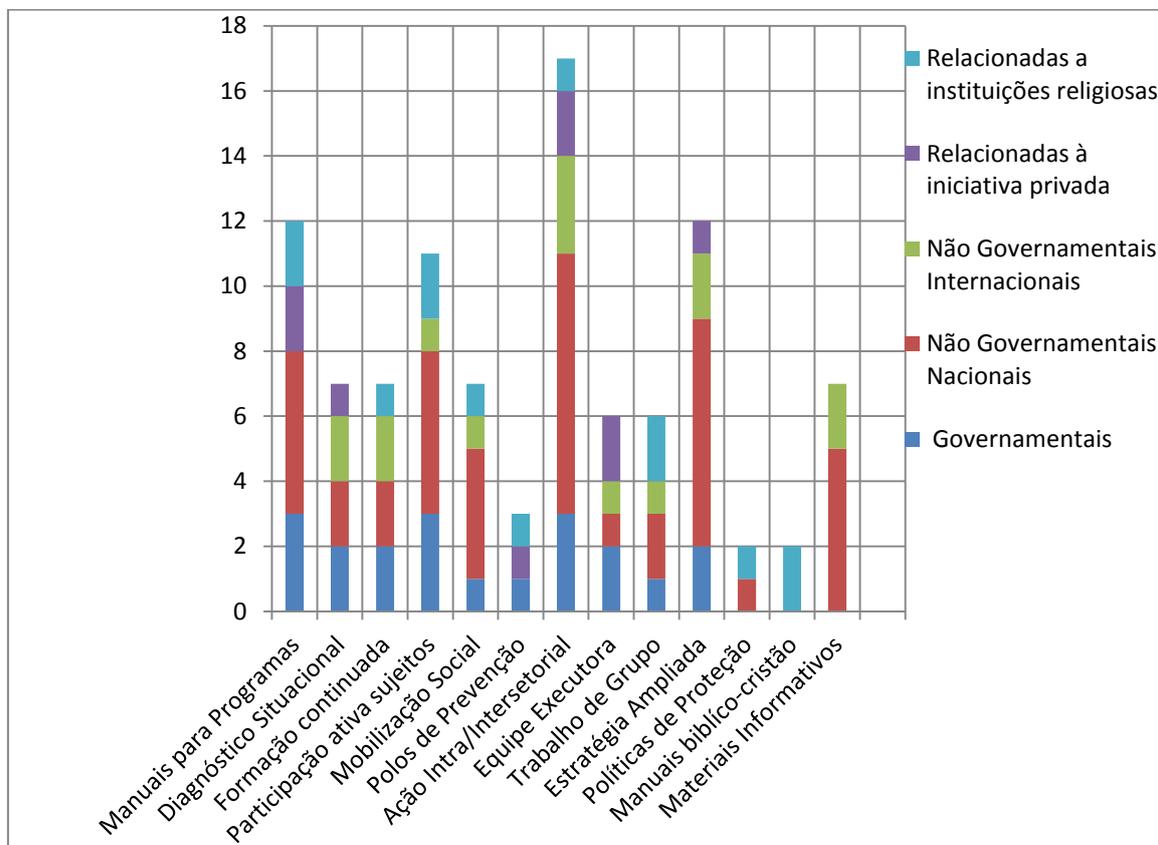
Outras estratégias, com frequência mais baixa, também são propostas pelas tecnologias, como: “**Mobilização Social/Comunitária**” e “**Elaboração de materiais informativos**”, ambas com 7,0%; “**Constituição de equipe**” executora (facilitador/orientador/mediador) para coordenar as ações/atividades e “**Abordagens/Trabalho de grupo**”, ambos com 6,0%; e “**Implantação de Polos/Agentes de prevenção**” com 3,0% de frequência.

A análise das estratégias por **tipo de instituição proponente** possibilitou algumas reflexões importantes (Gráfico 10). Com baixa frequência (2,0%), mas presente entre as estratégias elaboradas por *instituições relacionadas a grupos religiosos* chama atenção a indicação de **Manuais**, com normas baseadas em valores cristãos e fundamentos bíblicos, com propósito de proteger as crianças dentro das igrejas e orientar às famílias a como proteger seus filhos contra violências. No entanto, contraditoriamente, não é claro o reconhecimento de que práticas de violência contra crianças podem ocorrer dentro dessas instituições. O documento faz referência à violência que pode ocorrer restritamente no ambiente familiar e/ou por pessoas que frequentam a igreja, como sugere a citação abaixo:

*"Não queremos pensar que acontecem violências, principalmente violência sexual, nas igrejas. Mas temos que atentar para o fato de que há muitas crianças e diversos membros/frequentadores nas mesmas. Qualquer criança em qualquer família pode vivenciar as situações acima citadas. É nosso dever promover a proteção das crianças em qualquer ambiente, inclusive o da igreja." (IRGR1, 2013, p. 22)*

O reconhecimento das igrejas de que práticas de abuso sexual contra crianças podem ser perpetradas por seus membros, dentro e fora de seus espaços, representaria um significativo avanço deste setor da sociedade, já que não se pode combater aquilo que não se admite reconhecer.

Outro aspecto observado em 03 das 05 tecnologias concebidas por "*instituições relacionadas a grupos religiosos*" é a falta de abordagem das diferentes manifestações de violência contra a criança. Não há reflexão conceitual, não há análise de fatores envolvidos em sua ocorrência, não há a apresentação de sinais e sintomas para identificá-lo e, principalmente, não há orientação de encaminhamento de casos pelas vias legais de garantia de direitos de crianças. Outras tecnologias também deixaram de apresentar um ou outro desses aspectos, no entanto, chama mais atenção aqui o fato das normativas fundamentarem-se estritamente nos valores bíblico-cristãos que orientam a instituição. Diante da complexidade que envolve a temática, essa estratégia torna-se significativamente restrita, reservando o acesso a informações.

**Gráfico 10** - Estratégias por tipo de instituição proponente. (n 5)\*

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando as estratégias explicitadas e não a partir do número de tecnologias.

Entre as tecnologias estudadas, foram identificadas 04 que abordaram e/ou propuseram estratégias para prevenção ao abuso sexual contra **crianças com deficiência**. Duas foram elaboradas por *instituições relacionadas a empresas* e outras duas ligadas a *instituições não governamentais nacionais*. A abordagem do tema orientando as famílias e cuidadores para os cuidados redobrados que necessitam ter com crianças com deficiência sinalizam a sua maior vulnerabilidade a situações de abuso sexual. Uma dessas apresenta sua tecnologia em versão 3D para apoiar o trabalho com crianças com deficiência visual. A outra tecnologia, apesar de não discorrer diretamente sobre o tema, inclui uma criança com deficiência física em suas ilustrações e como alvo das estratégias, conforme Figura 6.



**Figura 6 - Participação de crianças com deficiência física nas atividades propostas.**

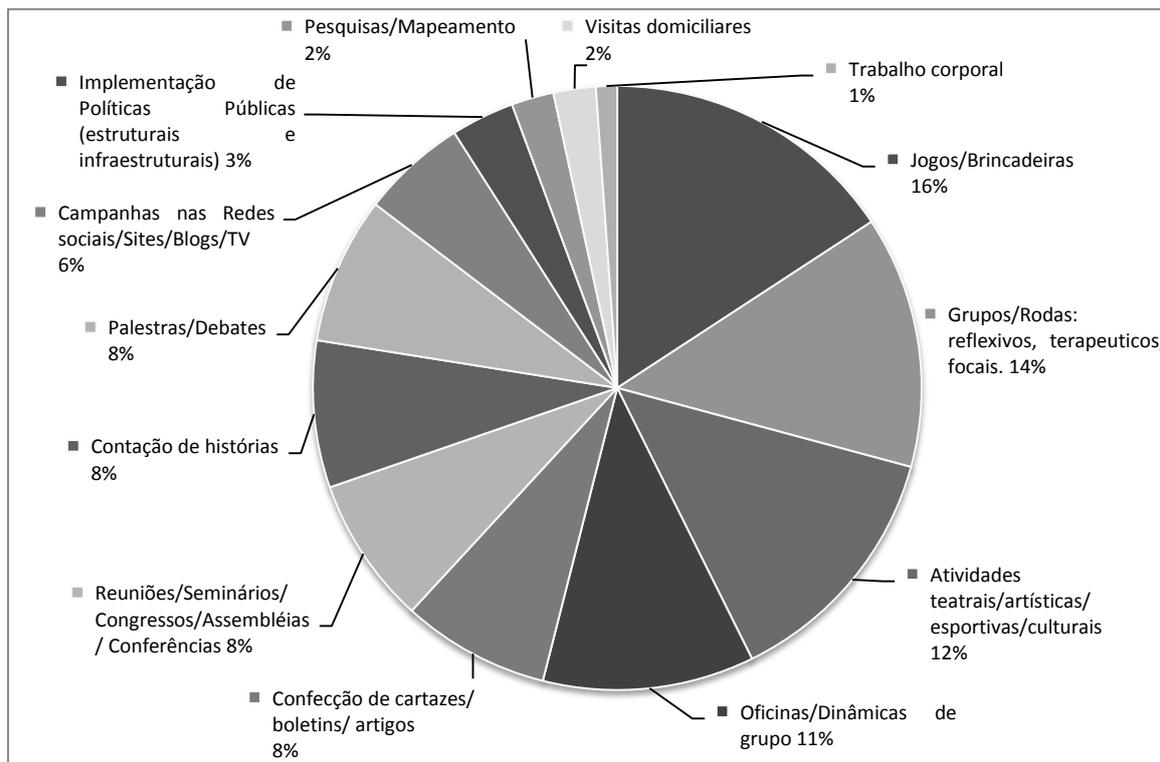
Fonte: Tecnologia ONGN 8

#### 5.2.4.2 Atividades e Ações

As estratégias propostas pelas tecnologias são implementadas através de “**atividades e ações**”, algumas independentes e outras complementares (Gráfico 11). Entre essas, a que apresenta maior frequência (16%) são os “**jogos/brincadeiras**”, onde estão incluídas atividades lúdicas e dramatizações, seguida do trabalho com “**grupos reflexivos**” (14%) por meio de rodas de diálogo, além das atividades “**teatrais, artísticas, esportivas e culturais**” (12%) que são fomentadas. As “**oficinas e dinâmicas de grupos**” (11%) são constantemente propostas.

Miyahara<sup>49</sup> (2002), ao relatar a experiência do trabalho em sala de espera, faz referência à importância dos jogos/brincadeiras como atividades que podem contribuir para as ações de prevenção ao abuso sexual. Segundo a autora, através de jogos e brincadeiras com participação de crianças e adultos, é possível: criar espaços de convivência que estimule interações espontâneas e desprovidas de preconceitos; provocar a construção de relacionamento que respeite as preferências das crianças e assegure seus direitos; e promover encontros que estimule trocas afetivas:

*"Na realidade infantil misturam-se trabalho, brincadeiras e vida. O jogo é uma escola de vida, um laboratório de experiências, é motor e estímulo para novos pensamentos e afetos, fator inegável de desenvolvimento da criança. É brincando que a criança aprende a estabelecer e respeitar normas, a comunicar-se, a criar novos espaços de conhecimento interpessoal, a desenvolver diferentes hipóteses e estratégias de solução perante diversas situações e, com certeza, a divertir-se." (IRGR5, p. 7, 2012)*

**Gráfico 11 - Atividades/ações propostas pelas tecnologias (n 22)\***

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das atividades/ações explicitadas e não a partir do número de tecnologias.

Atividades de construção coletiva, como a **“confeção de cartazes”** (8%), **“contação de história”** (8%), **“palestras”** (8%) também são propostas e **“atividades para a incidência política e formação”** (8%) como as reuniões, assembleias comunitárias, seminários e conferências e **“campanhas nas Redes sociais”** (6%) foram identificadas.

Segundo Soma<sup>50</sup> (2014), a contação de história apresenta-se como atividade que pode contribuir para a prevenção do abuso sexual, pois,

[...] por meio da literatura oral há uma interação entre um contador/locutor e um leitor/ouvinte. (...) Na contação, o relato oral dá vida ao texto escrito, voz e expressão aos personagens, a interpretação do locutor promove uma ponte entre o leitor e a história. (SOMA<sup>50</sup>, 2014, p. 62)

Para a autora, a interação lúdica favorecida pela contação de história possibilita que o comportamento do contador (em oferecer explicações, definir e explicar, conversar) pode contribuir para significativas mudanças no comportamento do ouvinte, o que torna essa estratégia favorável para apresentação de conceitos e informações às

crianças relevantes para o desenvolvimento de habilidades de autoproteção e prevenção do abuso sexual.

Com frequência mais baixa estão as atividades voltadas para a “**implementação de políticas públicas**” (3%) e realização de “**pesquisas e mapeamentos**” (2%). Também foram identificadas o incentivo a “**visitas domiciliares**” (2%) e adoção de técnicas para realização de “**trabalho corporal**” (1%).

O ITS<sup>35</sup> (2004) afirma que entre as características fundamentais das tecnologias sociais, como as tecnologias educativas, é que suas técnicas devem buscar transformação de uma realidade e garantir a participação dos sujeitos e visar inclusão e melhoria das condições de vida. Essas características podem ser identificadas nas atividades propostas pela maior parte das tecnologias analisadas, a exemplo dos trabalhos com grupos, das rodas de diálogo, atividades teatrais, entre outras.

Foi possível observar também que algumas tecnologias, apesar de apresentarem uma proposta baseada em valores como diálogo, afeto, escuta e proteção, suas atividades são desenvolvidas seguindo modelo de educação bancária<sup>13</sup>, usando expressões que estimulam o autoritarismo e imposição de ideias sem estimular o exercício da escuta e valorização do conhecimento dos participantes, conforme apresentado na Figura 4.

Também foi possível identificar a indicação de material complementar como recursos/subsídios didáticos para auxiliar e/ou dinamizar o desenvolvimento das ações, entre esses são citados: livros de história infantil, vídeos educativos, Cd’s e DVD’s, Jogos de Tabuleiro, Aplicativos, Cartazes, Infográficos, entre outros.

A maior parte das tecnologias recomenda que as atividades sejam desenvolvidas de acordo com a realidade do território/comunidade e/ou unidade de serviço, considerando o perfil e a necessidade dos participantes, além de contar com a sensibilidade e criatividade do profissional que mediará a ação.

Também há orientação para o uso das tecnologias em diversos espaços. Contudo, conforme demonstrado no Gráfico 12, há locais que ganham destaque, entre eles a “**escola**” (38%), as “**unidades de saúde**” (17%) e a “**igrejas**” (13%):

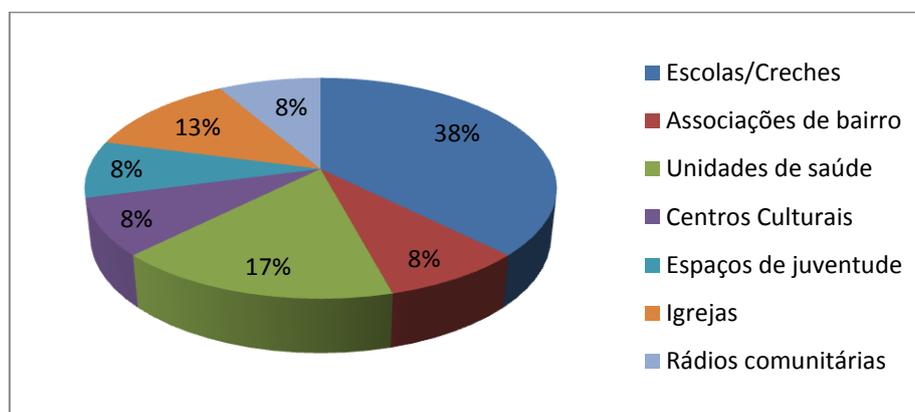
---

<sup>13</sup> Expressão utilizada por Freire (1992) para denunciar práticas educativas que concebem o aprendiz (adulto ou criança) como caixas vazias, onde são depositadas informações, sem valorização do potencial desses sujeitos.

*"A escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual." (ONGI2, 2009, p. 09)*

O reconhecimento do ambiente escolar como espaço promotor de saúde, privilegiado para o desenvolvimento de ações de prevenção, também é sinalizado por Scodelario, ao afirmar que na escola “[...] é possível desenvolver ações com crianças/adolescentes, com suas famílias e com os profissionais que com eles trabalham.” (SCODELARIO<sup>31</sup>, 2002, p. 220). Ainda segundo autora, ter um local acessível e reconhecido pela comunidade é um ponto de partida para o desenvolvimento das atividades, propiciando articulações simultâneas em outros espaços.

**Gráfico 12** - Locais recomendados para aplicação das tecnologias (n 22)\*



\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos locais explicitadas e não a partir do número de tecnologias.

#### 5.2.4.3 Temáticas propostas pelas tecnologias

A Tabela 6 apresenta os **temas** trabalhados nas atividades. É importante considerar que, diferente da presença desses temas na Tabela 2 (Marco conceitual, político e normativo que fundamenta as tecnologias), aqui essas temáticas são propostas para serem abordados na formação dos profissionais, com grupos de comunitários, nas reuniões de pais e responsáveis, gestores e Redes para que estes os abordem com crianças, adolescentes e outros beneficiários em suas atividades. As tecnologias criadas diretamente para as crianças também abordam alguns dos temas apresentados na tabela abaixo.

**Tabela 6** - Temas abordados nas atividades propostas pelas tecnologias (n 22)\*.

<b>Temas abordados</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Sexualidades</b> - Educação sexual (n=4) - Desenvolvimento da sexualidade saudável (n=4) - Comportamento sexual saudável (n=2) - Etapas do desenvolvimento infantil (n=2) - Corpo (n=1) - Educação para sexualidade de crianças (n=1) - Educação sexual de crianças com deficiência (n=1) - Orientação sexual (n=1)	16	18,1
<b>Violências contra crianças</b> - Importância da Prevenção (n=3) - Sinais e sintomas (n=3) - Tipos de violência contra crianças (n=3) - Como proteger-se (n=2) - Denúncia (n=2)	13	14,6
<b>Gênero</b> - Questões de gênero (n=3) - Relações de Gênero (n=3) - Normas de gênero (n=2) - Transformação de masculinidades (n=2) - Empoderamento de meninas (n=1) - Participação dos homens pelo fim da violência (n=1)	12	13,5
<b>Promoção da Cultura de Paz</b> - Desenvolvimento de valores pessoais e coletivos (n=5) - Promoção de bons tratos de crianças e adolescentes (n=3) - Educação positiva (n=2)	10	11,2
<b>Diversidade e Diferenças</b> - Respeito à diversidade (n=3) - Inclusão da criança “diferente” (n=3) - Raça/Etnia (n=3) - Coletividade (n=1)	10	11,2
<b>Proteção de Crianças</b> - Desenvolvimento de habilidades de autoproteção e autodefesa (n= 3) - Fatores protetores (n=3) - Normas de Proteção (n=2) - Política de Proteção (n=1)	9	10,1
<b>Marcos dos Direitos das Crianças e Adolescentes</b> - Estatuto da Criança e do Adolescente (n=3) - Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (n=3) - Direitos Humanos de Crianças (n=1) - Direitos Sexuais e Reprodutivos de Crianças e Adolescentes (n=1)	8	9,0

<b>Políticas Públicas</b> - Vulnerabilidades (n=2) - Desenvolvimento de Políticas de valorização da vida de crianças. (n=1) - Desenvolvimento de Políticas de Segurança (n=1) - Implementação de Políticas para melhoria da estrutura e infraestrutura urbana e rural. (n=1)	5	5,6
<b>Crianças com deficiência</b> - Crianças com deficiência e violência (n=2) - Crianças com deficiência e educação sexual (n=2)	4	4,5
<b>Valores cristãos e Fundamentos bíblicos</b> - Fundamentos bíblicos e proteção de crianças (n=2)	2	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos temas explicitados e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.  
.Fonte: SANTOS (2018)

A “**sexualidade**” é um dos **temas** destacados nas ações de prevenção do abuso sexual (18,1%), seguido por questões conceituais, de sinais e sintomas, de prevenção e de denúncia da “**violência contra a criança**” (14,6%). A temática de “**gênero**” relacionada às discussões sobre a influência do machismo, do patriarcado e as assimetrias de poder na ocorrência dos casos de abuso sexual esteve presente em 13,5% dos documentos. A “**promoção da cultura de paz**” e a abordagem da “**diversidade e diferenças**” também foram temas propostos com 11,2% cada um deles.

*“Objetivo da oficina: Conhecer os conceitos de sexualidade, gênero e relações de poder.” (ONGI2, 2009, p.129)*

Considerando a frequência e relevância das temáticas Sexualidades, Gênero e Diversidade/Diferenças para a discussão sobre prevenção do abuso sexual no atual contexto sociopolítico e cultural, a análise dos resultados referentes a essas categorias serão apresentados, exclusivamente, na próxima sessão.

A “**promoção da cultura de paz**” é apresentada como tema que incentiva o diálogo e reflexão, especialmente com famílias e comunidades, sobre aspectos subjetivos e culturais que estão relacionados à causalidade das violências contra crianças. A partir desse tema, são propostas discussões sobre o desenvolvimento de valores pessoais e coletivos baseados na não violência (contrapondo-se a ideia de adoção da violência para a resolução de conflitos), na promoção de bons tratos na relação com as crianças (contrapondo-se ao “princípio” dos maus tratos de crianças,

naturalizado na relação com esse público) e na educação positiva (contrapondo as práticas educativas violentas e baseadas em disciplinamentos rígidos).

O tema “**proteção de crianças**”, com 10,1% de frequência, propõe discussões sobre o desenvolvimento de habilidades de autoproteção nas crianças, os principais fatores que contribuem para sua proteção e a construção e implementação de normas e políticas de proteção nas instituições que trabalham com o público infantil. Os “**marcos dos Direitos das Crianças e Adolescentes**” (9,0%) também é temática abordada nas atividades, tendo como foco debates sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o funcionamento dos SGDCA, questões relacionadas aos Direitos Humanos de Crianças e Direitos Sexuais e Reprodutivos de Crianças e Adolescentes.

Menos presente nas atividades está o tema “**políticas públicas**” (5,6%), propondo discussões e pautas para gestores e atores que integram as Redes. Sua presença entre temas que podem contribuir para prevenção do abuso sexual contra crianças é de significativa relevância, pois, além de ser estratégica à luta pela efetivação de direitos sociais (não apenas as voltadas para a infância, também os de geração de renda, de promoção da equidade de gênero, acesso à cultura, entre outras), apresenta-se como complementar às outras estratégias propostas. No entanto, foi possível notar pouca recomendação para abordagem do tema Políticas Públicas com as crianças e famílias, bem como, a apresentação de atividades que adaptassem a abordagem desse tema para contemplar esses públicos. Aspecto que se contrapõe ao significativo percentual de tecnologias que citam a participação de crianças nos espaços de tomada de decisão como estratégia de prevenção.

Com frequência mais baixa estão os temas “**criança com deficiência**” (4,5%), discutindo a exposição desse público às violências e as alternativas para o trabalho de educação sexual, e o tema “**valores cristãos e fundamentos bíblicos**” (2,2%) apresentando fundamentos bíblicos que podem contribuir para a proteção de crianças.

Numa análise segundo a natureza das instituições, o tema das questões conceituais da “**violência contra crianças**” se sobressai nas *instituições governamentais*, da “**sexualidade infantil**” nas *instituições não governamentais Nacionais* e nas *relacionadas a empresas*, das “**questões de gênero**” e das “**políticas públicas**” nas *instituições não governamentais internacionais* e o tema da “**promoção cultura de paz**” é mais enfatizado nas *instituições relacionadas a grupos religiosos*.

Essas são as estratégias, atividades e temas que constituem os caminhos de prevenção trilhados pelas tecnologias analisadas neste estudo. A seguir, serão apresentados dados mais aprofundados sobre as categorias Sexualidades, Gênero e Diversidades e Diferenças, que possuem em percentuais significativos nas tecnologias. Esses temas integram o marco teórico da pesquisa e sua análise poderá contribuir para a realização de inferências e discussões relevantes.

### **5.2.5 Sexualidades, Gêneros, Raça/Etnia, Diversidades e Diferenças: revisando abordagens para prevenção do abuso sexual contra crianças.**

No atual momento histórico, social, político, econômico e cultural, em que esta pesquisa está sendo realizada, é notável a influência desses fatores na discussão sobre sexualidades, gêneros, raça/etnia e diversidades e diferenças. A análise dos dados permite inferir que o debate sobre essas categorias tem contribuições não só para a prevenção do abuso sexual contra crianças, mas também para a garantia dos direitos humanos de crianças, meninas, jovens e mulheres, principalmente as expostas a maior vulnerabilidade pela sua raça, classe social e orientação sexual.

Qualquer resposta cabal e definitiva a tais questões será ingênua e inadequada. A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. (LOURO<sup>51</sup>, 2008, p. 18)

A discussão sobre sexualidades é atravessada por diversas concepções e tabus, mais ainda quando relacionada às crianças. Acentuam-se complexidades e contradições, que bem lembra Louro<sup>51</sup> (2008) ao afirmar que a construção da sexualidade (sim, é uma construção) se dá ao longo de processos sócio-históricos, por meio de aprendizagens e práticas influenciadas pela cultura e através da atuação de diferentes instituições sociais, que de forma implícita ou explícita, tentam pô-la sob controle.

A compreensão de que as sexualidades e os gêneros são construções sociais (XAVIER<sup>27</sup>, 2012, LOWENKRON<sup>47</sup>, 2015, LOURO<sup>52</sup>, 2016), que ganham nuances e contornos ao longo da história e de acordo com as culturas, é de significativa relevância para a análise dos dados identificados na pesquisa sobre essas categorias. Segundo Ribeiro, apresenta-se como um desafio “Problematizar a construção histórica da sexualidade para questionar, ousar, transformar os arranjos sociais que, na maioria das vezes, são perversos e desiguais.” (RIBEIRO<sup>53</sup>, 2012, p. 45). Assim, a percepção da sexualidade como construção social pode possibilitar transformações necessárias para a saúde dos sujeitos e equidade nas relações entre esses.

A análise de como as instituições concebem e abordam o tema da sexualidade infantil resultou em reflexões e problematizações importantes para revisão de valores e práticas sociais, pois, como sinalizado por Xavier Filha<sup>27</sup> (2012), ao analisar relatos de professoras diante das expressões da sexualidade das crianças,

[...] a sexualidade na infância, vista por educadoras e familiares, é um campo em que a vigilância é constante. Há uma intenção em não se incentivar a sexualidade e contê-la. Ao mesmo tempo em que a professora e a diretora tentam conter as expressões da sexualidade das crianças, as tratam com se fossem assexuadas. (XAVIER FILHA<sup>27</sup>, 2012, p. 20)

A necessidade de vigiar e controlar a sexualidade das crianças leva a famílias e profissionais assumirem posturas contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que veem a criança como ser assexuado, tentam controlar as expressões de sua sexualidade.

A Tabela 7 demonstra as **concepções de sexualidade** identificadas no estudo. Entre os documentos analisados, que abordam essa temática (18), sobressai a ideia de que a sexualidade é concebida como dimensão do ser humano que se “**desenvolve ao longo da vida**” (21,0%), começando ainda na fase embrionária e só encerrando com a morte do ser humano, manifestando-se de diferentes formas ao longo da vida.

**Tabela 7** - Concepções de sexualidade identificadas (n 18)\*.

CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE	N	%
- Desenvolve-se ao longo da vida, da concepção até a morte.	5	21,0
- Integra aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais, emocionais e espirituais.	4	16,6
- Dimensão necessária para o desenvolvimento saudável do ser humano.	2	8,3
- Energia vital. Não é possível estar totalmente sobre conhecimento e controle.	2	8,3
- Está relacionada às atitudes sexuais saudáveis que devem ser apresentadas às crianças de acordo com faixa etária.	2	8,3
-Manifestações da sexualidade são prazerosas e diferem de acordo com etapa da vida dos sujeitos.	2	8,3
- Tem relação com a curiosidade, busca do prazer e da afetividade.	2	8,3
- Tem relação com a construção de cidadania do sujeito e o direito ao respeito, reciprocidade e consentimento.	2	8,3
- Dimensão inerente ao ser humano.	1	4,2
- Crianças são seres sexuados, manifestam sua sexualidade das mais diversas formas.	1	4,2
- Possui uma dimensão individual (expressão singular de cada sujeito) e uma dimensão social (socialmente construída, expressão da cultura).	1	4,2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das concepções explicitadas e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

Com frequência de 16,6% também é identificada a percepção da sexualidade como fruto da “**integração de aspectos biológicos, socioculturais, psicoemocionais e espirituais**”, assim sendo, está além do “corpo” e das genitálias, tendo relação com emoções, comportamentos, desejos e sentimentos, que interagem ao longo da vida das pessoas influenciando em suas experiências e descobertas.

Para Ferrari e Vecina<sup>19</sup> (2002), a sexualidade é uma encruzilhada entre o “**pessoal e o social**”, entre o individual e o coletivo, por isso deve-se vinculá-la às questões sociais, culturais, antropológicas e psicológicas; aspecto presente em 4,2% das tecnologias. A visão da sexualidade como “**dimensão inerente ao ser humano**” e das “**crianças como seres sexuados**” que manifestam sua sexualidade no dia a dia das mais diversas formas, foram identificadas com frequência de 4,2% cada.

Também foi possível identificar concepções que relacionam a sexualidade infantil às “**atitudes sexuais saudáveis**”, que devem ser apresentadas às crianças de acordo com a faixa etária (8.3%); como “**dimensão necessária ao desenvolvimento**”

saudável dos sujeitos (8.3%); como “**energia vital**” (8.3%); como “**manifestação que se dá de acordo com etapas da vida**” (8.3%); e estando relacionada à “**curiosidade, busca de prazer e afetividade**” (8.3%). Além dessas percepções, a sexualidade também é concebida como aspecto que faz parte da “**construção de cidadania**” dos sujeitos (8.3%), apontando para sua dimensão política.

Essas concepções apresentam-se como complementares e contraditórias, fato que pode estar relacionado às tensões, disputas e tabus que circundam a sexualidade, o que se atenua quando se propõe a discuti-la relacionada à infância, outro campo de controle, domínio e tabus sócio e historicamente construídos.

Vale ressaltar que duas tecnologias discutem a sexualidade das pessoas com deficiência, sinalizando que:

*“[...] deve-se lembrar que, embora com deficiência, ninguém deixa de ter sexualidade; as formas de manifestá-la podem ser diferentes, mas não podemos esquecer que, por mais prejuízos neurológicos ou fisiológicos que uma pessoa possa ter sofrido, ela possui corpo, emoções, sexualidade e vontades próprias.”*  
(IRE2, 2008, p. 21)

Foi observado que 8 tecnologias não registraram sua concepção de sexualidade, o que não significa que não abordem a temática em suas atividades ou em outro campo da proposta. Algumas abordam o tema em interface com as temáticas gênero, saúde sexual e reprodutiva e direitos Sexuais.

Diferentes nomenclaturas são utilizadas pelas tecnologias para referir-se ao trabalho proposto para abordar questões que envolvem o tema sexualidade com as crianças. Entre as tecnologias analisadas, conforme Gráfico13, 44% da frequência identificada refere-se a “**Educação sexual**” para tratar do assunto com crianças, 25% refere-se à “**Educação para a saúde sexual**” e 19% à “**Educação para a sexualidade**”. Ambas com frequência de 6%, também foram citadas a “**Educação em sexualidade**” e o trabalho de “**Orientação sexual**”. Foram identificadas tecnologias com propostas para abordar sexualidade com crianças sem fazer referência a uma nomenclatura específica

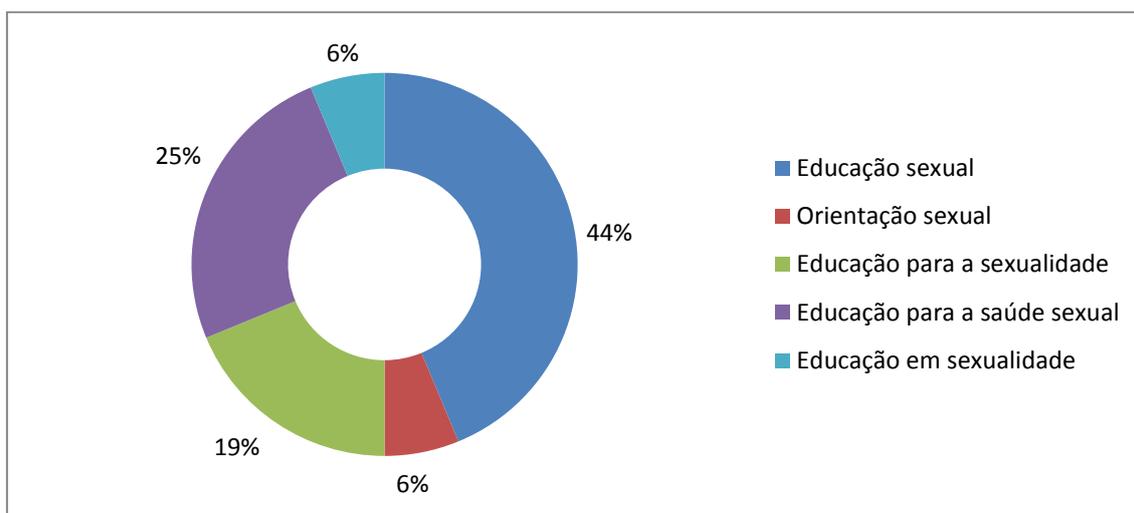
Segundo Xavier Filha<sup>27</sup> (2012) e Furlani<sup>54</sup> (2016) diferentes representações acerca da educação sexual de crianças estão presentes no Brasil, considerando os pontos de vista teórico, prático e político. Furlani<sup>54</sup> (2016) as organizou em abordagens:

- **Biológico-higienista:** ênfase no determinismo biológico, considerando as diferenças entre homem e mulher decorrentes dos atributos corporais, o que contribui para a naturalização das desigualdades sexuais e de gênero e hierarquização das diferenças.
- **Moral-tradicionalista:** as famílias e as instituições educacionais conservadoras são responsáveis pelo controle das manifestações da sexualidade de crianças, adolescentes e jovens. Apresenta programas de incentivo à abstinência e são favoráveis aos “papeis sexuais” tradicionais e a educação separada de meninos e meninas.
- **Terapêutico:** voltada para o caráter psicológico do sujeito, busca “causas” explicativas para as vivências sexuais consideradas “anormais” e para os “problemas sexuais”. Acredita poder alcançar a “cura” sexual.
- **Religioso-radical:** caracterizada pelo apego às interpretações da Bíblia, usa o discurso religioso como “incontestável verdade” na determinação das representações acerca da sexualidade “normal”.
- **Direitos humanos:** propõe um processo educacional político e comprometido com a construção de uma sociedade menos desigual e mais humana, para isso, abordagem fala, explícita e problematiza as representações negativas socialmente impostas aos sujeitos mais vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres, afrodescentes, homossexuais, entre outros) e às suas identidades excluídas.
- **Direitos sexuais:** propõe uma educação sexual na escola baseada nos princípios dos direitos sexuais e dos direitos infantojuvenis que possibilite a abordagem de temáticas que contribuam para o enfrentamento da vitimização sexual infantojuvenil.
- **Emancipatória:** originada da teoria marxista, abordagem insere as categorias de análise da vida social (como raça/etnia, gênero e sexualidade) reconhecendo a multiplicidade identitária dos sujeitos.
- **Queer:** consiste na crítica desconstrutiva da educação dominante, propondo uma educação sexual provocadora que conteste as “verdades” sobre as hierarquias sexuais e de gênero.

No entanto, esta autora sinaliza a necessidade de olhar crítico sobre essas abordagens, pois cada uma delas guarda implicações políticas e educativas, pressupondo

desde uma concepção de educação e sexualidade a um perfil de profissional que aplicará sua proposta. Foi possível identificar algumas dessas abordagens representadas nas tecnologias ao falar sobre sexualidade o que convida às instituições proponentes, para além de adotarem uma nomenclatura, dedicarem-se a refletir sobre a abordagem, o paradigma, que orientam suas propostas, se esses de fato favorecem o desenvolvimento da sexualidade das crianças de forma plena.

**Gráfico 13** - Intervenções para abordar sexualidade com crianças (n 18)



Para Xavier Filha<sup>27</sup> (2012) e Louro<sup>52</sup> (2016), cotidianamente se adota “pedagogias de sexualidade e gênero” para educar as crianças, através das quais são apresentados um ideal de feminilidade e masculinidade, o parâmetro de uma sexualidade “normal” e outros ensinamentos socialmente convencionados sobre os temas, fato que pôde ser observado em algumas abordagens presentes nas tecnologias e que expressam a visão da instituição proponente em relação à sexualidade infantil. No entanto, BORTOLOZZI, RIBEIRO e MARGALHÃES<sup>28</sup> (2014) alertam a necessidade de abordagem do tema para além de uma visão biologicista e essencialista, incluindo questões sociais (por exemplo, gênero, raça/etnia e papéis sociais) presentes na sociedade, na medicina, na família, na educação escolarizada, na psicologia, dentre outros espaços. A sexualidade infantil precisa ser repensada, questionada e transformada para contribuir com a prevenção da violência sexual e promoção da saúde das crianças.

Sugestão dada por algumas instituições foi a inclusão da temática “Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual” na matriz curricular de formação

dos profissionais da educação. Contudo, esse debate também deve estar presente em outras áreas afins e em cursos de graduação e pós-graduação.

Os dados da Tabela 8 apresentam os conteúdos abordados nas atividades dirigidas a crianças e adultos, sendo alguns específicos para formação e/ou trabalho de grupo com adultos (pais, responsáveis, educadores, profissionais, gestores, líderes religiosos, entre outros), que levarão a discussão para suas famílias, comunidades, programas, igrejas, escolas e entre outros espaços.

**Tabela 8** - Conteúdo das atividades sobre sexualidade (n 18)\*.

<b>Temas abordados sobre sexualidade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Conhecendo o próprio corpo (meu corpo, partes íntimas, eu e o outro, como nascem bebês, reprodução humana)	8	22,3
Comportamento sexual saudável	5	14,0
Etapas do desenvolvimento da sexualidade da infância até o fim da vida	5	14,0
Abordagem positiva da sexualidade: afeto, ternura, compreensão, prazer, transcendência, liberdade e responsabilidade.	3	8,3
Espaços reflexivos sobre sexualidade: criação de ambientes de comunicação seguros sobre sexualidade.	3	8,3
Bons tratos e desenvolvimento da sexualidade infantil	2	5,5
Gênero e sexualidade	2	5,5
Mitos e Verdades sobre sexualidade	2	5,5
Sexualidade para prevenir, proteger e fortalecer crianças contra violências.	2	5,5
Tem idade certa para falar sobre sexualidade?	2	5,5
Educação para a vida	1	2,8
Homofobia, machismos e sexualidade.	1	2,8
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência dos conteúdos explicitados e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

Fonte: SANTOS (2018)

Entre os conteúdos trabalhados, o tema “**conhecendo o próprio corpo**” se sobressai (22,3%). São desenvolvidas atividades que apresentam às crianças a estrutura do seu corpo, partes íntimas, como nascem os bebês, reprodução humana, entre outros assuntos. Como sinalizado anteriormente, esses conteúdos fazem parte da dimensão biológica da sexualidade, contudo, sua abordagem desconectada das outras dimensões, pode reforçar os aprendizados e construções socioculturais sobre *o corpo* reducionista, favorecendo ainda mais o controle e domínio de outros sobre esse, impossibilitando descobertas e vivências prazerosas e positivas para as crianças através da descoberta do próprio corpo.



**Figura 7- Conteúdo Conhecendo o próprio corpo.**

Fonte: Tecnologia IRE 3

O destaque para o Corpo, entre os conteúdos propostos para abordar sexualidade, também pode ser mais uma expressão das contradições e tentativas de controle das instituições sociais ao falar sobre sexualidade com crianças. A contradição é percebida pelo fato de a temática corpo não estar explicitamente mencionada nas concepções sobre sexualidade, como apresentado na Tabela 7. Mas, quando as tecnologias partem para a prática educativa sobre sexualidade com crianças o corpo (suas partes e funções, cuidados corpo e outros temas de enfoque biológico) é o principal ponto de partida.

Um aspecto importante e ausente nas tecnologias é a dimensão cultural do corpo. Segundo Goellner<sup>55</sup> (2013), o corpo é uma construção feita pela linguagem (cultura), que “tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades”, atribuindo-lhe, desta forma, representações:

Representações essas que não são universais nem mesmo fixas. São sempre temporárias, efêmeras, inconstantes e variam conforme o lugar/tempo onde este corpo circula, vive, expressa-se, produz-se e é produzido. E também onde se educa porque diferentes marcas se incorporam ao corpo a partir de distintos processos educativos presentes na escola, mas não apenas nela, visto que há sempre várias pedagogias em circulação. (GOELLNER<sup>55</sup>, 2013, p. 31)

Os temas “**etapas do desenvolvimento da sexualidade infantil**” e “**comportamento sexual saudável**” também estão entre os mais indicados pelas tecnologias, ambos com 14,0% de frequência. Especialmente no trabalho com as famílias e outros responsáveis das crianças, é recomendado por algumas tecnologias a apresentação e reflexão sobre as etapas do desenvolvimento da sexualidade infantil para que esses cuidadores compreendam melhor as expressões da sexualidade das crianças

usando o diálogo, quando julgar necessário, para mediar situações e evitando a adoção de práticas violentas para “corrigir comportamentos inadequados”.

As atividades sobre comportamento sexual saudável tratam de assuntos como: (1) atitudes e comportamentos sexuais aceitáveis e não aceitáveis; (2) a diferença entre as partes do corpo de meninas e meninos; e (3) noções sobre amor, prazer e desejo nas relações entre os sexos e atos da sexualidade. Uma das tecnologias que propõe esse tema orienta que:

*"Quanto à educação de meninas, principalmente, procurem não estimular cedo demais comportamentos e atitudes que podem fazer avançar o desenvolvimento sexual. A televisão, com alguns programas "infantis" que estimulam a cultura da "ninfeta", além de outros programas supostamente para jovens e adultos, que são veiculados especialmente nos fins de semana em horários acessíveis a crianças, são alguns dos fatores que contribuem para a aceleração da puberdade e da adolescência." (IRE3, 2008, p. 45)*

Para Furlani<sup>54</sup> (2016) incentivar a convivência mútua e o compartilhamento de experiências, subjetivas e materiais, é uma estratégia importante para que meninos e meninas conheçam e questionem as desigualdades de gênero, o sexismo, o machismo e a misoginia. Assim sendo, a autora sinaliza que “Considerar que certos assuntos e/ou informações dizem respeito apenas a meninas (ou a meninos) é contribuir para um modelo de educação parcial e fragmentado que tende a legitimar as desigualdades nas relações de gênero [...]” (FURLANI<sup>54</sup>, 2016, p. 69).

Baseados em concepções diferentes, mas com mesma frequência nas propostas analisadas (8,3%), estão os seguintes conteúdos: (1) “**espaços reflexivos sobre sexualidade**”, que propõe a discussão sobre a importância de ambientes de comunicação seguros para falar sobre sexualidade com crianças, o que pode reforçar as ideias de sigilo e tabu entorno da sexualidade; e (2) “**a abordagem positiva da sexualidade**”, que associa sexualidade a afeto, prazer, transcendência e liberdade, propondo a quebra de tabus em torno do tema e favorecendo sua vivência plena pelos sujeitos.

Com baixa frequência mas presente entre os conteúdos estão “**Bons tratos e desenvolvimento da sexualidade infantil**”, “**gênero e sexualidade**”, “**Mitos e Verdades sobre sexualidade**”, “**Sexualidade para prevenir, proteger e fortalecer crianças contra violências**” e “**Tem idade certa para falar sobre sexualidade?**”, todos com frequência de 5,5% cada. Ambas com frequência 2,8 % a “**educação para a**

**vida**” e temáticas relacionadas a **“homofobia, machismos e sexualidade”**, foram identificadas.

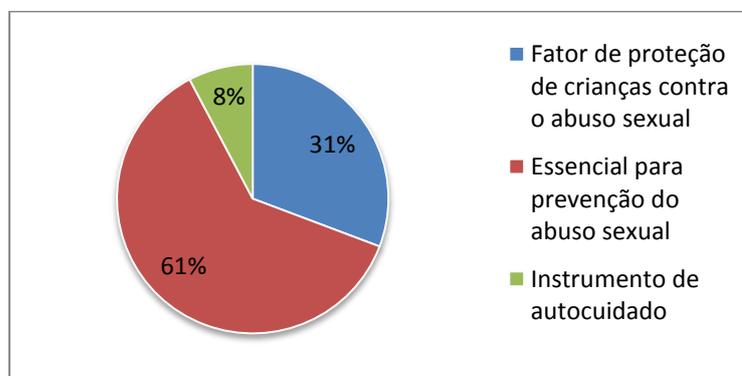
Algumas tecnologias sinalizam a importância do tema sexualidade ser abordado de forma educativa, não moralista nem simplista e adequado a cada faixa etária, considerando as singularidades, respeitando os limites e as possibilidades de compreensão de cada criança, apresentando esses como aspectos relevantes para a promoção da saúde desse público.

O Gráfico 14 mostra a relação da categoria **“sexualidade”** com o **“abuso sexual”**, sinalizando as contribuições de sua abordagem para a prevenção desse tipo de violência. Assim, 61% dessas metodologias consideram o trabalho em sexualidade com crianças como **“essencial para a prevenção do abuso sexual”**, 31% considera a estratégia como um **“fator de proteção contra o abuso”** e 8% a abordam como um instrumento que **“favorece o autocuidado”** e assim, contribuem para prevenção do abuso.

*"Abordar nas instituições que atuam com crianças e adolescentes a questão da violência sexual é falar de sexualidade, tema desafiador, que envolve cultura, atitudes e tabus, pouco inseridos nas atividades sócio pedagógicas."*  
(ONGI2, 2009, p. 124)

No entanto, também é sinalizado que a sexualidade não deve ser trabalhada apenas nesta perspectiva da prevenção do abuso sexual, pois se corre o risco de limitar a abordagem de uma temática tão ampla e importante.

**Gráfico 14** - Abordagem sobre sexualidade e prevenção ao abuso sexual (n 18).



A categoria “**gênero**” é outro destaque entre os temas trabalhados nas atividades das tecnologias educativas. Para Goellner<sup>55</sup> (2012):

Por gênero entende-se a condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O gênero, é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. (p.109)

Nesta definição, assim como na de sexualidade, é afirmada que a categoria gênero é uma construção social, datada e transformada historicamente e marcada pela cultura. A este conceito Furlani<sup>54</sup> (2016) destaca a presença das relações de poder em sua construção.

Atualmente, a discussão das questões relacionadas aos gêneros busca questionar e problematizar convenções sociais referentes aos papéis e comportamentos do ser masculino e/ou feminino, com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Esse debate, ao mesmo tempo em que ganha força política e apoio de diferentes setores sociais nacionais e internacionais, recebe duras críticas e repressão de alas político partidárias conservadoras e grupos religiosos, quando aludem ao termo *Ideologia de Gênero* para descaracterizar importantes discussões sobre essa temática, feitas pelo movimento feminista, de mulheres negras, LGBT<sup>14</sup> e de direitos humanos, ao propagar informações distorcidas que envolvem o tema para despertar a comoção social, o que só reforça a necessidade da abordagem de gênero com meninos e meninas, famílias e profissionais que atuam com crianças.

Vieira<sup>17</sup> (2012) sinaliza que a origem da relação entre violência e gênero pode estar na construção histórica do ideal masculino (racional, agressivo, dominador), que reforça concepções sobre mulheres e crianças (dóceis, passivas e dependentes) inferiorizando-as em relação ao homem e tornando-as vulneráveis às violências, especialmente ao abuso sexual, que é favorecido pela presença de valores sustentados pelo machismo e patriarcado.

Para Furlani<sup>54</sup> (2012), a educação sexual pode contribuir para a transformação de discursos que favoreçam a violência de gênero, pois os preconceitos inseridos nas

---

<sup>14</sup> Grupos de LGBT (lésbicas, gays, bi e transexuais).

práticas violentas também são aprendidos. A autora apresenta a escola como instituição importante para os processos educativos sobre gênero.

Costuma-se dizer que a sociedade é machista, sexista, homofóbica e misógina. Esses tipos de preconceitos são construídos a partir de enunciados discursivos, que nos são ensinados ao longo de toda nossa vida. Se um preconceito foi aprendido, é porque ele foi ensinado por alguém ou algo. (...) A educação sexual pode apresentar um contraponto sobre essa educação desigual em gênero, para meninos e meninas – numa prática pedagógica que deve ser sempre desenvolvida a partir da coeducação. (FURLANI<sup>54</sup>, 2012, p. 120)

Entre as tecnologias que integram o estudo, 50% aborda gênero em suas propostas com diferentes focos (Tabela 9). As principais discussões deste tema envolvem: (1) **“desigualdade/equidade de gênero”** (18,7%), refletindo como questões sociais, políticas, culturais e econômicas favorecem a desigualdade entre os gêneros e a importância de identificar estratégias e alternativas que promovam a equidade entre os gêneros, (2) **“construções sociais de masculinidades e feminilidades”** (12,1%), propondo a reflexão do gênero enquanto construção social histórica e ditando normas, ou seja, o que é adequado para meninos e meninas, mulheres e homens; (3) **“vulnerabilidades/empoderamento de mulheres e meninas”** (12,1%), ressaltando as vulnerabilidades a que mulheres e meninas estão expostas e a importância do empoderamento deste grupo social para transformação de realidades opressoras; (4) **“gênero e cultura”** (12,1%), propondo o questionamento das normas de gênero social e culturalmente construídas para provocar mudanças de comportamentos e cultura.

*"Trabalhar com a perspectiva de gênero significa, portanto, reconhecer as múltiplas relações existentes entre os gêneros. Reconhecer as diferentes formas de subordinação e discriminação que existem nas relações entre homens e mulheres, grandes e pequenos, experimentadas de maneira diferenciada, de acordo com a idade, a raça, as condições socioeconômicas, os lugares geográficos, etc. Esta perspectiva permite visualizar como a violência de gênero prejudica a vida e as relações, mas, sobretudo, mostra como se interpoem as dimensões econômicas, jurídicas, políticas, ideológicas, morais, religiosas, psicológicas, sexuais e corporais."* (IRGR5, 2012, p.32)

Na pauta das discussões sobre gênero também é proposta reflexão sobre a “**relação pais e meninas**” fomentando a revisão de valores e práticas culturais sobre o papel dos pais (homens) na educação e relação com meninas; “**relações de gênero e poder**” problematizando os papéis atribuídos aos gêneros e as desigualdades consequentes desses; e “**sexualidade e relações de gênero**” discutindo a interface existente entre essas categorias, todos com frequência de 9,0% cada.

É relevante destacar que algumas dessas discussões, além de serem propostas para o trabalho de formação com os profissionais, são apresentadas para serem abordadas com famílias (em reuniões e trabalhos de grupos) e crianças (por meio de livros de história, jogos e brincadeiras).

A “**transformação de masculinidades**” (9,0%) também integra as discussões de gênero. É apresentada como estratégia de relevância para pensar enfrentamento de violências contra crianças, meninas e mulheres por possibilitar a revisão de modelos de educação baseados em valores machistas, homofóbicos, sexistas e que incentivam homens e meninos a adotar a violência como forma de resolver conflitos.

Com menos frequente, mas integrando essa categoria com 3,0% de frequência cada, estão os temas “**participação dos homens pelo fim da violência contra a mulher**”, “**interseccionalidade gênero, raça e etnia**” e “**machismo e homofobia**”, temáticas significativas para provocar reflexões que contribuam para a prevenção da violência sexual.



Figura 8 - Relação de pais e meninas.

Fonte: Tecnologia ONGN2 e ONGI1

Uma única tecnologia aborda questões de gênero entre as elaboradas por *instituições Religiosas*, propondo a análise do tema em passagens bíblicas e sugerindo seu uso de forma contextualizada para contribuir com o enfrentamento das desigualdades de gênero.

**Tabela 9** - Principais discussões sobre Gênero identificadas (n 11)\*.

<b>DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Desigualdade/Equidade de gênero	6	18,7%
Construções sociais de masculinidades e feminilidades	4	12,1%
Questionando gênero e transformando cultura	4	12,1%
Vulnerabilidades/Empoderamento de mulheres e meninas	4	12,1%
Relação pais e meninas	3	9,0%
Relações de gênero e poder	3	9,0%
Sexualidade e relações de gênero	3	9,0%
Transformação de masculinidades	3	9,0%
Participação dos homens pelo fim da violência contra a mulher.	1	3,0%
Interseccionalidade gênero, raça e etnia	1	3,0%
Machismo e homofobia	1	3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>

\* Cabe ressaltar que os cálculos foram feitos considerando a frequência das discussões explicitadas e não a partir do número de tecnologias, o que justifica o N maior que o número de documentos (tecnologias) do estudo.

Fonte: SANTOS (2018)

Os aspectos de **Raça/Etnia, Diversidade e Diferenças** se faz presente de forma persistente e significativa entre os marcos teóricos, estratégias, atividades, temáticas e discussões dos materiais. Sua abordagem não é numericamente expressiva, mas está presente de forma clara e objetiva (Gráfico15). Sua presença nos documentos analisados convoca a identificação de seu impacto nas situações de violência contra crianças e considera-las ao pensar prevenção do abuso sexual.

*"O segundo conjunto de ações preventivas que a escola deve desenvolver é a inclusão de crianças que são consideradas diferentes ou que são rejeitadas pelo grupo, por conta de diferenças em etnia, religião, orientação sexual ou desajuste em relação aos papéis tradicionais de gênero, costumes tradicionais, timidez extrema, superdotação ou isolamento emocional." (IG3, 2011, p. 200)*

Furlani<sup>54</sup> (2016) sinaliza que, atualmente, diversas discussões têm sido travadas no campo das ciências humanas acerca da vida em sociedade em um mundo, que tem se reconhecido, como plural, múltiplo e diverso, ratificando que essas diferenças não devem ser qualificadas nem hierarquizadas. Essa abordagem positiva da multiplicidade da existência humana é que está sendo proposta por algumas tecnologias ao tratar da temática Diversidade e Diferenças, e deve ser cada vez mais fomentada como estratégia

de prevenção das violências, pois pode contribuir para construção de relações mais igualitárias a partir do respeito às diferenças.

Vieira considera que as “relações desiguais não se consubstanciam somente no âmbito do gênero, mas também no que diz respeito à faixa etária e à divisão de classes sociais, etnia/raça.” (VIEIRA<sup>17</sup>, 2012, p. 208). E as desigualdades tendem a favorecer situações de violência.

Em relação à categoria Raça/Etnia, as tecnologias que a abordam (na maioria das vezes em intersecção com outras categorias), propõe a discussão desse conceito, e das implicações envolvidas a esse, para contribuir na prevenção das violências. Segundo Furlani<sup>54</sup> (2016), do ponto de vista sócio-histórico, vários discursos foram criados para transformar as diferenças em desigualdades, inclusive os conceitos pré-concebidos em relação às raças (algumas vezes referindo-se a cor e/ou classe social), qualificando positiva ou negativamente, sujeitos e identidades, fomentando desigualdades. Para essa autora, ações afirmativas são políticas públicas importantes para promoção da igualdade étnico-racial, e assim prevenir violências que se alimentam das consequências das desigualdades sociais, entre elas o abuso sexual.

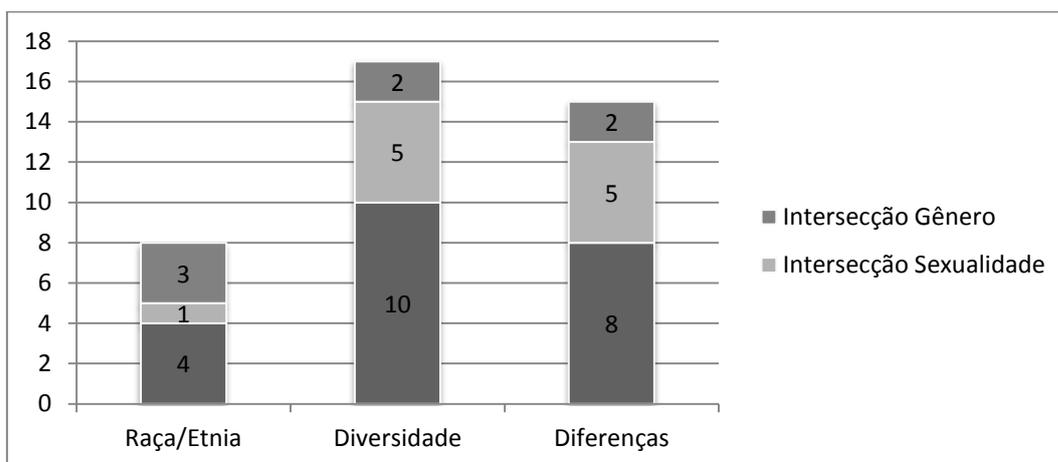
Além da frequência das categorias Diversidade 10 (46%), Diferenças 8 (36%), Raça/Etnia 4 (18%) nos documentos analisados, foi possível identificar a abordagem dessas em intersecção com as categorias gêneros e sexualidades.

*“Para que a integralidade dos direitos seja alcançada, as especificidades de gênero, raça e etnia devem ser consideradas.”* (ONGI1, 2016, p. 07).

Essas especificidades também são destacadas por Xavier Filha<sup>27</sup> (2012) ao afirmar que sexualidade, diversidades, diferença, gênero, raça/etnia, nos constitui, por isso devem fazer parte das propostas de instituições escolares e educativas.

[...] desde que propostos sob referenciais teórico-metodológicos que promovam o que se pretende com a ‘educação para as sexualidades e para a igualdade de gênero’, ou seja, refletir, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, duvidar das certezas, colocar-se em xeque diante do novo. (XAVIER FILHA<sup>13</sup>, 2009, p. 30)

**Gráfico 15** - Abordagem Raça/Etnia (n 4), Diferenças (n 8) e Diversidade (n 10) em intersecção com Gênero e Sexualidade nas tecnologias\*.



Essas tecnologias ressaltam, no entanto, que a abordagem desses temas apenas pelos espaços educativos não será suficiente para transformar essa realidade, se faz necessário a articulação dessas ações com o *Advocacy*.

*"Para que isso seja possível, os formuladores das políticas de educação, juntamente com os membros da comunidade escolar, devem repensar o currículo e a educação dentro da estrutura escolar. Os elementos sobre a sexualidade devem constar nas diversas disciplinas, garantindo o direito a viver a dimensão de gênero de forma positiva e o direito às diferenças e diversidades." (IG3, 2011, p. 202)*

Recomendação que também deve ser feita para políticas sociais de setores como saúde, assistência, entre outros que se façam pertinentes, possibilitando articulação entre Agendas, a intersectorialidade e a atualização dos currículos de formação (acadêmica e continuada) dos profissionais das mais diversas áreas que lidam com crianças, de forma direta ou indireta.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados do estudo apresentaram respostas para a pergunta motivadora do trabalho: “*Existem tecnologias educativas que podem contribuir para a prevenção do abuso sexual contra crianças?*” Também possibilitou a identificação dos caminhos propostos pelas tecnologias para prevenção do abuso sexual e surpreendeu ao explicitar, de forma significativa, temáticas como sexualidades, gênero e diferenças integradas às propostas. A análise e interpretação desses dados, à luz do referencial teórico, foram capazes de apontar as possibilidades e limites das tecnologias para a prevenção do abuso sexual contra crianças, como será demonstrado nestas considerações finais.

A realização deste estudo evidenciou a existência de tecnologias educativas que podem contribuir para a prevenção do abuso sexual contra crianças e outras formas de violência perpetradas contra o público infantil. São metodologias que buscam, de forma mais estratégica, intervir no nível de prevenção primária do abuso sexual por acreditarem que é possível desenvolver ações que podem minimizar a ocorrência de novos casos.

Assim, os objetivos propostos para a investigação foram alcançados, resultando na identificação de 28 tecnologias para prevenção do abuso sexual. Este número poderia ser maior, mas recortes foram necessários para delimitação ao objeto do estudo e garantia da especificidade, o que contribuiu para a coesão do material analisado.

A caracterização dos dados, através da composição da Matriz de síntese, possibilitou identificar que, apesar das diferentes nomenclaturas e formatos das tecnologias, essas possuem características em comum, como os marcos normativos e políticos adotados (com destaque para a garantia dos direitos das crianças), assim como seus objetivos, entre os quais sobressai a instrumentalização dos profissionais. Mas, a recomendação para adaptação das propostas aos contextos e realidades na qual as crianças fazem parte é aspecto de destaque na análise de praticamente todas as tecnologias.

A compreensão dos aspectos que caracterizam as tecnologias educativas foi essencial para a análise de suas propostas de prevenção, com foco nas concepções, objetivos e marcos que as fundamentam. A análise foi complementada também pelo registro do *lugar de fala* dos idealizadores das tecnologias, que, de forma sucinta, foram agrupados em relação à natureza da instituição proponente, o que possibilitou confirmar a hipótese de que as organizações não governamentais são pioneiras e principais responsáveis pela proposição e elaboração de tecnologias educativas para transformação

de diferentes problemáticas, entre essas as violências contra crianças. Mas, observou-se também, que as ONG têm ampliado sua atuação em parceria com instituições governamentais e empresas na elaboração e implementação de tecnologias, possivelmente, administrando as tensões originadas pelas distintas ideologias e desiguais relações de poder.

Também foi possível identificar as potencialidades e limites das tecnologias para prevenção do abuso sexual contra crianças. Nenhuma dessas ferramentas se apresenta como solução para a problemática do abuso sexual contra crianças (o que já pode ser considerada uma potencialidade), pois compreendem a complexidade que envolve esse fenômeno, apontam para a necessidade de estratégias diversificadas e complementares (que considere aspectos socioculturais, econômicos e políticos) e a atuação de diversos setores de forma integrada e articulada para seu enfrentamento. Assim sendo, as tecnologias educativas são concebidas como uma estratégia preventiva das violências contra crianças.

A garantia da participação concebida como ação de prevenção e empoderamento dos diferentes públicos-alvo identificados, especialmente das crianças, é outra potencialidade presente nas discussões e atividades propostas pela maior parte das tecnologias. No entanto, sua prática precisa buscar alinhamento com os discursos sobre o tema, já que se vive numa sociedade adultocêntrica, em que o poder também é exercido na relação adulto x criança, sendo a revisão desses valores um desafio para a garantia da participação infantil. A presença de temáticas como transformação de masculinidades e participação do pai no cuidado dos filhos para promoção da equidade de gênero se apresenta como estratégias potenciais que visam contribuir para o enfrentamento do abuso sexual, pois podem colaborar para a revisão de práticas sociais e culturais que favorecem a perpetuação do abuso.

A presença das temáticas sexualidades, gêneros, diversidades, diferenças e raça/etnia nas propostas pode sinalizar um significativo avanço na forma de conceber o abuso sexual e conseqüentemente nas estratégias para seu enfrentamento. Mesmo que algumas abordagens sobre esses temas revelem contradições, sua presença pode ser considerada uma potencialidade pelo simples fato de fomentar problematizações de forma atualizada, histórica e contextualizada dessas temáticas, dando início a um processo de revisão das construções sociais, apreendidas como verdades absolutas e que favorecem a perpetuação das violências, especialmente, do abuso sexual.

No entanto, os aspectos mencionados como potencialidades poderão permear a prática das instituições, que adotarem as tecnologias, se essas garantirem formação processual e continuada para todos os profissionais envolvidos, de forma direta ou indireta, no trabalho com crianças. Processos formativos, mais do que expor conteúdos, devem promover oficinas e trabalhos em grupos que possibilitem vivências para revisão de valores e práticas violentas naturalizadas. É relevante a revisão dos currículos de formação acadêmica das diferentes áreas que atuam com crianças, incluindo a temática do corpo, enquanto dimensão cultural, nos planos de capacitação. Também se recomenda a implementação de estratégias de geração de renda para mulheres, como ação complementar às propostas pelas tecnologias.

A pesquisa apresentou algumas limitações, entre as quais está a ausência da participação de informantes-chave que pudessem contribuir com informações complementares sobre as tecnologias, importantes para uma análise mais aprofundada sobre as mesmas. Contudo, esse aspecto não comprometeu o estudo, pois não integrava os objetivos do mesmo, nem foi desenhado para contemplar participação dessa natureza. No entanto, a realização de estudos de casos é uma sugestão para futuras pesquisas relacionadas às tecnologias educativas, analisando o seu processo de construção, as forças políticas e profissionais envolvidas, seu impacto, e a criação de indicadores avaliativos. Ademais, cabe a realização de estudo comparativo sobre tecnologias nacionais e outras de referência internacional.

A revisão bibliográfica e documental demonstrou que estudos sobre prevenção do abuso sexual, especialmente os voltados para o nível de prevenção primária, são escassos e praticamente inexistentes. Isso reforça a necessidade de investimento em estudos, pesquisas e publicações neste tema para subsidiar discussões, implementação de políticas e atualizar os dados e estratégias de prevenção do abuso sexual contra crianças.

Apesar de não integrar o objetivo desta pesquisa, é importante sinalizar que este trabalho também revelou uma limitação para análise mais aprofundada dos propósitos das tecnologias. Durante a análise dos resultados, novas questões foram surgindo: Por que a escolha deste marco conceitual? Qual a motivação para a abordagem desta temática? Como a proposta foi recebida pelas igrejas? O documento já passou por avaliação? Há registro de impactos e beneficiados pela tecnologia? Contudo, as respostas não se encontravam nos documentos analisados. Então, parece oportuno que atores que elaboraram as tecnologias pudessem colaborar com o estudo como

informantes-chave. Porém, mais uma vez o elemento “tempo”, preciosíssimo no processo de pesquisa, se apresentou impondo limites e lembrando que escolhas foram feitas.

Foi surpreendente identificar a amplitude de conceitos que surgiram, impondo à pesquisadora a realização de escolhas e o desafiando a fazê-las sem comprometer, de forma significativa, a discussão dos resultados.

Conclui-se esse estudo deixando caminhos abertos para a continuidade da reflexão aqui iniciada, pois, diante das constatações feitas, é urgente a ampliação dos estudos sobre o tema. Reconhece-se também, a sua importância para a sistematização e divulgação de estratégias que poderão contribuir de forma significativa para a atuação de diversos atores sociais na prevenção do abuso sexual contra crianças.

## 7. REFERÊNCIAS

1. World Health Organization, World report on violence and health, Krug EG et. al. Geneva, 2002.
2. Lannen P, Ziswiler M. Potential and perils of the early years: The need to integrate violence prevention and early child development (ECD+). *Aggression and Violent Behavior* 19 (2014) 625–628. Journal ELSEVIER. 2014. Disponível em [www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2s2.084922465328&partnerID=40&md5=90798f8ae17f3243c87ad6805ad4703c](http://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2s2.084922465328&partnerID=40&md5=90798f8ae17f3243c87ad6805ad4703c)
3. Gomes R. et al. Êxitos na prevenção da violência. Rio de Janeiro. Fiocruz/Ensp/Claves, Hucitec, 2010.
4. Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. Convenção sobre os Direitos das Crianças. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1989. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)
5. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 1.130, de 05 de Agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança - PNAISC. Poder Executivo, Brasília - DF.
6. Brasil. Secretária Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2015.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linhas de Cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília - DF. 2012.
8. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília 2010. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192).
9. Gubert FA. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza - CE. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2009. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/v11n1a21.htm>
10. Souza ACC. et al. Tecnologias educacionais desenvolvidas para promoção da saúde cardiovascular em adultos: revisão integrativa. *Revista Escola de Enfermagem USP*. 2014. Disponível em: [www.ee.usp.br/re USP](http://www.ee.usp.br/re USP)

11. Silva DQ, Guerra OU. Educação Sexual: Estudo comparativo entre escolas em Brasil y em Cuba. *Cadernos de Pesquisa*. V.43 n.148 p. 280-301 Jan/Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/14.pdf>
12. Dell'Aglio DD, Garcia ACL. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. *Revista Paidéia*. Fev/Ago. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n12-13/08.pdf>.
13. Xavier Filha, C. (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2009.
14. Brasil. Lei Nº 8069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm) Acesso em: Dez/2017.
15. Rossato LA, et al. Estatuto da criança e do adolescente comentado: Lei 8.069/1990: artigo por artigo. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
16. Sanderson, C. Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. SP, MBOOKS, 2008.
17. Vieira MS. A violência sexual contra crianças e adolescentes: revisitando a sua interface com a violência de gênero. In: *Violências e gênero*. Grossi PK. PUC - RS, 2ª Edição, 2012.
18. Werneck AF, Gonçalves IB, Vasconcelos, GOM. O essencial é invisível aos olhos: impactos da violência sexual na subjetividade de crianças e de adolescentes. In *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes*. Santos BR, Batista IG, Vasconcelos, G. Brasília, DF. Ed UCB, 2014. 396 p. Disponível em: [www.childhood.org.br/wp.../MIOLO\\_Escuta\\_Crianças\\_Adolescentes\\_29\\_09\\_14.pdf](http://www.childhood.org.br/wp.../MIOLO_Escuta_Crianças_Adolescentes_29_09_14.pdf)
19. Ferrari DCA, Vecina TCC. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo. Ágora, 2002.
20. Brasil. Secretária Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, 2015.
21. Brasil. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Presidência da República - Casa Civil. Diário Oficial

da União. Brasília – 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)

22. Brasil. Projeto de Lei 876/2015. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>.
23. Felizardo D. et al. Violência sexual: conceituação e atendimento. In: Violência faz mal à saúde [Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al.] Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde)
24. Almeida AO. Imagens da infância... realidade das crianças. In: Xavier CF, (org). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, Ed. UFMS, 2012.
25. Rizzini I. Pilotti F. A arte de governar crianças – A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
26. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
27. Xavier Filha, C. (organizadora). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, Ed. UFMS, 2012.
28. Bortolozzi ACM, et al. Ribeiro, P. R. C. Magalhães, J. C. (org). Educação para a sexualidade. Rio Grande do Sul: FURG, 2014. 285 p.
29. Gergen KJ, Gergen M. Construcionismo social um convite ao diálogo. Tradução Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2010
30. Schwandt T. Paradigmas e perspectivas em transição. In: O Planejamento da Pesquisa Qualitativa teorias e abordagens. Denzin N, Lincoln Y. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
31. Scodelario, AS. Pressupostos teóricos e formação de pólos no trabalho de prevenção. In: Ferrari, DCA e Vecina(orgs), TCC, O fim do silêncio na violência família. São Paulo: Ágora, 2002.
32. Vasconcelos, KEL. Schmaller, VPV. Promoção da Saúde: polissemias conceituais e ideopolíticas. In: Por uma crítica da promoção da saúde: contradições e potencialidades no contexto do SUS. C. MDH. Vasconcelos, KEL. São Paulo: Hucitec, 2014.

33. Costa, MDH. A intrínseca relação entre intersectorialidade e Promoção da Saúde. In: Costa, MDH. Vasconcelos, KEL. Por uma crítica da Promoção da Saúde: contradições e potencialidades no contexto do SUS, 2014.
34. Czeresnia, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Promoção da Saúde conceitos, reflexões, tendências. Czeresnia, D. (org.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.
35. Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro – 2004.
36. Cabral JR, Cabral LR, Angelim RCM, Borba AKOT, Vasconcelos EMR, Ramos VP. Tecnologia educativa para promoção da qualidade de vida de pessoas que vivem com HIV. REME - Revista Mineira de Enfermagem. 2016. Disponível em: DOI: 10.5935/1415-2762.20160011.
37. Barbosa EGM, Sousa AAS, Vasconcelos MGF, Carvalho REFL, Oriá MOB, Rodrigues DP. Tecnologias educativas para promoção do (auto) cuidado de mulheres no pós-parto. Revista Brasileira de Enfermagem [internet] 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690323i>
38. Leal, MLP. As Ongs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescente: pós 1993. Brasília, DF, 2006. Acesso em: 10/2017 Disponível em [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/viewFile/192/2227](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/192/2227).
39. Gil, AC. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.
40. Vosgerau DSAR, Romanowski, JP. Estudos de Revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educativo. Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00164.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00164.pdf)
41. Lakatos, EM. Marconi, MA. Fundamentos de metodologia científica 5ª edição. - São Paulo: Atlas 2003.
42. Franco, MLPB. Análise de conteúdo. Brasília, 4ª Edição, 2012.
43. Minayo, CS. O desafio do conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, HUCITEC Editora. 2014.
44. Buss, P M. Uma Introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C . (Org.) Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p.19-42.
45. Carvalho, C., Silva, E., Souza, S., Salgado, R. Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes: avanços e entraves. Revista Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, Vol 24, N I, P. 69-88, 2012.

46. Lowenkron, L. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
47. Silva, Silva, DMBC. A família em pedaços: denunciante da violência sexual contra crianças e adolescentes em Salvador-Ba, Uma perspectiva de gênero. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa Estudo Interdisciplinar sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. UFBA. Salvador-Ba, 2009.
48. Lorencini, BDB. Ferrari, DCA. Garcia, MRC. Conceito de Redes. In: Ferrari, DCA. Vecina, TCC. (orgs) O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.
49. Miyahara, RP. O trabalho em sala de espera. In: Ferrari, DCA. Vecina, TCC. (orgs) O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.
50. Soma, SMP. Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil. Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – LAPREV. UFSCAR, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ppgpsi.ufscar.br/dissertacoes/102/contacao-de-historias-como-estrategia-para-a-prevencao-do-abuso-sexual-infantil>.
51. Louro, GL. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Revista Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.
52. Louro, GL.(organizadora) O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
53. Ribeiro, CM. Educação para a sexualidade nas nuvens: quando há o anúncio das tempestades... In: Xavier Filha,C. (organizadora) Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2012.
54. Furlani, J. Educação Sexual na sala de aula – relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. 2016.
55. Goellner, SV. A produção cultural do corpo. In: Louro, GL. Felipe, J. Goellner, SV. (organizadoras). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. 9ª Ed. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 2013.
56. Piscitelli, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

## APÊNDICE A – Carta convite para instituições

Prezados

Envio este e-mail para convidar à X para colaborar com o projeto de pesquisa *Promoção da Saúde de Crianças: identificando tecnologias educativas para prevenção do abuso sexual*. X faz parte de um conjunto de instituições que atuam na área da defesa, promoção e proteção da infância, apresentando características muito relevantes para este estudo.

Com a criação de normativas e acordos Internacionais e Nacionais para garantir os direitos da criança e do adolescente, a violência sexual contra esse grupo social passou a ser considerada como uma violação aos direitos humanos das crianças. Contudo, nota-se que a operacionalização de estratégias voltadas para prevenção do abuso sexual de crianças ainda carece da identificação de tecnologias educativas que possam ser utilizadas com crianças, e que subsidiem a atuação dos profissionais de diferentes áreas, apoiem famílias e comunidades, e fortaleçam o trabalho de organizações e instituições voltadas para infância. Assim, esta pesquisa visa realizar um levantamento de tecnologias educativas (livros, manuais, cadernos, programas, jogos, kits e outras ferramentas de diferentes linguagens) que possam contribuir para a prevenção do abuso sexual contra crianças produzidas por organizações governamentais, não governamentais ou privadas. O objetivo é identificar, caracterizar e analisar tecnologias educativas que possam subsidiar ações de prevenção do abuso sexual de crianças.

A colaboração da X se dará através da indicação e envio de tecnologias que possam contribuir para prevenção do abuso sexual. As tecnologias que poderão fazer parte da pesquisa são aquelas endereçadas para crianças, famílias, profissionais das mais diversas áreas, instituições e organizações comunitárias, disponíveis em português, inglês e espanhol.

A análise do acervo focará os objetivos das tecnologias, seus fundamentos teóricos, o público a que se destinam, pressupostos para implementação, temáticas abordadas e destaque das possibilidades desses instrumentos para prevenção do abuso sexual.

O resultado deste estudo proporcionará o conhecimento e a visibilidade das tecnologias educativas que podem, adequando-se a contextos e legislações locais, subsidiar a prática e a formação de profissionais de diferentes áreas, orientar para a sensibilização e mobilização dos atores sociais presentes nos territórios para o desenvolvimento de ações intersetoriais em vista da promoção de bons tratos de crianças, servir como recurso de apoio para a operacionalização de planos e programas sociais, colaborar na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do abuso sexual bem como para a promoção da saúde de crianças.

É importante dizer que a colaboração dessa organização na pesquisa poderá ajudar a crianças suas famílias e comunidades que poderão ser acompanhados por instituições e profissionais que lerão este trabalho ou que estudarão e referenciarão planos e projetos a partir deste.

A colaboração da X nesta pesquisa é voluntária e se dará, como explicitado acima, através da indicação e envio das tecnologias educativas. Para tanto, poderá ser enviado termo de consentimento para ser assinado pela instituição autorizando o uso das tecnologias indicadas na pesquisa.

A indicação das tecnologias não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento.

Agradeço a disponibilidade para receber este convite. Coloco-me à disposição para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente.

**Erotildes de Souza Santos**

*Pedagoga, Mestranda da Pós Graduação em Saúde da Mulher e da Criança IFF/FIOCRUZ. Especialista em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social ENSP/FIOCRUZ.*

## APÊNDICE B – Matriz de síntese

1. TÍTULO DA TECNOLOGIA	2. INSTITUIÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	3. PERFIL DA INSTITUIÇÃO	4. ACESSO	5. CAMPO DISCIPLINAR
<b>6. AUTOR</b> (quem assina na ficha catalográfica)	<b>7. PAÍS</b>	<b>8. VERSÃO</b> (digital ou impressa)	<b>9. ANO</b>	<b>10. FORMATO</b> (como a tecnologia é apresentada)
<b>11. OBJETIVOS</b>	<b>12. PÚBLICO ALVO</b>	<b>13. DESTAQUES TEMÁTICOS</b>	<b>14. PROPOSTA METODOLÓGICA</b>	<b>15. PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICOALVO</b>
<b>16. MARCOS NORMATIVO, POLÍTICO E CONCEITUAL</b>	<b>17. CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA/ CRIANÇA</b>	<b>18. ABORDAGEM SOBRE SEXUALIDADE INFANTIL</b>	<b>19. ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO</b>	<b>20. POTENCIALIDADES PARA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL</b>
<b>21. LIMITES PARA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL</b>	<b>22. OFERTA FORMATIVA</b>	<b>23. SUBMETIDA A AVALIAÇÃO</b>		

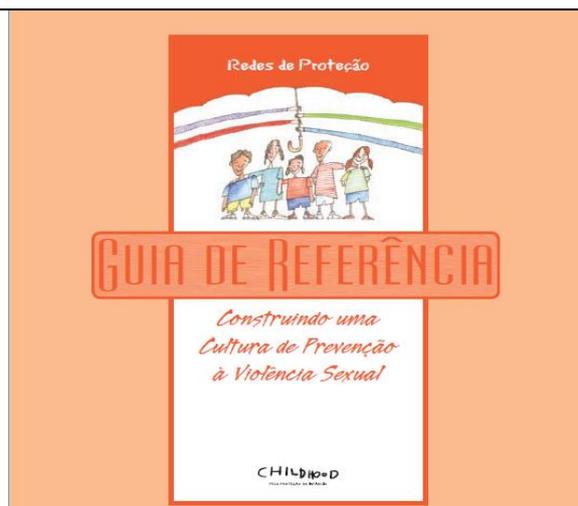
## APÊNDICE C – TECNOLOGIAS EDUCATIVAS PARTICIPANTES DO ESTUDO

### **PROPONENTE: Childhood Brasil - Instituto Word Childhood Foundation WCF.**

Atua no fortalecimento e integração de redes voltadas para a proteção de crianças e adolescentes contra o abuso e exploração sexual. É uma organização especializada neste tema que disponibiliza seu conhecimento a serviço da qualificação dos gestores públicos e profissionais envolvidos com a temática visando garantir que assuntos relacionados a esses temas sejam pauta de políticas públicas e privadas, e a melhoria dos processos, aperfeiçoamento de procedimentos e aumento da eficácia dos serviços da rede de atendimento. Para isso, oferece informação, soluções e estratégias para os diferentes setores da sociedade, desenvolvendo projetos em parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais.

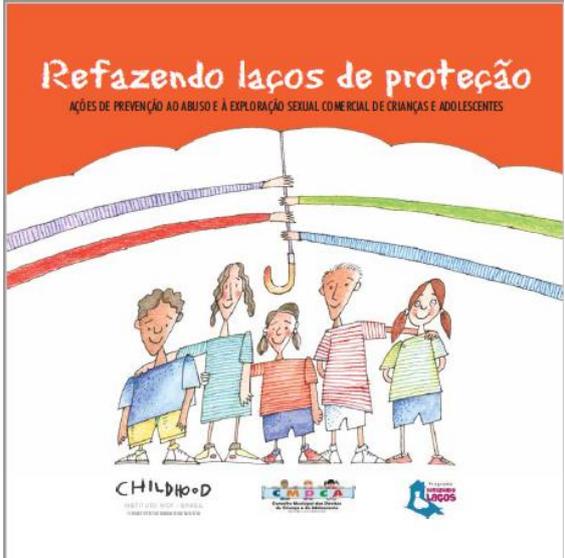
Fonte: <http://www.childhood.org.br/quem-somos>

### **Tecnologia Educativa 1 – Redes de Proteção: Guia de Referencia.**



Tecnologia nasce com propósito de contribuir como uma ferramenta para a consolidação da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente através da capacitação de profissionais da rede pública de educação, e de outras áreas, sobre a importância do seu papel na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para esta tecnologia contou com a parceria da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de participação de São Paulo, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Paulo.

### **Tecnologia Educativa 2 – Refazendo Laços de Proteção: ações de prevenção ao abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.**

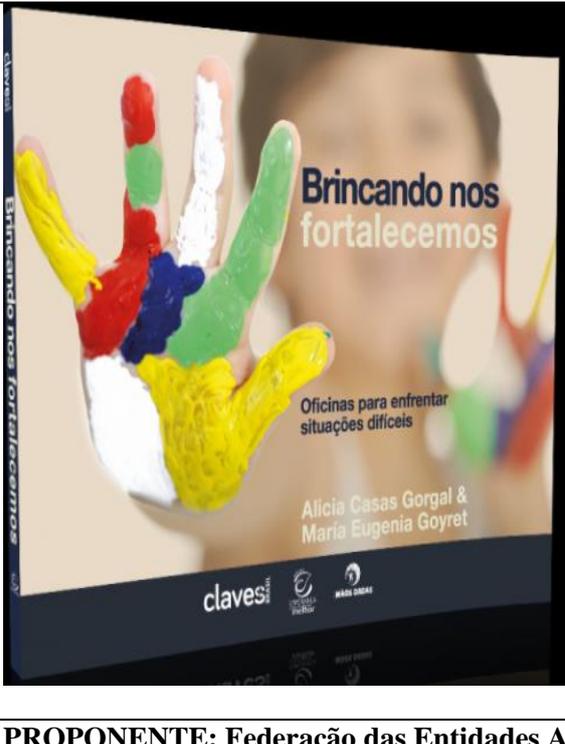
	<p>Tecnologia foi elaborada com objetivo de contribuir para um amplo processo de discussão, capacitação e divulgação do tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Propõe não apenas o domínio técnico de conceitos e encaminhamentos, mas também a apropriação de novas formas de pensar e atuar. Convida a uma reflexão-ação que busca o fortalecimento e a implementação de práticas concretas que promovam o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.</p>
---	---

**PROPONENTE: Claves Brasil**

O Programa CLAVES, do Juventude para Cristo no Uruguai, está voltado para prevenção dos maus-tratos e da violência sexual contra crianças e adolescentes e promoção da cultura de paz e dos bons tratos. Sua atuação no trabalho comunitária tem início em 1995, mas é em 2003 que o processo de transferência conceitual e metodológica entre CLAVES e um grupo de organizações cristãs brasileiras, comprometidas com o trabalho com a infância e a adolescência, tem início. Atualmente, instituição intervêm através da sensibilização e difusão da problemática em outras instituições e organizações; capacitação de educadores, líderes, famílias e outros atores sociais e comunitários; promoção do fortalecimento de crianças e adolescentes para enfrentar situações de maus tratos e violência sexual; fomento ao papel protetor do adulto; incentivo ao trabalho em Rede; promoção de reflexões bíblicas em torno do assunto; elaboração de material didático para abordagem da problemática, entre outras ações.

Fonte: <http://www.clavesbrasil.org/claves-brasil/>

**Tecnologia 3 – Brincando nos fortalecemos para enfrentar situações difíceis.**

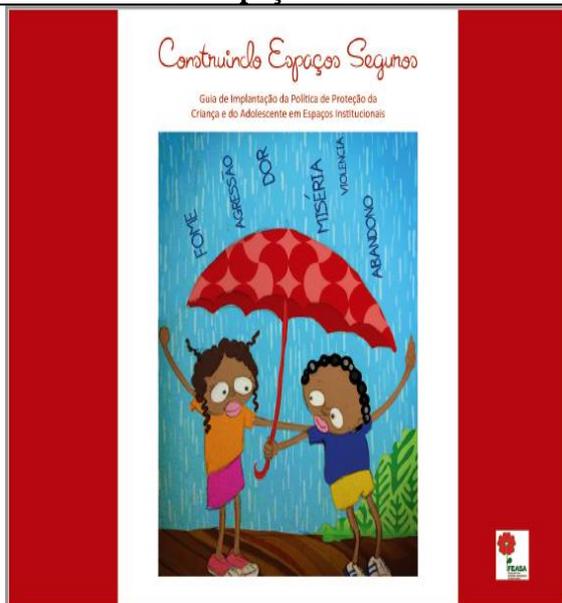
	<p>Proposta estruturada como guia para orientação do educador que trabalhará com grupos de crianças e adolescentes para prevenção dos maus tratos, entre eles a violência sexual, através de oficinas educativas para fortalecimento de fatores protetores. Em parceria com a Tearfund UK, em 2003 a instituição dedicou-se à capacitação de educadores e técnicos, aplicação experimental da proposta em várias cidades do Brasil e de avaliação e adaptação da mesma e de seus materiais didáticos.</p>
---	---

**PROPONENTE: Federação das Entidades Assistenciais de Santo André – FEASA.**

Associação não governamental de assessoria, defesa e garantia de direitos que busca assessorar e capacitar entidades assistenciais da Região de Santo André/SP. Instituição foi fundada em 1970, por cinco Entidades Assistenciais, que sentiram a necessidade de unirem-se para discutir questões comuns e buscarem formas para o equacionamento de seus problemas. Nesta trajetória de 46 anos, a FEASA realizou várias ações e projetos voltados ao aprimoramento dos serviços prestados pelas entidades, influenciando as Políticas Públicas, mobilizando, participando e representando as Entidades nos movimentos onde a Assistência Social constasse como pauta.

Fonte: <http://feasantoandre.wixsite.com/feasa>

#### **Tecnologia educativa 4 - Guia de Implementação da Política de Proteção da Criança e do Adolescente em Espaços Institucionais.**



Tecnologia educativa é fruto de processo de capacitação de equipe, decidindo-se por compartilhar os conteúdos trabalhados nas formações com outras organizações públicas e privadas visando contribuir para a prevenção e redução das situações que podem vitimizar crianças e adolescentes. Pretende ser uma referência teórico metodológica tendo por objetivo sensibilizar e instrumentalizar a organização para fazer do espaço institucional um local protetivo e seguro.

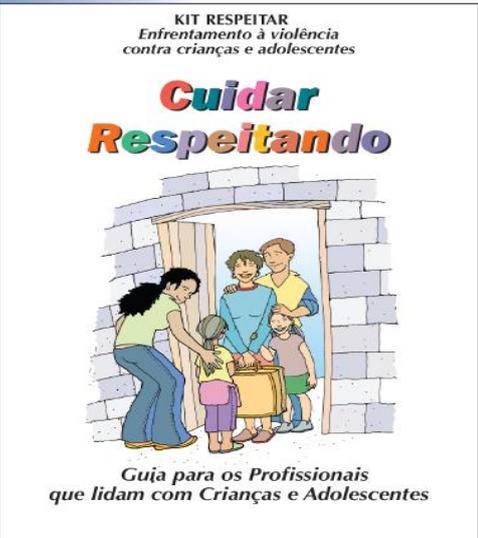
#### **PROPONENTE: Fundação Abrinq**

Organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes. Nasceu do trabalho da Diretoria de Direitos da Criança da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos – Abrinq, por meio da qual, um grupo de empresários do setor de brinquedos se reuniu no final dos anos 80 para inaugurar o conceito de empresas socialmente responsáveis. Atualmente, busca a mobilização da sociedade para questões relacionadas aos **direitos da infância e da adolescência**, tanto por meio de ações, programas e projetos, como por meio do estímulo ao fortalecimento de políticas públicas de garantia à infância e adolescência.

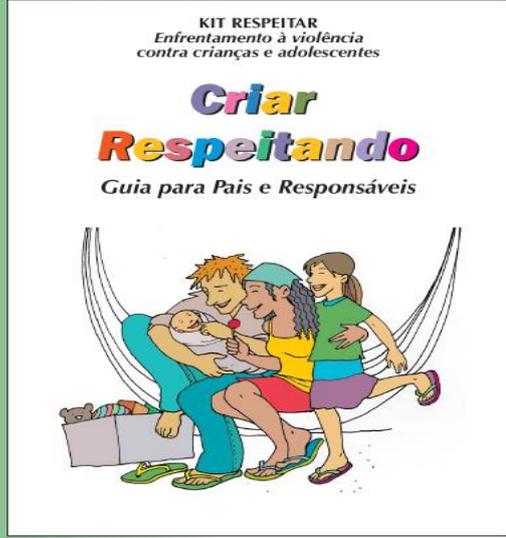
Fonte: <https://www.fadc.org.br/a-fundacao/sobre-nos/quem-somos.html>

#### **Tecnologia educativa 5 – O fim da omissão: a implantação dos pólos de prevenção à violência doméstica.**

	<p>Tecnologia foi vencedora do Premio Criança da Fundação Abrinq, na categoria Violência doméstica. É resultado do trabalho da Equipe do Centro de Referência às vítimas de violência (CNRVV), do Instituto Sedes Sapientiae (ISS), que foi criado em 1975, na cidade de São Paulo comprometendo-se com a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão. A tecnologia tem como objetivo mostrar as questões que estão implicadas na criação de um pólo que previna e combata a violência doméstica, percorrendo as etapas de elaboração, implantação e manutenção. A implantação de pólos de prevenção é uma das principais ações do CNRVV, voltada para sensibilizar e capacitar a população sobre o tema, assim como para a formação de uma rede de serviços articulados que atuem na proteção da infância e da juventude.</p>
<p><b>PROPONENTE: Fundação Orsa</b>  Idealizada pelo Grupo ORSA (fabricante de madeira, celulose, papel, papéis para embalagem), a Fundação ORSA direcionou suas primeiras ações na formação integral da criança e do adolescente. Ao longo dos anos se especializou na elaboração de tecnologias sociais nas áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda e garantia de direitos, no fortalecimento de políticas públicas e no desenvolvimento sustentável de territórios.  Fonte: <a href="http://www.fundacaojari.org.br/pt/releases_02_mar2010.aspx">http://www.fundacaojari.org.br/pt/releases_02_mar2010.aspx</a></p>	
<p><b>Tecnologia educativa 6 - Kit Respeitar: enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Vol 1 Queremos respeito! Guia para crianças, adolescentes e quem lida com eles.</b></p>	
	<p>Tecnologia foi feito para trabalhar com crianças e adolescentes o tema das violências. Apresenta orientações sobre cuidados que as crianças devem ter para prevenir situações de violência.</p>
<p><b>Tecnologia educativa 7 – Kit Respeitar: enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Vol 2 Cuidar respeitando! Guia para profissionais que lidam com crianças e adolescentes.</b></p>	

	<p>Tecnologia criada para contribuir para que profissionais possam conhecer, saber identificar e intervir com competência e compromisso para poder proteger crianças e adolescentes da violência intrafamiliar e extrafamiliar.</p>
---	---

**Tecnologia educativa 8 - Kit Respeitar: enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Vol 3 Criar respeitando! Guia para pais e responsáveis.**

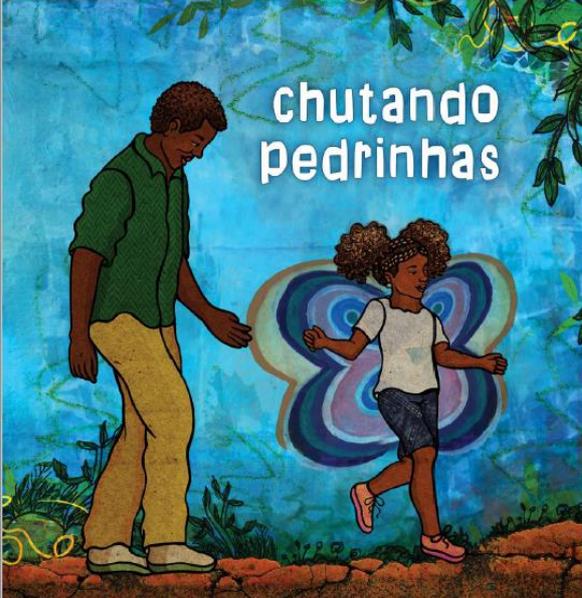
	<p>Tecnologia foi elaborada para responder as dúvidas sobre violência na educação dos filhos, com o objetivo de ajudar pais e responsáveis a compreender melhor o assunto. Isto os ajudará a buscar apoio e soluções, contribuindo para que a vida em família, a educação dos filhos e a cultura possam ser feitas com base da não violência.</p>
--	---

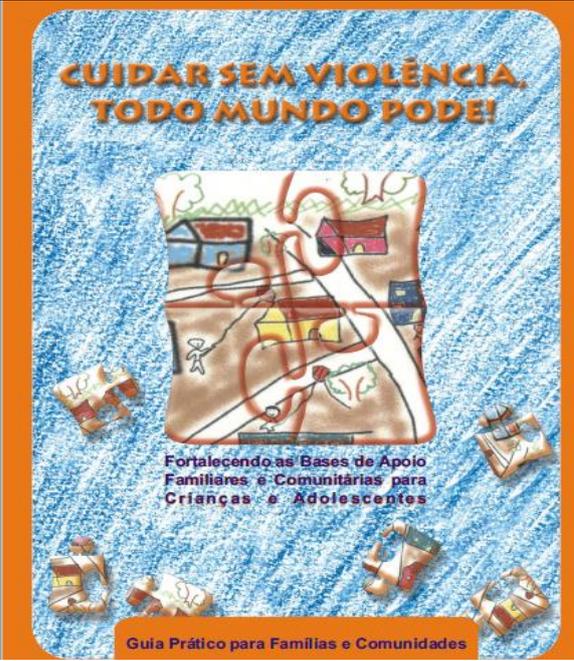
**PROPONENTE: Instituto Cores**

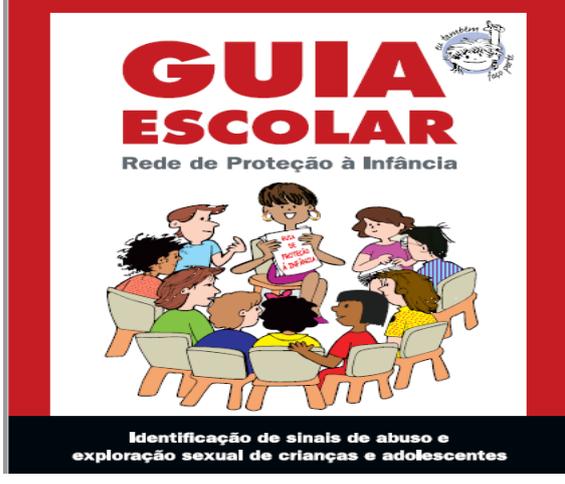
Centro de Orientação em Educação e Saúde é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua na defesa dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na Educação Sexual como prevenção primária da violência sexual. Desenvolve ações em políticas de enfrentamento à violência sexual e de promoção da Educação Sexual numa perspectiva emancipatória, entendida como um direito fundamental para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Além do trabalho com o livro, um projeto de formação de educadores e ações diretas com as crianças foi criado pelo Instituto CORES, em parceria com Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social de vários municípios brasileiros e em território internacional com a Unicef (Cabo Verde), Lawrs(Londres), Casa do Brasil (Londres), Consulado Brasileiro na Espanha (Madri).

Fonte: <http://institutocores.eadbox.com/>

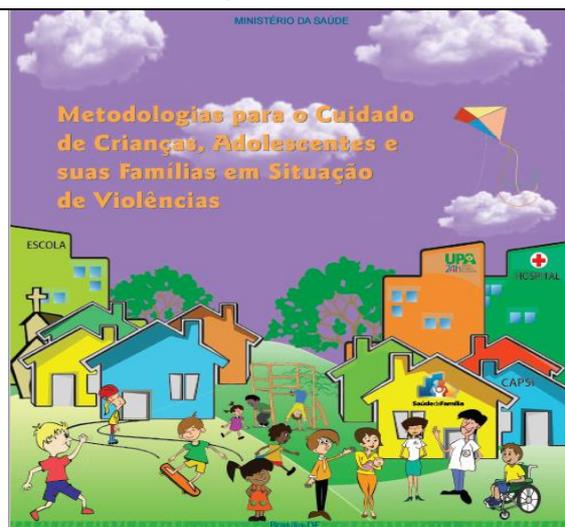
**Tecnologia educativa 9 - PIPO e FIFI: prevenção da violência sexual para crianças.**

 <p><b>PIPO E FIFI</b> <b>PARA BEBÊS</b> PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS</p> <p><b>CAROLINE ARCARI</b> ILUSTRAÇÕES: ISABELA SANTOS</p>	<p>Tecnologia disponibiliza diferentes recursos para abordar o tema da educação sexual com bebês e crianças de 04 a 12 anos. Propõe-se a ser uma ferramenta de proteção trabalhando a educação sexual com objetivo de contribuir para prevenção da violência sexual contra esse público. A obra foi lançada em 2012 no formato de e-book. Em 2 anos, obteve sucesso em termos de receptividade do público adulto e das crianças. Atingiu a tiragem de 100 mil cópias distribuídas gratuitamente em todo o território nacional, por órgãos de defesa dos direitos da criança. Recebeu o prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos em Brasília (2014), o Prêmio Criança da Fundação Abrinq e Save the Children (2014) e o prêmio de melhor trabalho de recurso didático pelo Cesmemi, em Portugal (2015). O livro também atravessou o oceano chegando às crianças da Espanha, Inglaterra, Portugal e Cabo Verde, na África.</p>
<p><b>PROPONENTE: Instituto Promundo</b> Organização não governamental que atua em diversos países do mundo buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de homens e mulheres na transformação de masculinidades. Desde sua fundação no Brasil em 1997, o Promundo ampliou sua atuação para diversos países do mundo para contribuir com o avanço da equidade de gênero. Além de realizar campanhas e grupos educativos, em contextos de pós-conflito a instituição promove grupos de terapia como espaços seguros para que homens e mulheres se recuperem de traumas. Atualmente, suas metodologias foram adaptadas para mais de 22 países. <b>Fonte:</b> <a href="https://promundo.org.br/sobre-o-promundo/">https://promundo.org.br/sobre-o-promundo/</a></p>	
<p><b>Tecnologia Educativa 10 - Chutando Pedrinhas</b></p>	
 <p><b>chutando pedrinhas</b></p>	<p>Tecnologia é fruto das estratégias do Promundo para refletir com pais e responsáveis sobre os direitos das crianças à participação e a expressão de opiniões. Trabalho é desenvolvido desde 2005 através do projeto “Crianças, Sujeitos de direitos” dando origem a estudos com crianças e seus cuidadores, e criação de ferramentas para estimular maior participação infantil e incentivar pais e responsáveis a usar práticas não violentas na educação dos filhos.</p>
<p><b>Tecnologia educativa 11 – Cuidar sem violência todo mundo pode!</b></p>	

	<p>Tecnologia criada pelo Promundo em parceria com o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI. O objetivo da publicação é contribuir para a discussão sobre alternativas positivas de educação para filhos e filhas livre de violência, mesmo em comunidades consideradas violentas. Propõe a formação de facilitadores para aplicar a metodologia com grupos de pais e cuidadores e mobilizar para constituição de uma rede comunitária de proteção às crianças.</p>
<p><b>Tecnologia educativa 12 – Educação e Esporte para a Igualdade</b></p>	
	<p>A tecnologia trata-se da sistematização das atividades realizadas no projeto Praticando Esporte, Vencendo na Vida realizado pelo Promundo em parceria com ChildHope e financiamento do Comic Relief e Kinder Not Hilfe (KNH) que buscou, através de suas atividades, contribuir para o fortalecimento das crianças e adolescentes, favorecendo hábitos de vida saudável, estímulo ao protagonismo, redução das vulnerabilidades e iniquidades baseadas em gênero e promoção de relações respeitadas e igualitárias entre homens e mulheres, meninos e meninas, pais/mães/responsáveis e suas filhas e filhos.</p>
<p><b>Tecnologia educativa 13 – Programa P Manual para o exercício da paternidade e do cuidado.</b></p>	

	<p>Tecnologia é parte integrante da Campanha Internacional de Paternidade MenCare, resultado da Pesquisa IMAGES que faz parte da Campanha Global MENCAR. Coordenado pelo Promundo, no Brasil manual está baseado na evidência das melhores práticas nacionais de participação de homens na saúde materno-infantil, autocuidado, cuidado de filhos e filhas e prevenção da violência contra mulheres e crianças na perspectiva da igualdade de gênero.</p>
<p><b>PROPONENTE: Ministério da Educação MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI.</b></p> <p>O MEC/SECADI por meio do Projeto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, participou a publicação do Guia com o objetivo de promover um debate e parcerias, no âmbito nacional, entre as Universidades, as redes de ensino e as redes de proteção das crianças e adolescentes para introduzir o tema da violência na agenda escolar.</p> <p>Fonte: <a href="http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35980">http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35980</a></p>	
<p><b>Tecnologia educativa 14 – Guia Escolar: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.</b></p>	
	<p>A tecnologia deseja contribuir para que a escola possa ser um espaço de conscientização dos Direitos Fundamentais. Tem como objetivo criar, alimentar e retroalimentar uma cultura de prevenção para agir no curto prazo e ao longo de toda a vida por meio da orientação aos profissionais para identificar os sinais de abuso e exploração sexual, além de informar sobre os procedimentos necessários para fazer a denúncia.</p>
<p><b>PROPONENTE: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas.</b></p> <p>Proposta elaborada para contribuir com o planejamento das ações de capacitação para a implementação da Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências (BRASIL, 2010). Propõe-se a servir de recurso pedagógico para a atuação dos profissionais nas políticas de assistência social, de educação, e outras do sistema de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que compõem a rede de cuidado e de proteção social no território.</p> <p>Fonte: <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias_cuidado_crianca_situacao_violencia.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias_cuidado_crianca_situacao_violencia.pdf</a></p>	

### Tecnologia educativa 15 - Metodologias para o cuidado de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência.



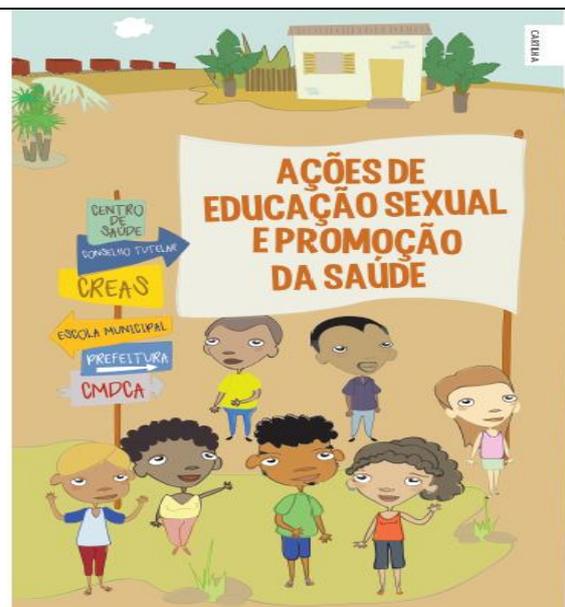
Tecnologia foi organizada de forma a tornar mais pedagógico e dinâmico o trabalho do profissional de saúde no desenvolvimento de ações de prevenção de violências, promoção da saúde e cultura de paz, no dia a dia dos serviços. Busca, sobretudo, orientar a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências, a partir das dimensões do cuidado, que compreende o acolhimento, o atendimento, a notificação e o seguimento na rede.

#### PROPONENTE: Oficina de Imagens – Comunicação e Educação

Organização de sociedade civil que atua há 18 anos para garantir os direitos de crianças, adolescentes e jovens. A instituição desenvolve projetos nos campos da comunicação e da educação por meio da criação de processos inovadores e de metodologias participativas. Também se destaca pela realização de formações, produção de conteúdos, pesquisa e monitoramento de informações, voltadas para o público infanto-juvenil, educadores e atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, focados nos Conselhos dos Direitos e Tutelares. Desde 2001, a organização trabalha com o tema da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de atividades formativas e da produção de conteúdos, busca contribuir para que meninas e meninos e suas famílias possam interromper e prevenir a violência sexual,

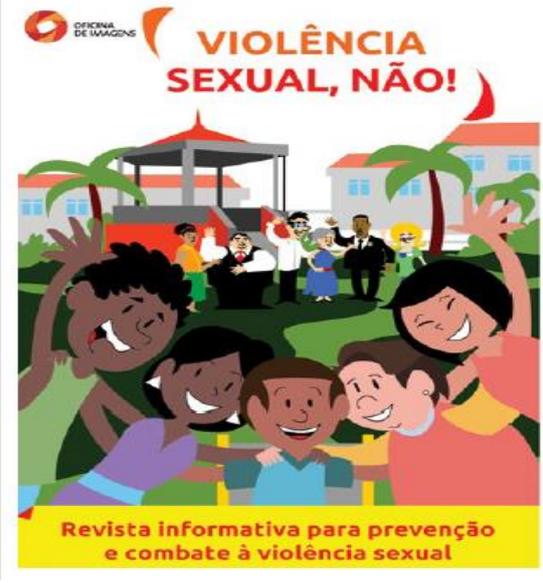
Fonte: <http://oficinadeimagens.org.br/quem-somos/historia/>

### Tecnologia educativa 16 - Ações de Educação Sexual e Promoção da Saúde.



Tecnologia é uma iniciativa da Oficina de Imagens em parceria com a Fundação Vale que promoveu, como parte de seu programa de responsabilidade econômica, social e ambiental, o Programa de Educação Sexual e Promoção da Saúde (PESS) na área de influencia das obras de expansão da Estrada de Ferro Carajás. Sua proposta é voltada para o fortalecimento de iniciativas que já são desenvolvidas por organizações da sociedade civil e do poder público para promoção dos direitos de crianças e adolescentes. As ações visam a articulação de alianças locais, formação de adolescentes, jovens, lideranças e representantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a mobilização social por meio de produtos e ações de comunicação.

### Tecnologia educativa 17 - Violência sexual, não! Revista informativa para prevenção e combate à violência sexual.

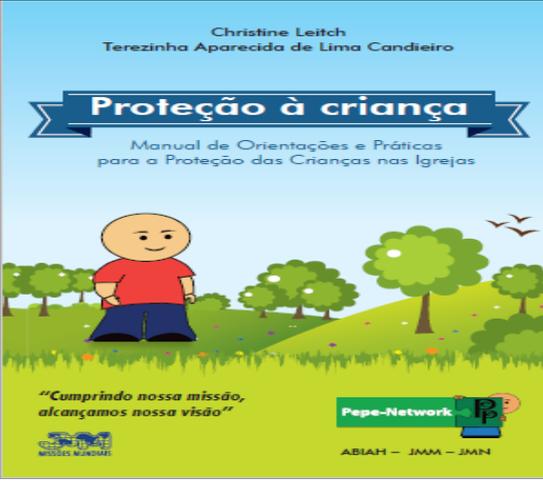
	<p>Tecnologia aposta na informação de qualidade como forma de proteção e contribuição para que as crianças, que tenham acesso a esse material, tenham conhecimento e possam desenvolver sua sexualidade de forma saudável, segura e protegida.</p>
---	--

**PROPONENTE: PEPE NETWORK/ABIAH - Associação Brasileira de Incentivo e Apoio ao Homem.**

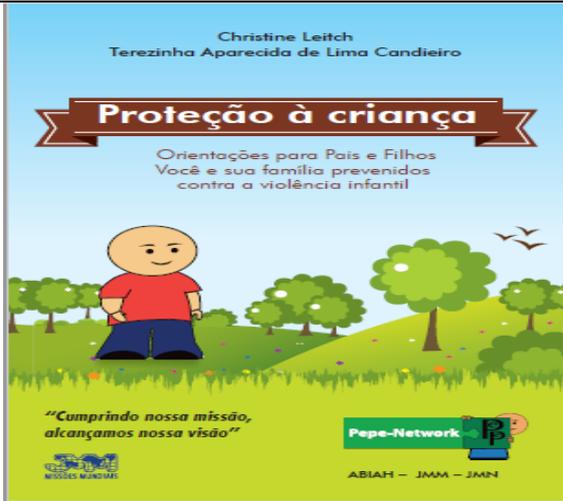
PEPE é um programa missionário para as igrejas locais que desejam compartilhar o evangelho através do desenvolvimento social, educacional e espiritual de crianças pré-escolares em áreas carentes. Integra uma Rede que desenvolve programa cooperativo criado para facilitar a disseminação de iniciativa e possibilidades para melhor desenvolvimento e fortalecimento de Programa de Educação Pré-Escolar no mundo. Organização se propõe a facilitar que crianças desfavorecidas em comunidades ao redor do mundo recebam educação pré-escolar de qualidade e suporte familiar através das igrejas locais e coordenação regional. É um programa cooperativo tendo como parceiros fundadores: ABIAH - Associação Brasileira de Incentivo e Apoio ao Homem; BMS - World Mission - Sociedade Missionária Batista Britânica JMM - Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista Brasileira.

Fonte: <http://www.pepe-network.org/>

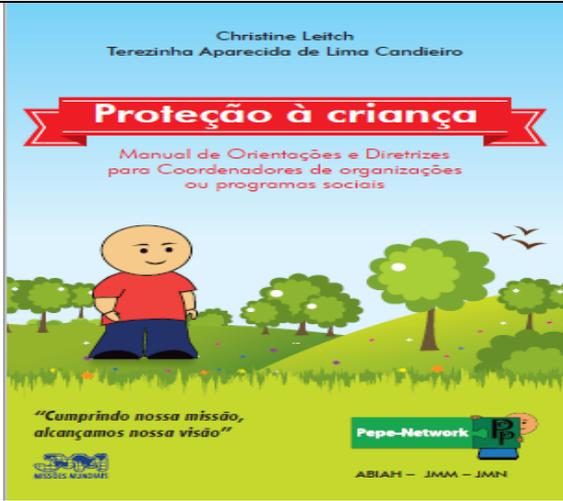
**Tecnologia educativa 18 – Proteção à criança Manual de Orientações e Práticas para a Proteção das Crianças nas Igrejas.**

	<p>Tecnologia se propõe a orientar a implementação de Programas de Proteção às crianças contra violência nas igrejas. Por meio da sensibilização e conscientização das igrejas, visa contribuir para que esses espaços se tornem lugares seguros para todas as crianças. Objetiva também que seus membros sejam capazes de lidar com questões relacionadas às violências no desenvolvimento de seus ministérios.</p>
---	--

**Tecnologia educativa 19 - Proteção à criança - Orientações para pais e filhos. Você e sua família prevenidos contra a violência infantil.**

	<p>Tecnologia criada para ajudar aos pais na orientação dos seus filhos. Objetiva ajudar as famílias a descobrir formas de proteger os seus filhos do perigo e das dificuldades que existem no mundo. Esperamos também que possam utilizar este material para ensinar as crianças a se protegerem, pois só assim elas crescerão e se desenvolverão de maneira saudável.</p>
---	---

**Tecnologia educativa 20 - Proteção à criança - Manual de Orientações e Diretrizes para Coordenadores de organizações ou programas sociais.**

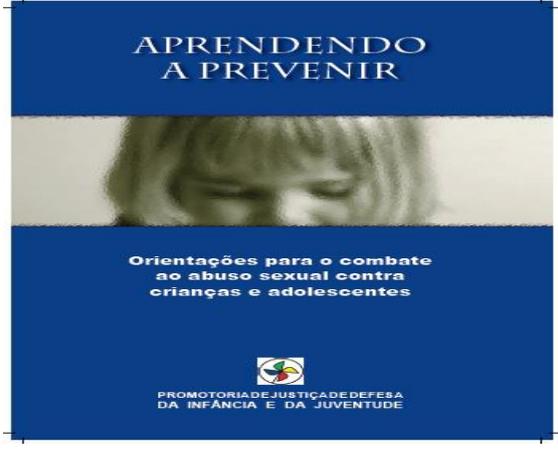
	<p>Tecnologia elaborada para orientar a implementação de Programa de Proteção às crianças contra violência nas instituições.</p>
--	--

**PROPONENTE: Plan International Brasil**

Organização não-governamental, não-religiosa e apolítica que defende os direitos das crianças, adolescentes e jovens, com foco na promoção da igualdade de gênero, além de engajar pessoas e parceiros na causa. Iniciou ações no Brasil em 1997 desenvolvendo projetos em diversos Estados do país. Atua em muitos países ajudando nações em situação de emergência, desenvolvendo campanhas para combater todas as formas de violência contra meninas e meninos. Em 2017, a Plan International Brasil foi eleita a melhor ONG que cuida das crianças e adolescentes no país pelo "Melhores ONGS Época".

Fonte: <https://plan.org.br/quem-somos-historia-da-plan-international-brasil>

**Tecnologia educativa 21 - Empoderamento de meninas: como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero.**

 <p>EMPODERAMENTO DE MENINAS COMO INICIATIVAS BRASILEIRAS ESTÃO AJUDANDO A GARANTIR A IGUALDADE DE GÊNERO CRIANDO DE BONS MODELOS</p>	<p>Tecnologia é fruto da parceria do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA), o UNICEF e a Plan International Brasil com propósito de fomentar a discussão sobre a importância da temática gênero, raça e etnia fazerem parte das agendas públicas de políticas públicas voltadas para a integralidade dos direitos das crianças. Objetiva promover a reflexão sobre as questões de gênero que afetam a vida das meninas brasileiras no contexto de garantia ou de violação dos seus direitos, evidenciar como o empoderamento das meninas é condição necessária para a superação das desigualdades e contribuir para o debate sobre esse tema instigando ativistas, pesquisadores, gestores e demais atores que atuam no campo dos direitos humanos a aprimorar seu olhar para as meninas sob a perspectiva de gênero</p>
<p><b>PROPONENTE: Promotoria da Justiça de Defesa da Infância e da Juventude – Brasília.</b> Considerando a complexidade do abuso sexual contra crianças, instituição constatou que todos os agentes envolvidos - policiais, juízes, promotores, técnicos – devem ser orientados para atuar de forma preventiva e integrada com outros atores, por esse motivo criaram a tecnologia para dar aos profissionais. <b>Fonte:</b> <a href="http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf">www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_aprendendo_a_prevenir.pdf</a></p>	
<p><b>Tecnologia educativa 22 – Aprendendo a prevenir. Orientações para o combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.</b></p>	
 <p>APRENDENDO A PREVENIR</p> <p>Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes</p> <p>PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE</p>	<p>Tecnologia apresenta informações sobre o abuso sexual de crianças: conceito, classificação, como identificar, encaminhar casos, etc, para orientar profissionais na abordagem e encaminhamento de casos de abuso sexual.</p>
<p><b>PROPONENTE: Rede Nacional da Primeira Infância – RNPI</b> A Rede é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza. RNPI tem como missão a articulação e mobilização de organizações e pessoas para defender e garantir os direitos das crianças de 0 a 06 anos de idade (primeira infância). Formada inicialmente por um pequeno grupo de cerca de dez organizações, a RNPI iniciou suas atividades em março de 2007. Hoje são mais de 160 organizações de todas as regiões do Brasil. <b>Fonte:</b> <a href="http://primeirainfancia.org.br/quem-somos/">http://primeirainfancia.org.br/quem-somos/</a></p>	

### Tecnologia educativa 23 – Guia proteção e prevenção às violências na primeira infância.



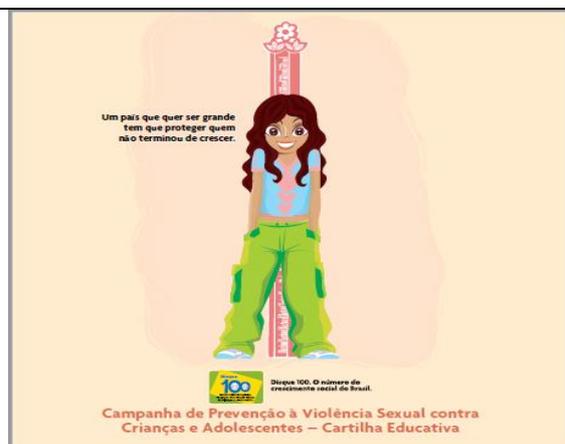
Tecnologia foi criada para viabilizar a realização da missão da Rede e implementar a Ação Finalística 9 - Enfrentando as Violências contra as Crianças, do Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI). A proposta oferece a todos os interessados e, principalmente, aos gestores públicos, informações e sugestões de ações que permitam promover, apoiar e garantir o direito das crianças de proteção às violências.

#### **PROPONENTE: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.**

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é vinculada a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desenvolveu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVSCA) que teve como uma de suas ações a realização da Campanha de Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, uma iniciativa conjunta do Poder Público, setor empresarial e sociedade civil. Participam também da campanha empresas brasileiras dos mais diversos setores, bem como o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) e o Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

**Fonte:** [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf)

### Tecnologia educativa 24 – Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra crianças e adolescentes – Cartilha educativa.



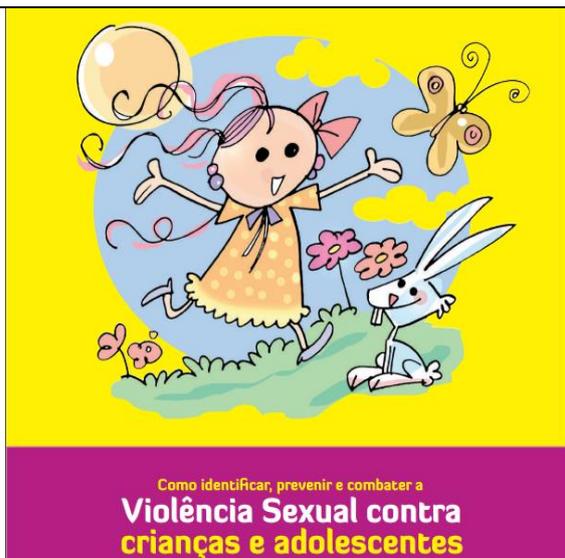
Tecnologia se propõe a difundir o tema da violência contra crianças, especialmente da violência sexual, para pessoas, instituições e espaços corporativos, visando o aumento da consciência sobre o assunto.

#### **PROPONENTE: Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.**

Elaborada, inicialmente, pelo UNICEF, em parceria com a então Secretaria da Ação Social do Governo do Estado do Ceará, Programa de Apoio às Reformas Sociais PROARES, Banco Interamericano do Desenvolvimento BID, Associação Batista Beneficente e Missionária ABBEM, Partners of the Americas, Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional USAID e a Universidade Estadual do Ceará, sendo reeditada em 2010 com apoio do Banco do Nordeste e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Fonte:** [http://www.iepro.org.br/wp-content/uploads/2017/08/violencia\\_sexual\\_12\\_07\\_2010.pdf](http://www.iepro.org.br/wp-content/uploads/2017/08/violencia_sexual_12_07_2010.pdf)

**Tecnologia educativa 25 – Violência Sexual contra crianças e adolescentes: como identificar, prevenir e combater.**



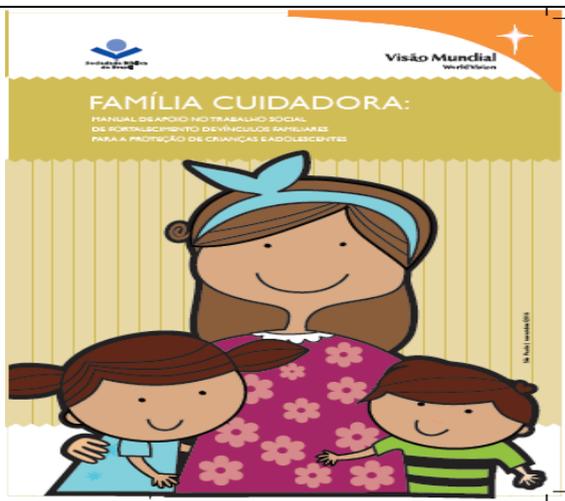
Tecnologia foi concebida com o objetivo de sensibilizar e instrumentalizar gestores e profissionais de diferentes áreas que trabalham com situações de violência sexual, notadamente o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, para intervenções mais qualificadas, integradas e eficazes.

**PROPONENTE: Visão Mundial Brasil**

Organização não-governamental humanitária cristã, parceira da World Vision International, que tem como objetivo ajudar crianças, famílias e comunidades para superar a pobreza e a injustiça. Disposta a servir e colaborar com todas as pessoas, independentemente de religião, raça, etnia ou gênero, atua há 42 anos no Brasil ajudando crianças e adolescentes a terem acesso a programas sociais que levam educação, lazer e saúde às comunidades mais carentes do país.

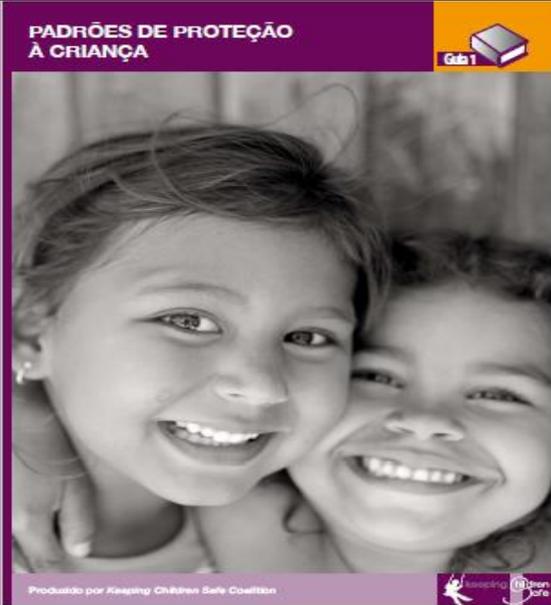
Fonte: [https://visaomundial.org/quem\\_somos](https://visaomundial.org/quem_somos)

**Tecnologia educativa 26 - Família Cuidadora - Manual de apoio no trabalho social com as avós e outros cuidadores na proteção e fortalecimento das crianças e adolescente.**



Nasce da percepção da instituição de que, assim como os pais, os cuidadores, pessoas responsáveis pelo cuidado das crianças na ausência dos pais (especialmente as avós), também necessitam desenvolver competências para responder adequadamente às necessidades das crianças, através de práticas de proteção e promoção de bons tratos.

**Tecnologia educativa 27 – Kit Um Lugar Seguro para Crianças e Adolescentes.**

	<p>Tecnologia é fruto do trabalho da Aliança Internacional "Um Lugar Seguro para as Crianças", com objetivo de identificar uma estratégia comum para a proteção da criança, dos funcionários e de outros colaboradores envolvidos no processo de trabalho institucional com crianças. A ferramenta chegou ao Brasil em 2008 e contou com o trabalho de profissionais, de um grupo de organizações de defesa de direitos de crianças, entre elas a Visão Mundial Brasil, para realizar sua tradução para a língua portuguesa, adaptar a proposta ao contexto local e divulgá-la. Apresenta kit composto de 4 Guias (cadernos) e vídeo informativo sobre metodologia. Os Guias são voltados para diferentes públicos, com propósitos específicos e composto por um conjunto de atividades para alcance dos mesmos.</p>
---	--

**Tecnologia educativa 28 – Violência sexual: prevenir e enfrentar.**

	<p>Tecnologia apresenta conceitos, informações sobre a violência sexual e dá orientações que podem contribuir para sua prevenção.</p>
--	---